

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ
DEPARTAMENTO DE DIREITO

MARINA LIS WASSMANSDORF

MOSAICOS FAMILIARES, ENTRE NOME E HERANÇA:
A PLURIPARENTALIDADE JURÍDICA NO CASO DOS NETOS E NETAS
RESTITUÍDOS DA ARGENTINA

FLORIANÓPOLIS, SC

2017

MARINA LIS WASSMANSDORF

**MOSAICOS FAMILIARES, ENTRE NOME E HERANÇA:
A PLURIPARENTALIDADE JURÍDICA NO CASO DOS NETOS E NETAS
RESTITUÍDOS DA ARGENTINA**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de
Graduação em Direito da Universidade Federal
de Santa Catarina, como requisito à obtenção do
título de Bacharela em Direito.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Renata Raupp Gomes

FLORIANÓPOLIS, SC

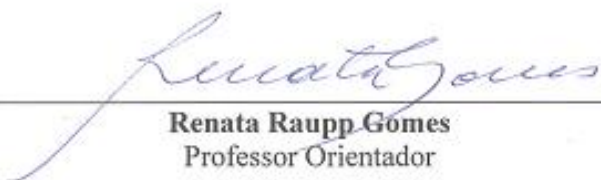
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO


TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “**Mosaicos familiares, entre nome e herança: a pluriparentalidade jurídica no caso dos netos e netas restituídos da Argentina**”, elaborado pelo(a) acadêmico(a) **Marina Lis Wassmansdorf**, defendido em **01/02/2017** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 9,0 (NOVE), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.


Florianópolis, 01 de Fevereiro de 2017



Renata Raupp Gomes
Professor Orientador



Mikhail Cancellier
Membro de Banca



Mark Walker
Membro de Banca



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas
COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E
ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Aluno(a): Marina Lis Wassmanskorf

RG: 5.058.139

CPF: 049340319-10

Matrícula: 09222049

Título do TCC: "Mosaicos familiares, entre nome e herança: a pluriparentalidade jurídica no caso dos netos e netas restituídos da Argentina"

Orientador(a): Renata Raupp Gomes

Eu, Marina Lis Wassmanskorf, acima qualificado(a); venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido

Florianópolis, 01 de fevereiro de 2017.

MARINA LIS WASSMANSKORF

AGRADECIMENTOS

Era uma tarde de novembro, e eu, em vista da aproximação do vencimento do prazo para a entrega do trabalho de conclusão de curso, fui decidida até a Secretaria do CCJ. Chegando lá, me dirigi ao secretário e disse de uma só vez: - “Não tive tempo de produzir o TCC neste semestre, embora queira muito me formar, porque sou aluna do Direito desde 2009. Acontece que entrei no mestrado neste ano e vi o tempo para escrever um trabalho razoável voar. Não escrevi nada até agora. Temos duas opções: ou eu fico em conceito I mais um semestre sem necessidade alguma ou eu apresento pouco antes da colação de grau, em fevereiro. Em caso de que aceite a proposta de me conceder mais tempo, prometo que não vou decepcionar”. A proposta foi aceita. Promessa feita, tive que me virar!

Este trabalho foi escrito em um mês, durante as férias. Mas já vem sendo debatido e articulado há um bom tempo. Quando comecei a pensar o tema para o TCC de Direito, há mais de um ano atrás, falava para mim mesma que escolheria algo fácil de fazer. Escolhi, então, um tronco da minha pesquisa de História, na medida em que já me encontrava à par da complexidade do tema. Grande engano. Batalhei para organizá-lo. Penei para entender os casos e ligar todos os pontinhos. Tive que ir até a Argentina buscar mais informações. E sofri mais ainda tendo que estudar o direito argentino e interpretar as situações jurídicas de maneira quase que autodidata. A escrita foi a etapa final de uma pesquisa que me fez quebrar a cabeça mais do que imaginava. E em virtude do pouco tempo que tive para redigi-lo, tive que contar com o auxílio e paciência dos meus mais próximos.

Por isso, gostaria de agradecer, primeiramente, a minha mãe e meu pai, sempre presentes nas horas em que mais preciso. Com esta pesquisa não foi diferente. Quando mais precisei, neste mês de intenso trabalho, me deram suporte e sustento. Também aos meus irmãos, meus grandes amigos e apoiadores e que não medem esforços para me ajudar (vide sumário e numeração, né Beto)... Amo muito todos vocês! E passada essa fase, prometo sair pra comprar leite no mercado e regar plantinhas!

Aos meus colegas, amigas e amigos do Direito, com os quais aprendi muito - seja de treta, política, esquerda ou feminismo. Boas conversas, cervejas e bolinhos/almôndegas compartilhamos nos Servidores. Nem tão bons vinhos tomamos quando perdemos as eleições. Vocês são tantos que nem ousou enumerar aqui!

Aos meus bests e coleguinhas de turma, parceiros de boas risadas, que fizeram parte da minha trajetória desde Tietá: Affonso, Ari, Gabi, Lucas, Maiara, Marja.

Agradeço, ainda, à Mariana Joffily e à Jimena Massa – vocês são co-autoras deste trabalho. Obrigada pelas dicas, pelas conversas, pela amizade e por compartilhar da paixão pelo tema!

Este trabalho não teria sido possível sem a compreensão do secretário Nelson - mencionado de início; e da minha orientadora, Renata Raupp, a qual quebrou o meu galho me aceitando como orientanda no semestre já em marcha e também se dispondo de bom grado para que minha banca fosse formada de maneira extemporânea. Obrigada também pelas dicas e livros emprestados.

E aos membros da banca, Mark Walker e Mikhail Cancelier, grata por aceitarem a tarefa - quando poderiam estar na praia, e por se mostrarem interessados verdadeiramente pelo tema.

Aos advogados argentinos Pablo Lachener e Santiago Limeres – grata por me concederem seu tempo e disposição. Vocês foram muito gentis!

Finalmente,

À Juan, outro que é advogado e argentino, mas com o requisito especial de ter sido também meu namorado. Você foi o primeiro a procurar livros, bibliografia, dicas e pessoas relevantes para este tema. Participou de uma entrevista, foi atrás de informações na biblioteca, discutiu o tema uma e mais vezes comigo, deu ideias e aguentou minhas angústias. E se todo o trabalho de pesquisa é também um pouco braçal – neste, podemos dizer que ficou praticamente todo pra você! Se consigo retribuir um pouco - posso dizer que há um pouco de você em cada linha deste trabalho. Obrigada pelo amor que me dedicaste todo esse tempo em que estivemos juntos.

RESUMO

O presente trabalho apresenta como tema a pluriparentalidade como alternativa jurídica no caso dos netos e netas restituídos da Argentina. Diante da restituição de centenas de crianças, filhas de detidos-desaparecidos, que foram realocadas de maneira clandestina e ilegal para outras famílias durante a ditadura argentina (1976-1983), surge a necessidade de se abordar a reorganização familiar desses adultos que hoje se refazem entre aqueles que os criaram ou apropriaram e aqueles que sempre os buscaram. Como fontes, a legislação argentina, bem como doutrinas e jurisprudência do direito argentino e brasileiro, além de entrevistas com advogados especialistas, dentre eles, pertencentes à organização de avós que buscam os seus netos e netas desde aquela época, conhecidas como *Abuelas de Plaza de Mayo*, e relatos dos netos e netas retirados de entrevistas, notícias e de um documentário. A metodologia empregada foi de método indutivo combinado com pesquisa legislativa e doutrinária e análise de discurso. Como objetivo norteador, pretende-se demonstrar a necessidade de se abordar o tema da reconfiguração da identidade e da composição familiar dos netos e netas restituídos desde o ponto de vista da pluriparentalidade jurídica. Para isto, busquei elaborar um panorama acerca da situação civil em que os netos e netas se deparam quando localizados, com ênfase na questão do nome e da herança. Nesta esfera, busquei demonstrar o direito desses netos e netas a concorrer às sucessões de ambas as famílias: biológica e de criação/apropriação; além do direito de adquirir um sobrenome composto. Todos esses objetivos foram delineados tendo em vista os limites do estado de filiação socioafetivo e a discussão em torno dos direitos de reparação.

Palavras-chave: Ditadura Argentina. Netos restituídos. Herança. Nome. Pluriparentalidade jurídica.

ABTRACT

This paper presents as a topic multi-parenting as a legal alternative in the case of the grandchildren who was identified in Argentina. Faced with the restitution of hundreds of children, daughters of detained-disappeared persons, who were illegally relocated to other families during the Argentina's dictatorship (1976-1983), there is a need to think about family reorganization between those who created or appropriated them and those who always sought them. As sources, the Argentine legislation, as well as doctrines and jurisprudence of the Argentine and Brazilian law, besides interviews with expert lawyers, among them, of the organization *Abuelas de Plaza de Mayo* - that search for the grandchildren, and reports of the grandchildren founded in interviews, news and a documentary. The methodology employed was an inductive method combined with legislative and doctrinal research and discourse analysis. As a guiding objective, it is intended to demonstrate there is a need to think about the identity and family composition of grandchildren and grandchildren from the point of view of legal multi-parenting. For this, I have tried to elaborate a panorama about the civil situation in which the grandchildren and grandchildren encounter when located, with emphasis on the question of the name and the inheritance. In this sphere, I tried to demonstrate that they deserve to compete for the successions of both families: biological and of creation / appropriation; Besides, to acquire a compound surname. All these objectives were outlined in view of the limits of the state of socio-affective affiliation and the discussion about reparation.

Key-words: Argentina's dictatorship. Grandchildren disappeared. Heritage. Name. Legal plurality.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	DITADURA ARGENTINA, AVÓS E NETOS: UMA HISTÓRIA PRA SER CONTADA.....	13
3	SITUAÇÃO CIVIL E PATRIMONIAL: NOME E HERANÇA	19
3.1	O REGISTRO DO NOME NA RESTITUIÇÃO: ASPECTOS LEGAIS E SUBJETIVOS	20
3.1.1	A retificação do sobrenome, entre leis e discursos.....	20
3.1.2	A reconstrução da identidade: entre performances e bricolagens	25
3.2	A “HERANÇA” DA VIOLÊNCIA DE ESTADO: SITUAÇÃO PATRIMONIAL E CONFLITOS	27
3.2.1	Sucessão da família apropriadora	29
3.2.2	Sucessão da família adotante	32
3.2.3	Sucessão da família consanguínea.....	32
3.2.4	Herança cumulada	35
3.2.5	Nenhuma herança	36
3.2.6	Ação de danos contra os apropriadores	36
3.2.7	Leis Reparatórias	37
3.3	NATUREZA CIVIL E PENAL DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO	40
4	A PLURIPARENTALIDADE JURÍDICA: LIMITES E ABERTURAS.....	44
4.1	A PLURIPARENTALIDADE JURÍDICA NO BRASIL E NA ARGENTINA	44
4.2	ALTERAÇÕES DO MANDATO FAMILIAR	53
4.3	MOSAICOS FAMILIARES	53
4.4	PLURIPARENTALIDADE: NOME E CONSEQUENCIAS PATRIMONIAIS	55
4.5	O PROBLEMA DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA: “ADOÇÃO À ARGENTINA”	59
4.5.1	Memórias de infância, entre bons e maus-tratos	63
4.5.2	“Viejos” y “represores”: a relação com os apropriadores após a descoberta	65
4.6	REPARAÇÃO: O PRIVADO TAMBÉM É PÚBLICO	70
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

1 INTRODUÇÃO

Essa história começa na banca de defesa de outro trabalho de conclusão de curso. Em 2015, apresentei, para habilitar-me como bacharela e licenciada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina, uma monografia que trazia como problema o pessoal e o político a partir dos relatos dos netos e netas restituídos da Argentina. O texto, no entanto, ainda que apontasse a questão do pessoal-político como mote principal, acabou dando ênfase, mesmo que sem querer, à questão da história familiar experimentada por esses netos e netas – o que foi aludido pelos dois membros que compunham a banca. Uma delas, a professora Silvia Maria Fávero Arend, me fez então uma pergunta, a qual não soube contestar naquele momento: “Como fica a questão da herança desses netos e netas restituídos?”. Da resposta dessa pergunta, nasceu esta pesquisa.

O presente trabalho apresenta como tema a pluriparentalidade como alternativa jurídica no caso dos netos e netas restituídos da Argentina. Diante da restituição de centenas de crianças, filhas de detidos-desaparecidos, que foram realocadas de maneira clandestina e ilegal para outras famílias durante a ditadura argentina (1976-1983) - surge a necessidade de se abordar a reorganização familiar desses adultos que hoje se refazem entre aqueles que os criaram/apropriaram e aqueles que sempre os buscaram.

Como objetivo norteador, pretendo demonstrar a necessidade de se abordar o tema da reconfiguração da identidade e da composição familiar dos netos e netas restituídos desde o ponto de vista da pluriparentalidade jurídica. Para isto, busquei elaborar um panorama acerca da situação civil em que os netos e netas se deparam quando localizados, com ênfase na questão do nome e da herança. Investiguei ainda a existência de jurisdição que tenha abordado a sucessão familiar no caso dos netos e netas restituídos; e como a Argentina e o Brasil tem enfrentado o tema da pluriparentalidade, a partir de leis, doutrinas e jurisprudência. Analisei, também, a partir de seus relatos, a reconstrução da identidade e dos mosaicos familiares depois que restituídos. Nesta esfera, busquei demonstrar o direito desses netos e netas a concorrer às sucessões de ambas as famílias: biológica e de criação/apropriação; além do direito de adquirir um sobrenome composto. Todos esses objetivos foram delineados tendo em vista os limites do estado de filiação socioafetivo e a discussão em torno dos direitos de reparação.

Como fontes, busquei na legislação argentina, em especial a de direito civil, os dispositivos referentes à herança, ao registro de nome e temas adjacentes; bem como doutrinas, leis e jurisprudência que tematizavam a pluriparentalidade, no Brasil e na Argentina. Também, realizei entrevistas com advogados especialistas no tema e com a equipe jurídica das avós; e extraí a experiência de alguns netos e netas restituídos a partir de suportes que continham os seus relatos, como notícias, entrevistas e um documentário.

A investigação demorou algum tempo para ser iniciada e concluída. Desde 2015 o projeto e o tema estavam prontos, mas ela teve início, efetivamente, na metade do ano passado. Depois de alguns e-mails trocados, fui a Buenos Aires em julho de 2016 e realizei uma entrevista, na sede da organização, com um dos advogados da equipe de Buenos Aires, Pablo Lachener. Não contente, ainda solicitei auxílio à Sebastian Limeres, advogado especializado em direito de sucessão internacional e sócio de um escritório de advocacia, também em Buenos Aires.

Não poderia deixar de referenciar também uma das principais fontes deste texto, o documentário “*Acá Estamos: historias de nietos que recuperaron su identidad*”¹ (2012), o qual divulga as trajetórias de 14 (catorze) netos e netas restituídos, a partir de seus próprios depoimentos. Foi co-produzido pela associação *Abuelas de Plaza de Mayo* e apresentado na televisão aberta argentina no ano de 2012, por intermédio do *Canal Encuentro*. Com direção de Paulo Romero Levit, divide-se em 8 capítulos, cada qual contando a história de um ou dois netos (as). Os primeiros quatro capítulos contam as experiências de: Catalina De Sanctis; Gabriel Cevasco; Carlos D’Elia y Marcos Suárez Vedoya; Martín Amarilla Molfino, e os quatro outros de: Leonardo Fossati; Matías Reggiardo Tolosa; Juan Pablo Moyano; Victoria Montenegro; Mariana Zaffaroni; Ezequiel Rochistein Tauro; Pedro Nadal. Os netos e netas relatam as dificuldades que tiveram em reconstruir suas trajetórias, em reacomodar as peças do jogo da nova família e identidade, bem como de que forma gerenciaram o conflito com aquelas pessoas que eram, até aquele momento, suas famílias que acreditavam ser próprias (ACÁ ESTAMOS, 2012).

Para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizado o método do direito comparado, além da interpretação indutiva – com base na lei - das situações jurídicas encontradas. Como procedimento, a pesquisa em legislação, doutrina e jurisprudência argentina acerca do direito de família e de sucessões e de artigos acadêmicos na área da pluriparentalidade jurídica. Da

¹ ACA ESTAMOS: Historias de nietos que recuperaron su identidad, Direção: Paula Romero Levitt, Produtoras: Barakacine e Zafra Producciones, Produção: Canal Encuentro & Abuelas de Plaza de Mayo, Argentina, 2012. Duração: 30min. Série de TV/Documentário (8 capítulos). Disponível em: <http://www.encuentro.gov.ar/sitios/encuentro/programas/ver?rec_id=111321>. Data de Acesso: 15/06/2015.

mesma forma, um estudo analítico da reorganização familiar e identidade experienciada por netos e netas restituídos, com base no discurso.

Esta pesquisa inova na medida em que pouco se discute - na literatura de *Abuelas*, nos portais de notícias e nos trabalhos acadêmicos do país vizinho - a questão do direito civil. Como visto, o carro-chefe da organização *Abuelas* são os crimes de apropriação – de tipo penal. Desta forma, a bibliografia jurídica do tema o recepciona apenas em sua dimensão de crime contra os direitos humanos e de outros aspectos que não a esfera jurídica privada destas pessoas. Na realidade, li muito pouco acerca das alterações do registro de sobrenome quando localizados. E nada encontrei sobre o aspecto sucessório.

E ainda que a pluriparentalidade jurídica já tenha uma base sólida de discussão, tanto no Brasil como na Argentina, o tema da pluriparentalidade no caso dos netos e netas restituídos não foi abordado no país vizinho, segundo meu conhecimento. O que foi realizado e que se aproximam do tema em questão foram trabalhos na área da História da Infância; do Parentesco; dos Direitos Humanos; entre outros. Foram feitas análises de como a apropriação foi legitimada como adoção pelo sistema judiciário, à época (VILLALTA, 2012); dos discursos existentes em torno do parentesco (REGUEIRO, 2010; 2013); como também da discussão da extração compulsiva do sangue para fins de análise genético (MIRAYA, 2012); (IUD, 2013); além do debate entre direito privado e público em torno do crime de apropriação (IUD, 2013).

Conhece-se, no entanto, o trabalho de Jimena Maria Massa (2016)², um dos trabalhos que inspirou a abordagem deste, na medida em que trabalha a reconfiguração da identidade e parentesco em sua dimensão complexa, tratando também da retificação do nome e de conflitos entre parentes pela questão patrimonial – ainda que não seja o seu foco. Ainda, o trabalho da própria autora (2015), conforme mencionado, que discorre brevemente acerca das alterações do mandato familiar. Como percorrido, o interesse pelo tema surgiu de meu trabalho de conclusão de curso pela graduação de História, na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que buscou abordar a política, o parentesco e o afeto no caso dos netos e netas restituídas. Além disso, meu mestrado em História também segue o tema de investigação, mas agora, tenho o intuito de fazer entrevistas.

O trabalho é dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo, elaboro um contexto histórico acerca dos netos, da organização

² A autora defendeu sua tese de doutoramento para o Programa de Pós-Graduação de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina em dezembro do ano passado (2016), portanto, ainda se encontra em vias de publicação.

de avós e da ditadura argentina e relaciono esses elementos com meu processo de pesquisa.

No segundo, realizo um panorama sobre a situação civil e patrimonial dos netos e netas assim que restituídos, em termos de registro de nome e herança. Quanto ao nome, discuto seu aspecto legal e discursivo (retificação do sobrenome) e seu viés mais subjetivo (reconstrução da identidade). Depois, destaco as diversas possibilidades patrimoniais vivenciadas pelos netos e netas, abordando os conflitos e choques de interesses que dali se sobressaem. Finalmente, avalio as motivações de a questão civil ser relegada em detrimento da esfera penal, quando se trata da reparação devida aos netos e netas restituídos.

O segundo e último capítulo trata da pluriparentalidade jurídica em suas aberturas e limites. Primeiramente, abordo, em termos de direito comparado, a pluriparentalidade no Brasil e na Argentina. No item seguinte, adiciono a experiência familiar e de identidade dos netos e netas em suas vivências plurais, e trato de defender o seu direito à multiparentalidade. Isto posto, trato de avaliar os limites do reconhecimento do estado de filiação socioafetivo e resgato a ideia da reparação privada em termos políticos.

2 DITADURA ARGENTINA, AVÓS E NETOS: UMA HISTÓRIA PRA SER CONTADA

Neste curto capítulo, tenho o intuito de esclarecer certas questões pertinentes para o entendimento da pesquisa elaborada - referente ao “mundo dos netos restituídos” – visto que esse tema não é conhecido pelo público brasileiro e provável leitor deste trabalho.

Para isso, pretendo discorrer acerca do presentismo que o tema representa para a sociedade argentina, bem como o que significa termos usuais como “recuperar a identidade” e o que engloba a própria categoria “netos”. Da mesma forma, pretendo realizar um pequeno contexto histórico da ditadura argentina e da criação da organização de avós – e em que medida as consequências da ditadura e a luta de organização estão vinculadas ao processo dessa pesquisa, recheado de temores.

Em primeiro lugar, quem são esses netos e netas restituídos? São crianças, filhas de detidos-desaparecidos, que nasceram em cativeiro ou que foram sequestradas junto a seus pais no último governo militar argentino, sendo depois adotadas “pseudo-legalmente” ou registradas ilegalmente por outras famílias como filhos/as próprios, quando não pelos próprios militares. Esse crime passou a ser denominado de “*apropiación*”³. Através da ação contínua de suas avós, conformadas pela organização *Abuelas de Plaza de Mayo*, esses netos tem sido localizados e “restituídos”, tomando consciência de sua condição de filhos/as de desaparecidos.

O tema da restituição dos netos e netas apropriados durante a ditadura argentina vincula-se ao tempo presente. São histórias que estão acontecendo e que ainda podem ocorrer. Neste ano de 2017, as crianças apropriadas já estão completando cerca de 40 (quarenta) anos de idade. As campanhas massivas de *Abuelas de Plaza de Mayo*, então, tem se dirigido a toda essa geração de adultos, com a seguinte mensagem: “Si tienes dudas acerca de tu identidad, contactate con *Abuelas*”. Estimam-se em 500 (quinhentos) o número de crianças que tiveram sua identidade roubada. Desse total, 121 (cento e vinte e uma) já foram localizadas. E desde

³ Para categorizar este crime, alguns elementos são sustentados: “Puntualmente, se presentan los siguientes elementos para sostener esta categorización: a) una privación a la libertad de los niños, que se inicia con la sustracción de los niños de la esfera de custodia de su familia; b) esa privación de la libertad se realiza por parte de agentes estatales o con su aquiescencia; c) se produce una negación sistemática de la privación de la libertad y la consecuente negativa a dar información sobre el paradero de las personas a las que se afecta su libertad, tanto respecto de los familiares de origen como de los menores a quienes se les oculta su identidad; d) esa negativa de información impide, en primer lugar, a las familias de origen plantear los recursos legales pertinentes que permitan restablecer el vínculo y hacer cesar la privación de la libertad y, por otra parte, impide a los propios menores, una vez alcanzado el discernimiento, buscar a su familia y poner fin a la situación de apropiación a la que fueron sometidos”. (IUD, 2013, p.224).

que comecei a pesquisa sobre o tema, no ano de 2014, mais de 10 (dez) netos/as já foram encontrados.

De acordo com Elizabeth Jelin (2007), existe um claro apoio e admiração social pelo trabalho da organização, por avançar no esclarecimento e na restituição da identidade. Além disso, o tema tem tomado vulto pelos Juízos Orais e Públicos que se realizam no país desde o fim da ditadura e que tomaram força nos últimos anos, com intuito de julgar os delitos de apropriação, cujas sentenças têm condenado militares e civis que atuaram como apropriadores e entregadores, além de médicos, juízes e outros profissionais envolvidos no crime.⁴ Uma boa parte dos netos e netas restituídos foram igualmente convocados a testemunhar em juízo, porque tem condições de dar detalhes sobre a apropriação à qual foram submetidos por longos anos. Isso ocorre até mesmo em processos criminais contra seus apropriadores e apropriadoras.

A restituição dos netos e netas aconteceu (e acontece) em diferentes épocas e idades. Alguns foram restituídos ainda crianças, em plena ditadura, que foi de 1976 a 1983. Os outros no prelúdio do processo de redemocratização e na década de 1990, quando adolescentes. Em meados de 2000, já se localizavam netos e netas mais jovens. Uma boa parte foi localizada nesses últimos anos, quando governava o kirchnerismo⁵. Dos anos 2000 em diante, já se encontram netos e netas adultos. Um neto ou neta é considerado restituído a partir do resultado do Banco Nacional de Dados Genéticos (BNDG)⁶, o qual confirma sua filiação. Nesse sentido, a restituição tem sido utilizada como sinônimo de “descoberta” ou de *“recuperação da identidade”*.

Encontrar a identidade engloba identificar que foi apropriado, que é filho de desaparecidos, que uma família biológica os buscava, enfim – todo o universo de informações novas que foram ocultadas. Ao mesmo tempo, opera-se, nesse processo de restituição, a recomposição familiar e de parentesco de formas bastante complexas, já que, uma vez localizados, os netos e netas precisam alterar seus documentos de filiação, de forma a integrar-se em todos os direitos e deveres relacionados à família consanguínea. Por outro lado,

⁴ “Se realizan en el país 17 juicios orales por delitos de lesa humanidad durante la dictadura cívico militar”. **Télam**, Buenos Aires, 28 de novembro de 2014. Derechos humanos. Disponível em: <http://www.telam.com.ar/notas/201411/86994-juicios-delitos-de-lesa-humanidad.html>. Data de Acesso> 28/06/2015.

⁵ O que não é por acaso, visto que o governo do casal K abriu espaço e fomentou as políticas de direitos humanos junto às organizações de resistência à ditadura. Houve um especial estreitamento com as luta das avós, e a busca dos netos e netas apropriados se tornou assunto de incumbência presidencial.

⁶ Em 1987, como resultado do esforço da organização das avós, cria-se o Banco Nacional de Dados Genéticos (BNDG), com objetivo de guardar os materiais genéticos das famílias biológicas de desaparecidos. (VEIGA; WULF, 2007). O banco genético e as provas de DNA tornaram-se instrumentos fundamentais para a localização dos netos/as.

perdem os direitos parentais com aqueles que os apropriaram. Isso reverbera em situações complexas relacionadas à recomposição familiar e de identidade, em especial quanto ao sobrenome e à herança.

No século XXI, são as organizações familiares que dominam a cena pública argentina na atuação pelos direitos humanos. Lembrando que, para a autora Jelin (1991), as organizações familiares são, entre outras, *Madres de Plaza de Mayo*, *Abuelas de Plaza de Mayo*, e *H.I.J.O.S.*, além da organização de *Herman@s de Desaparecidos por la Verdad y la Justicia*, criada mais recentemente⁷. Os netos e netas fazem parte dessas categorias de familiares, sendo elemento dessa reorganização familiar inaugurada pela ditadura (AMADO, 2003), formada por gerações de *madres*, *abuelas*, *hijos*, *hermanos*, *nietos* e agora *bisnietos*. Nesse parâmetro, o sentido de “neto” é tratado aqui como uma categoria, dinâmica e complexa, que abarca netos de avós; bebês e crianças apropriadas; filhos biológicos de militantes desaparecidos; irmãos do mesmo pai e mãe desaparecido e ainda adultos restituídos ou ainda desaparecidos, os quais têm adicionado mais gerações a essa configuração familiar: seus filhos são os bisnetos das avós. Essa categoria de “neto”, ainda, abarca outra série de identidades e estados afetivos, na medida em que alguns deles ainda se consideram parentes da família que os apropriou ou adotou: possuindo, pela criação, mais “pais” e “irmãos”. Por isso que, durante a escrita, os netos serão também filhos, irmãos, crianças, bebês, jovens, adultos, pais e mães.

Atenta-se também para a diferença existente entre as categorias de “filhos de desaparecidos” e de “filhos de desaparecidos que foram apropriados” - estes sim considerados “netos”. Portanto, os netos restituídos são também filhos de desaparecidos, inclusive pertencentes à mesma escala geracional, porque nasceram nas mesmas décadas (1970 e 1980). O que os distingue é que os netos são filhos de desaparecidos que nasceram em cativeiro ou foram sequestrados ainda crianças para depois serem apropriados por outras famílias. Já

⁷ *Abuelas de Plaza de Mayo* juntamente com outros grupos de familiares (*Madres de Plaza de Mayo*, *H.I.J.O.S.*), tem ajudado a situar no debate público o tema dos desaparecidos. *H.I.J.O.S.* é uma agrupação formada em 1995, por filhos de desaparecidos, que segundo descrição de seu site oficial, reuniu jovens motivados a juntar-se para “reivindicar la lucha de nuestros padres, madres y sus compañeros, buscar a nuestros hermanos apropiados, luchar contra la impunidad”. Já a associação *Madres de Plaza de Mayo*, assim como *Abuelas*, surgiu ainda na ditadura, com o fim de recuperar com vida seus filhos de desaparecidos. O que diferencia *Madres* de *Abuelas* é que estas últimas - embora sejam mulheres que também buscam seus filhos desaparecidos - passam a dedicar-se como associação à tarefa de buscar, especialmente, as crianças apropriadas, ou seja, os seus netos desaparecidos junto a seus filhos. Além destas já citadas, existe também a organização criada mais recentemente por irmãs e irmãos de desaparecidos: *Herman@s de Desaparecidos por la Verdad y la Justicia*, cujo objetivo, segundo discurso oficial, é trabalhar “por la Memoria, la Verdad y la Justicia, procurando además reconstruir las historias de vida de cada uno de nuestros hermanos y hermanas, para recuperar su gesta como militantes comprometidos con la vida y con la justicia social, y para sumarlas como prueba en cada Juicio contra los genocidas que los secuestraron, torturaron y asesinaron”. Disponível em <http://hermanosdesaparecidos.blogspot.com.ar/> e em <http://www.hijos-capital.org.ar/>. Data de Acesso: 29/06/2015.

quando se trata de filhos de desaparecidos, são filhos de desaparecidos por si só, sem a marca da apropriação. A confusão é maior quando os “netos” possuem irmãos, filhos do mesmo pai e mãe. Os netos, assim como seus irmãos consanguíneos, são todos eles “filhos de desaparecidos”, só que novamente, um foi apropriado e outro não. Os irmãos dos netos são aqueles que, geralmente, já eram crianças um pouco maiores que - ou não estavam presentes no momento do sequestro de seus pais, ou então, foram deixados para trás pelos agentes da repressão, sendo então criados por avós, tios, companheiros, etc.

Desde o início, trabalhar com este tema me gerou muita insegurança. Pois, ao tratar da multiparentalidade, teria que abrir espaço para a discussão da filiação socioafetiva – um estado de filiação proveniente da relação para com os apropriadores e apropriadoras. Em primeiro lugar, esse reconhecimento seria problemático em vista de que a situação política pós-ditadura possui conflitos de poder daqueles que querem fazer justiça com o uso do dever crítico da memória e aqueles que preferem esquecer. A Argentina, neste momento, vive um processo institucional de marginalização da política dos direitos humanos, levada a cabo pela atual presidência. Em segundo lugar, o reconhecimento desse estado familiar entra em choque com o discurso e a luta das avós e até agora, ainda não estou segura se essa discussão não representaria também um retrocesso em termos de proteção dos direitos da infância e dos direitos humanos de maneira mais ampla.

No período da ditadura, havia um especial interesse do Estado pelas crianças, consideradas a “zona fraca” da nação argentina. A metáfora da nação era da grande família argentina, onde o Estado era o pai, e os bons cidadãos eram aqueles que seguiam à risca os valores morais cristãos e obedeciam ao Estado patriarca. Dita grande família argentina comportava outra série de famílias menores, unidas por células-fechadas. Os filhos/as eram aqueles que deviam ser cuidados e educados, porque constituíam a “zona penetrável” das paredes dessa célula. Colocavam em perigo a segurança familiar e podiam abrir a porta para a subversão (FILC, 1997).

Nesses anos, o desaparecimento massivo de pessoas passou a ser a principal modalidade de repressão política dos militares. Concomitantemente, surgem esforços em torno da busca dessas pessoas, por meio de ações de organizações já existentes e de outras que passam a surgir com a integração de ativistas e familiares de desaparecidos/as. Desse processo, o grupo de avós começa a ser formado, quando, especialmente, muitas mulheres percebem que não só deveriam tratar de encontrar os seus filhos desaparecidos, mas também de recuperar os seus netos (JELIN, 2007). Em meio às ações de detenção e desaparecimento de militantes— os filhos foram também detidos e desaparecidos, mas com outros fins – de

enviar às “boas famílias” uma criança ainda em condições de ser “salva”. Essas crianças foram consideradas, pelas organizações de direitos humanos, uma espécie de *botín de guerra*⁸.

Visto o número de crianças envolvidas e o objetivo que se queria alcançar, a apropriação foi considerada, em sentença judicial, no ano de 2011⁹, um plano sistemático de roubo de bebês, operado pelo Estado militar. Lembremos que foi “El Estado terrorista entregó a esos niños a miembros de sus fuerzas represivas o a civiles allegados a ellos” (IUD, 2013, p.223), portanto, essas pessoas são também vítimas da violência de Estado. E estas interpretações só foram possíveis pelo trabalho incessante do grupo de avós.

Criada em 1977, em plena ditadura, a organização *Abuelas de Plaza de Mayo* deu seus primeiros passos de maneira clandestina e rudimentar. As mulheres que compunham o grupo, em seu início, juntavam-se às escondidas, para discutir meios de localizar as crianças desaparecidas. Para não atrair suspeitas, vestiam a fantasia “senhoras idosas”, “velhinhas”: “¿Quién iba a sospechar de las viejitas que traían chocolates?” (VEIGA; WULF, 2007, p.33). As avós iam a cafés, igrejas, fingiam comemorar algum aniversário, utilizavam códigos e faziam as reuniões em apartamentos – algumas delas até deixaram de fumar (VEIGA; WULF, 2007). Ao longo dos anos, e principalmente a partir da redemocratização, *Abuelas* foi atrás de novos e mais sofisticados métodos de busca, além de terem sido criadas instituições de apoio e complemento, com a função de guardar dados genéticos e de encaminhar casos de sujeitos/as que tenham dúvidas acerca de sua identidade. O meio jurídico também foi acionado de forma a legitimar as restituições de netos/as. Já na década de 1990, campanhas de difusão em massa passaram a fazer parte das iniciativas de busca da instituição, dentre eles, shows, documentários, apresentações teatrais e centros de memória. Dessa maneira, a busca dos netos e netas, fez com que a organização desenvolvesse uma poderosa maquinaria simbólica, midiática, institucional, jurídica e até artística (GATTI, 2011).

⁸ Espólio de guerra (trad.). Esse termo foi utilizado pela primeira vez pela organização *Abuelas* em 1985, na primeira edição do livro *Botín de Guerra*, de Julio Nosiglia, e foi endossado pelas cientistas argentinas especialistas no tema da ditadura argentina e familiares: Judith Filc, Elizabeth Jelin, Ludmila da Silva Catela. Para Enrique Serra Padrós, a noção de que elas faziam parte do espólio de guerra “advém do entendimento de que as crianças sequestradas [...] eram valorizadas por serem intelectualmente muito espertas e fisicamente saudáveis” (PADRÓS, 2007, p.147). O espólio de guerra pode ser compreendido, igualmente, a partir dos regimes de violência e crueldade em que mulheres e crianças tornam-se objetos de eliminação do inimigo, e as crianças são utilizadas para dizer algo. Nesses processos históricos em que se mata por motivos políticos, étnicos, religiosos; as mulheres são utilizadas como um corpo reprodutor e transportador da representação do inimigo, por meio de seus filhos. No caso argentino, as mulheres detidas foram obrigadas a levar sua gravidez até o final, a fim de que seus filhos, ao nascer, pudessem ser roubados para serem transformados – essa é, essencialmente, a noção de espólio de guerra defendida por Padrós (PADRÓS, 2007). Em outros casos, como na Iugoslávia, as mulheres eram violadas para criar filhos com a mesma identidade que seus algozes (CATELA, 2005).

⁹ O julgamento foi emblemático por condenar o ditador Jorge Rafael Videla, a 50 anos de prisão.

La Asociación Civil Abuelas de Plaza de Mayo es una organización no gubernamental que tiene como finalidad localizar y restituir a sus legítimas familias todos los niños secuestrados desaparecidos por la represión política, **y crear las condiciones para que nunca más se repita tan terrible violación de los derechos de los niños, exigiendo castigo a todos los responsables** (grifos meus, INSTITUTO..., 2014).

Dentre essas condições, para que a violação dos direitos das crianças não ocorresse mais, interferiu-se em convenções internacionais com o fim de protegê-las contra raptos e violações de identidade. Neste sentido, as avós criaram sensibilidades que foram motor para mudanças na proteção da infância, na Argentina. A denominação “tráfico de niños”, a título de ilustração, foi uma criação a partir do exemplo de *Abuelas*.

O meu receio, vem, portanto, desta movimentação em torno da infância e dos direitos humanos de maneira mais ampla, ademais do lugar que tem as avós e os netos na sociedade: o grupo é referente social e causa empatia. Como poderia ousar discutir um estado de filiação proveniente de um crime contra as avós e os seus netos?! Todavia, fiz o esforço crítico de enfrentar esse “tema sagrado”¹⁰, e é esse intento o que vai ser visto a seguir. No entanto, compreendo ainda que talvez essa discussão não esteja sendo realizada no melhor momento político para os direitos humanos na Argentina, e, portanto, espera-se que este trabalho não seja utilizado para fins de potencializar elaborações que pretendam uma interpretação do passado ditatorial argentino que escuse os responsáveis e envolvidos na apropriação – entre agentes militares e civis.

¹⁰ As histórias sagradas, segundo o antropólogo Serge Visacovsky, são úteis a determinadas instituições e grupos porque definem identidades, determinam posições e legitimam pontos de vista; além de servir a projetos de luta e resistência de um determinado grupo. O temor de escrever sobre histórias sagradas, portanto, advém do fato que a análise crítica de um pesquisador leva ao processo de “dessacralização”. E o desencantamento dos relatos considerados sagrados pode fazer questionar trajetórias de vida, instituições e identidades. No entanto, defende o autor argentino que dessacralizar é dever do investigador comprometido com a ciência empírica (VISACOVSKY, 2005).

3 SITUAÇÃO CIVIL E PATRIMONIAL: NOME E HERANÇA

Neste segundo capítulo elabora-se um panorama sobre a situação civil e patrimonial dos netos e netas assim que restituídos, em termos de registro de nome e herança. Para isto, analisei aspectos da legislação civil argentina com vistas à situação jurídica dos netos e netas, e tive o auxílio de especialistas na área de sucessões e também da equipe profissional da organização *Abuelas de Plaza de Mayo*.

A instituição conta com equipes de profissionais de diversas áreas – psicológica; jurídica; médica e genética. A equipe jurídica é formada por aproximadamente 8 (oito) a 10 (dez) advogados, espalhados pelo país, sendo que na capital de Buenos Aires – onde se encontra a sede principal das avós e onde fiz uma das entrevistas - 3 (três) deles fazem o atendimento. O trabalho da equipe está voltado especialmente aos juízos de apropriação – de forma a representar as avós e os netos e netas em juízos desse porte. Logo, a equipe de advogados da associação *Abuelas* não lida com o assunto sucessório (esfera civil), são, sumariamente, penalistas. No entanto, também exercem funções de atendimento e há certo acompanhamento e amparo jurídico, já que quando localizados – os netos e netas devem alterar uma gama de documentos e iniciar certos procedimentos no âmbito da vida privada. Além disso, a equipe atua para ampliar as ferramentas jurídicas redemocratizadoras do país, entre outras funções:

Área Jurídica: actualmente, el Equipo Jurídico de la Asociación interviene en numerosas causas judiciales, en la Ciudad de Buenos Aires, La Plata, Mar del Plata, Córdoba, Rosario, San Nicolás y Paraná, donde se investiga la posible sustracción y sustitución de la identidad de jóvenes que podrían ser hijos de personas desaparecidas. En ese contexto, su tarea consiste en impulsar los procesos, proponiendo medidas de prueba necesarias para la averiguación de la verdad y controlando su realización. Por otra parte, los abogados y abogadas que integran el área jurídica patrocinan a la Asociación y a otras víctimas, que se encuentran presentadas como querellantes en las principales causas donde se juzgan a los responsables de los crímenes de lesa humanidad cometidos durante la última dictadura militar. El Equipo Jurídico de Abuelas de Plaza de Mayo también trabaja por la reforma y mejora de las instituciones democráticas, en particular, del sistema de justicia. En este campo, ha elaborado anteproyectos de ley, dictámenes e informes sobre distintas cuestiones relacionadas con su ámbito de competencia Finalmente, desde el área jurídica de la Asociación se fomentan y realizan seminarios especializados, publicaciones y otras actividades académicas, dirigidas a estudiantes, profesionales y operadores del Poder Judicial, con la finalidad de perfeccionar su formación en temas vinculados con la labor de Abuelas y los derechos humanos en general (INSTITUTO..., 2014).

3.1 O REGISTRO DO NOME NA RESTITUIÇÃO: ASPECTOS LEGAIS E SUBJETIVOS

Neste tópico, pretendo tratar do que acontece com o registro do “nome” das pessoas apropriadas uma vez restituídas, seja em seu aspecto legal e discursivo (retificação do sobrenome), seja em seu viés mais subjetivo (reconstrução da identidade).

3.1.1 A retificação do sobrenome, entre leis e discursos

De acordo com Alan Iud, advogado coordenador da equipe jurídica de *Abuelas de Plaza de Mayo*, uma vez que o neto recupera sua identidade, seus documentos de filiação são retificados. Ou seja, a certidão de nascimento, bem como DNI (documento nacional de identidade), título eleitoral, carteira de motorista, além de certificado de casamento, certidão de nascimento dos filhos/as - no caso em que são casados ou que possuem filhos, entre outros - são corrigidas de acordo com o *sobrenome consanguíneo*¹¹. Na medida em que houve diferentes modalidades de apropriação, o procedimento de retificação também será diferente. Por isso, primeiro irei tratar dos distintos tipos de “circulação” de crianças para depois explicar o processo de retificação e suas condições.

Existiram duas formas de concretizar as apropriações burocraticamente: a) sequestros que ocorriam por apropriações encobertas por *adoção* – geralmente crianças de até 3 (três) anos sobreviventes das ações de invasão da casa dos seus pais; ou b) sequestros por apropriação direta, através do *registro falso* das crianças como próprias – geralmente, eram bebês nascidos em centros clandestinos de detenção. Segundo dados da organização *Abuelas*, esta última foi a modalidade mais utilizada pelas forças de segurança (EQUIPO INTERDISCIPLINAR ABUELAS DE PLAZA DE MAYO, 1997, s/p.).

Com relação à adoção, essa modalidade de apropriação foi institucionalmente legitimada pelos Tribunais de Menores da época. Essa operação era auxiliada por assistentes sociais, médicos-psicólogos, e também por lares de crianças, igrejas e forças de segurança do Estado Militar. De qualquer forma, o personagem principal dessas institucionalizações eram os juízes, que outorgavam legalidade jurídica à apropriação, ainda que utilizasse de

¹¹ Recorda-se que essas pessoas, hoje, possuem cerca de 40 (quarenta) anos de idade, portanto parte delas já possuem filhos e alguns até mesmo netos.

instrumentos irregulares e dados falsos.¹² Para que o procedimento jurídico de adoção fosse possível, a atividade política dos pais sequestrados era associada à “subversão”, de forma a apresentar “perigo moral e material” aos seus filhos, sujeitos do “desamparo”. Portanto, o “abandono”, construção jurídica, passou a ser a figura burocrática que se atribuía à origem das crianças, assim passíveis de serem adotadas (REGUEIRO, 2013). Neste entendimento, a juíza de menores, Marta Delía Pons, quando é procurada por um grupo de avós que buscavam seus netos e netas desaparecidos, dá o tom de como eram encarados os pais detidos: “terroristas” e “assassinos” - o que lhes retirava o direito de criar os seus próprios filhos:

Yo, personalmente, estoy convencida de que sus hijos eran terroristas. Para mí, terrorista es sinónimo de asesino. Y a los asesinos, yo no pienso devolverles los hijos. Porque no sería justo hacerlo. Porque no sabrían criarlos y porque no tienen derecho, tampoco, a criarlos. (NOSIGLIA, 1985, p.130).

Por essas razões, a antropóloga argentina Carla Villalta (2009) utiliza o termo “adoção pseudo-legal” para tratar de apropriações que foram legalizadas sob o signo da “adoção”. No entanto, houve também aqueles que adotaram as crianças legalmente. Segundo *Abuelas*, adotavam de “boa-fé”: a) as famílias que desconheciam a origem das crianças¹³ e b) as famílias que desejavam adotar e às quais foram entregues crianças que diziam terem sido abandonadas por suas famílias.

[...] familias que, motivadas por el deseo de adopción, concurrieron a juzgados e instituciones de menores, donde les fueron entregados nuestros niños disponiendo de ellos como si se tratara de verdaderos huérfanos desvalidos o carenciados abandonados por su familia. Estas familias, ante la convicción de que era niños a quienes la represión había alcanzado privándolos del derecho de vivir con los suyos, llegado el momento, se pusieron a disposición de Abuelas, para en común, encontrar la verdad de su origen e historia para posibilitar la integración con quienes nunca los abandonaron. (EQUIPO INTERDISCIPLINAR ABUELAS DE PLAZA DE MAYO, 1997, s/p.).

Nos casos dos jovens que foram adotados, alega a associação *Abuelas* que a única forma pela qual podem recuperar seu sobrenome de origem é através da ação de nulidade de adoção - art.337 e incisos do *Código Civil y Comercial de la Nación Argentina (CCyCN)* (ARGENTINA, 2015). Trata-se de um processo judicial que usualmente dura um tempo

¹² Segundo Regueiro: “La omisión de publicar el hallazgo del niño en los diarios; la postergación de actos que pudieran visibilizarlo (revisación médica, participación del asesor de menores); las solicitudes de información con datos falsos al Registro Nacional de las Personas, constituyeron ‘errores’ e irregularidades que fueron funcionales al ocultamiento del niño”. (REGUEIRO, 2013, p.182-183).

¹³ O exemplo das netas Laura e Tatiana, um dos casos mais antigos de restituição resolvido pela organização, é de uma família que as adotaram desconhecendo sua origem, porque as meninas haviam sido abandonadas em uma praça. Depois da localização, as avós puderam contatar facilmente as netas, que ficaram com a família adotiva. (VEIGA; WULF, 2007, p.38).

mínimo de 3 (três) anos, podendo durar até 5 (cinco) ou 6 (seis) anos (ABUELAS DE PLAZA DE MAYO, 2012, p.3). No entanto, como algumas adoções ocorreram com base na legalidade e na boa-fé, não é sempre que caberá sua anulação.

Já nos casos daqueles que foram inscritos ilegalmente como filhos biológicos de seus apropriadores, usualmente já é possível recuperar nome e sobrenome “de origem” já nas instâncias do processo penal de apropriação, o qual permite a nulidade da inscrição das informações filiais falsas feitas por apropriadores. (ABUELAS DE PLAZA DE MAYO, 2012, p.2).

Uma vez confirmada a apropriação, as pessoas são compulsoriamente obrigadas a incluir o sobrenome consanguíneo e excluir o sobrenome anterior – visto a ilegalidade desta inscrição. Nesse seguimento, destaco alguns argumentos da organização *Abuelas* quanto à obrigatoriedade desta mudança.

Em primeiro lugar, e como já comentado, um dos motivos da alteração, é a ilegalidade originada pela inscrição, seja por adoção pseudo-legal ou registro falso como filho próprio. Portanto, faz-se necessário a retificação dos documentos falsos. O segundo deles seria a ideia de cessamento de um crime, visto que o delito de apropriação é imprescritível. Nesta compreensão, são também os familiares da criança desaparecida as vítimas do delito de apropriação, na medida em que foram privados do convívio com a criança e desconhecem o seu paradeiro, dentre tantas outras violências (IUD, 2013). De acordo com o advogado Iud, essa categorização como vítimas é de suma importância. Implica, por um lado, que os familiares biológicos tem a legitimidade de reclamar que se termine a continuidade do delito. (IUD, 2013, p.240). Por outro, o direito de saber quem tem sido essa criança roubada ao nascer e reclamar ao Estado a reparação de seus direitos afetados:

Reparación que por definición es imposible efectuar en forma íntegra (no puede volverse el tiempo atrás ni compensar el dolor sufrido por la pérdida), pero que en este tipo de casos consiste sencillamente en crear la posibilidad de que aquellos lazos familiares quebrados por la violencia del Estado puedan restablecerse (IUD, 2013, p.3)

Assim, a inclusão do sobrenome da família biológica em seus documentos os faz ser reconhecidos legalmente como descendentes daqueles que desapareceram e inicia a possibilidade de formação de laços familiares com os parentes consanguíneos não só de maneira presencial, mas também em termos de materialidade simbólica.

Em terceiro lugar, a noção de que “família”, segundo *Abuelas*, tomando por base a lei argentina, só é reconhecida em termos biológicos ou por adoção. Portanto, tendo em vista que

apropriação não é adoção, mesmo que se reivindicasse uma filiação construída no afeto – esta não seria abarcada pela legislação. Neste caso, apenas um estado familiar deve ser reconhecido – o da família biológica. Dita questão foi levantada no ano de 2006, em um Colóquio realizado por *Abuelas*, pela especialista Silvia Barei, ao se opor ao uso de “pais de afeto” em se tratando de apropriadores/as: “En esta sentencia la “familia” apropiadora es denominada metafóricamente “padres en el afecto”, desconociendo las dos formas de filiación que señala la ley argentina (biológica y por adopción)”. (BAREI, 2006, p.112). No entanto, o novo Código Civil argentino ou *Código Civil y Comercial de la Nación Argentina (CCyCN)*, aprovado em 2015, amplia a noção de família referenciada por Silvia Barei, ao adotar o afeto como princípio¹⁴.

Seguindo o princípio da “tutela da pessoa humana” e da “família em um contexto multicultural” (LORENZETTI, 2012), o novo texto também aumenta a liberdade em relação ao nome. É o que dispõe o artigo 626, acerca do sobrenome:

ARTICULO 626.-Apellido. El apellido del hijo por adopción plena se rige por las siguientes reglas: a) si se trata de una adopción unipersonal, el hijo adoptivo lleva el apellido del adoptante; si el adoptante tiene doble apellido, puede solicitar que éste sea mantenido; b) si se trata de una adopción conjunta, se aplican las reglas generales relativas al apellido de los hijos matrimoniales; c) **excepcionalmente, y fundado en el derecho a la identidad del adoptado, a petición de parte interesada, se puede solicitar agregar o anteponer el apellido de origen al apellido del adoptante o al de uno de ellos si la adopción es conjunta**; d) en todos los casos, si el adoptado cuenta con la edad y grado de madurez suficiente, el juez debe valorar especialmente su opinión (ARGENTINA, 2015).

Como observado, a legislação argentina, ao ocupar-se do instituto da adoção, permitiu a utilização de “sobrenome cumulado/múltiplo” de modo que a pessoa adotada agrega o sobrenome do adotante preservando o sobrenome de origem. A associação *Abuelas* manifestou-se acerca deste artigo, num documento - enviado à comissão de reforma do Congresso Nacional Argentino - no qual reflete e argumenta acerca deste e de outros dispositivos atualizados pelo código mencionado. Sobre a petição que permite ao interessado alterar nome e sobrenome, posiciona-se a organização:

El texto en tratamiento regula el cambio de nombre y apellido a petición del interesado. No debe confundirse, de todos modos, que en los casos de apropiaciones de aquellos jóvenes que fueron inscriptos ilegalmente como hijos biológicos de sus apropiadores, el cambio del apellido debe producirse de oficio, independientemente de su consentimiento. A criterio de Abuelas de Plaza de Mayo es pertinente incorporar al texto un límite expreso a la posibilidad de conservar el apellido “de apropiación” (ABUELAS DE PLAZA DE MAYO, 2012, p.4-5).

¹⁴ Voltarei a isso mais tarde, ao tratar das “famílias ensambladas”.

Fica evidente que a organização entende que a alteração do sobrenome de “apropriação” para o sobrenome “biológico” deve produzir-se compulsoriamente, sem o consentimento daquele inscrito como filho próprio. A organização tem a intenção, com seu pedido de alteração, que o dispositivo que amplia a liberdade quanto ao uso do sobrenome em casos de adoção – um procedimento legal, não seja pressuposto para analogia nos casos de apropriação - um crime. Neste âmbito, a única identidade possível de ser restituída, segundo a associação, é a biológica, porque é dela que se origina a “verdadeira” identidade das crianças apropriadas.

Mas não pensemos que a organização construiu uma ideia restrita sobre a identidade por mero conservadorismo. Em realidade, a “maquinaria” da organização tem na identidade sua chave. Se de um lado, a desapareição forçada ataca e vulnera a identidade; de outro, pode-se reconstruir essa identidade devastada. Por isso que a ideia é “restituir”, “recuperar”. Ademais, a possibilidade de se restituir uma pessoa que foi apropriada vem do feito de que ela possui laços biológicos dos quais precisa se reencontrar, ou pelo menos, saber deles (GATTI, 2011, p.126). Foi ainda pelo DNA que grande parte dessas pessoas pode ser encontrada.

A identificação de crianças, de início, se dava por meio de testemunhos e provas documentais. As análises de sangue eram conhecidas na época, mas, no caso dessas crianças, os pais estavam desaparecidos. A organização precisava encontrar um meio de usar o sangue dos avós para reconstruir o mapa genético das crianças desaparecidas. *Abuelas*, então, buscou a comunidade científica internacional para a criação de um instrumento que comprovasse essa relação de parentesco, e em 1984, a geneticista Mary Claire King criou um método ao qual chamou de “índice de abuelidad”, em homenagem às avós. Em 1987, surgiu o Banco Nacional de Dados Genéticos (BNDG), com objetivo de guardar os materiais genéticos das famílias biológicas de desaparecidos. (VEIGA; WULF, 2007). Dessa forma, o banco genético e as provas de DNA tornaram-se fundamentais para a localização dos netos/as.

Portanto, na restituição, é de se esperar que as narrativas de construção da identidade por parte dos netos e netas - venham atreladas a significações biológicas. O perigo é quando essas marcas de significação se tornam verdades únicas, essencializadoras, limitando a um tipo familiar e a uma identidade, derivadas da genética. Nesse ponto de vista, o sociólogo Gabriel Gatti e a filósofa María Marta Quintana, ambos autores argentinos, discutem os problemas do discurso institucional de *Abuelas* acerca da identidade.

Para Gatti, a necessidade prática e tática fez do laço biológico a arma de localização do desaparecido vivo. Em contrapartida, observa o autor, a estratégia tornou-se definição ontológica, a qual colonizou o campo da identidade, por meio de poderosas retóricas:

“verdadeira identidade”, “identidade biológica”, “recuperar a identidade”, “o nome biológico”, “o nome do DNA”. (GATTI, 2011, p.127-128). Nessa mesma compreensão, Quintana entende que a apelação ao essencialismo possa ser de caráter estratégico, além de efetivo ao dismantelar o artifício apropriador. Mas pergunta se ao projetar uma visão essencializada da identidade, ela não levaria ao risco de dismantelar o caráter construtivo e relacional de toda a identidade (QUINTANA, 2011).

Custa pensar, explica Gatti, que as coisas hoje são de outra maneira para essa outra pessoa, que a identidade pode ser de outra maneira. O risco é que essa visão conservadora da identidade obstaculize o acionar de outros sentidos de identidade - como o da performance¹⁵ ou da identidade cultural¹⁶. A performance, ligada aos hábitos e às práticas, compreende a identidade como um tornar-se, uma construção. Para a identidade cultural, os materiais que forjam a identidade são múltiplos e podem ser simultâneos: gênero, língua, raça, heranças, tradições e costumes. (GATTI, 2011).

3.1.2 A reconstrução da identidade: entre performances e bricolagens

No vídeo-documentário “*Acá Estamos – Historias de Nietos que recuperaron su identidad*” (2012), pode-se vislumbrar como se difundem algumas narrativas acerca da identidade. Por isso, a partir desses relatos, busco compreender quais argumentos são conectados à noção de identidade e se essas narrativas seguem o discurso de identidade proferido por *Abuelas*. Boa parte dos netos/as, no documentário, rearmaram sua história familiar e suas redes de transmissão a partir dos termos de uma filiação fundada na mentira e de uma identidade falseada, em conformidade com a retórica de *Abuelas* - e isso foi central para reconstruir suas identidades. De qualquer forma, as narrativas são bem mais complexas do que as identidades determinadas na dicotomia falso/verdadeiro. Vamos aos exemplos.

A neta Victoria Montenegro, por um lado, compreende a identidade como algo pronto, fixo - apenas esperando que fosse descoberta. O entendimento da neta é o de que ela veio ao mundo sendo Victoria, o que foi interrompido por um desvio (apropriação), e ela, assim como

¹⁵ A teoria da identidade performática foi formulada pela feminista Judith Butler, autora referenciada tanto por Gatti quanto por Quintana. Para Butler, sexo e gênero são construções. Tal teoria tem sido muito utilizada pelos movimentos transgênero na defesa de uma identidade ligada ao que os sujeitos e sujeitas performatizam diariamente. O advento das tecnologias do corpo abriu o leque às múltiplas possibilidades de identidade de gênero, para além da dicotomia feminino-masculino (BUTLER, 2012).

¹⁶ A teoria da identidade cultural é de Stuart Hall, ao empreender que na pós-modernidade, a identidade ganha sentidos fragmentários e fluidos. De acordo com o autor: “As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”. (HALL, 2006, p. 7).

outros netos/as, a partir da restituição do nome e de sua história de vida, apenas voltaram. Ao mesmo tempo, a neta entende que quando era María Sol (nome de criação) não imaginava outra vida distinta, ou seja, por mais que compreenda a autenticidade do que vive no presente – é só a partir da restituição que pode sentir o que é ou não é autêntico – a partir do balanço de pelo menos duas identidades – María Sol e Victoria. O neto Pedro Nadal, também entende que “recupera” sua história e a verdade, mas essa recuperação da identidade contém aquilo que ele era antes: Luis Alberto Ferián (nome de criação).

Cuando era María Sol, no imaginaba otra vida que no fuera esa. Si tuviera que elegir... Es que no me imagino la vida sin ser Victoria. Yo vine al mundo en este lugar y alguien quiso desviarlo y ahora volvimos, nada más que eso. (Victoria, *Acá Estamos*, 2012, cap.7, 27:09-27:20)

En el medio fui Luis Alberto Ferián. Esa parte la sigo teniendo, digamos, sigo siendo la misma persona que recupera su historia verdadera y la verdad (Pedro, *Acá Estamos*, 2012, cap.8, 01:18-01:24)

Para outros, contudo, o que passou, antes de descobrirem a identidade, não foi falso, nem mentira - era apenas uma outra história, outra identidade. É o caso de Carlos D'Elia Casco:

“Dudas no tuve ninguna, por eso es que siempre digo que mi vida tuvo un antes y un después de mis diecisiete años. Fue ese punto de inflexión.” (Carlos, *Acá Estamos*, 2012, cap.3, 00:03-00:09).

Há aquelas narrativas, ainda, que se aproximam da capacidade performática da identidade. Jorgelina Molina Planas, em seu relato acima, “provou” várias vezes de sua identidade por meio da arte. A neta diz ter experimentado vários materiais até acomodar-se na identidade-nome Jorgelina Molina Planas.

Me ayudó mucho ese proceso de estudiar, de encontrarme con muchas preguntas, también, más, de mi identidad. [Em seus trabalhos artísticos] Probaba con collage, probaba con acrílico, con témpera, con distintos formatos, distintos colores, como que siempre buscaba algo más y ninguna de las técnicas me identificaba. Después de mucho tiempo me di cuenta de que lo que estaba buscando, en realidad, era mi nombre, no me encontraba a mí. (Jorgelina, *Acá Estamos*, 2012, cap. 8, 14:34-14:53)

Por meio dessas narrativas, compreendo que mesmo que o discurso da organização *Abuelas* acerca da restituição da identidade tenha sido “colonizado” pelos argumentos biológicos, nem sempre o pensamento e os atos dos netos/as vão contemplá-la. Nesse parâmetro, pelo que foi analisado, as narrativas de reconstrução da identidade por parte dos

netos/as não seguem uma linha, um padrão – podem ser construídas a partir da verdade biológica, da reparação, da performance do dia-a-dia.

Para além do documentário, também “há o caso de uma garota que usa os dois nomes; o antigo e o que lhe havia sido dado pelos pais biológicos”¹⁷, afirma a jornalista Analía Argento¹⁸, em entrevista à revista brasileira História Viva. É sabido, ainda, que muitos netos e netas - embora tenham sido obrigados judicialmente a suprimir seu sobrenome e acrescentar apenas o biológico - empregam, em sua identificação na rede social do *facebook*, tanto o sobrenome biológico quanto o que lhes foi inscrito por suas famílias apropriadoras. Percebe-se uma *bricolagem*¹⁹ produzida por alguns desses netos e netas ao assumir e combinar diferentes sobrenomes. Neste sentido, há obviamente uma identidade para além do biológico, cuja legislação argentina já, acertadamente, buscou ampliar. No entanto, há outros diversos argumentos - já tratados neste texto, que foram construídos pela organização de avós e que estão em conformidade com a discussão dos direitos humanos pós-ditadura - para a inclusão obrigatória do sobrenome consanguíneo, dos quais é preciso se atentar. Voltaremos a isso mais tarde.

O que fica e o que é interessante por parte desses relatos de netos e netas é que eles tiveram uma chance, a partir da desestruturação da comunidade de identidade à qual pertenciam, de rearranjar suas histórias de vida, podendo escolher outros caminhos e outras identidades. Portanto, “si la desaparicion forzada de personas destrozó identidades, a ella se le resiste reconstruyendolas”. (GATTI, 2011, p.138).

3.2 A “HERANÇA” DA VIOLÊNCIA DE ESTADO: SITUAÇÃO PATRIMONIAL E CONFLITOS

Embora não seja especializada em direito civil, a equipe jurídica de *Abuelas*

¹⁷ Informação retirada de uma entrevista feita à jornalista. ARGENTO, Analía. In: MARCOLINI, Adriana. Entrevista com Analía Argento – Perverso como o Holocausto. História Viva. Reportagem. Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/entrevista_com_analia_argento_-_perverso_como_o_holocausto-.html. Data de Acesso: 24/06/2016.

¹⁸ A jornalista escreveu o livro “*De Vuelta a Casa*” buscando contar as mais diversas histórias de netos e netas após a restituição.

¹⁹ Utilizo o termo *bricolagem* em seu sentido de composição de elementos, noção apanhada a partir dos estudos culturais. Sobre o termo, explicam Neira e Lippi (2012, p.610): “Oriundo do francês, o termo *bricolage* significa um trabalho manual feito de improviso e que aproveita materiais diferentes. Na apropriação realizada por Lévi-Strauss (1976), o conceito de *bricolagem* foi definido como um método de expressão através da seleção e síntese de componentes selecionados de uma cultura. Por sua vez, relendo o trabalho do antropólogo, Derrida (1971) ressignificou o termo no âmbito da teoria literária, adotando-o como sinônimo de colagem de textos numa dada obra. Finalmente, De Certeau (1994) utilizou a noção de *bricolagem* para representar a união de vários elementos culturais que resultam em algo novo”.

acompanha há muitos anos os casos de netos e netas e tem uma ampla noção das consequências jurídicas que deve enfrentar aquele que é localizado. Dessa forma, para a entrevista com o advogado da equipe Pablo Lachener, levantei o seguinte questionamento: qual o estado jurídico patrimonial e de sucessão dos netos e netas quando restituídos?

Atualmente, não há legislação nem regulação para esse cenário; tampouco, corrigiu-se a lei nem se contemplou dita situação. Dessa forma, em termos sucessórios, os netos estão em um limbo jurídico - tendo sua situação patrimonial resolvida caso a caso.

De acordo com os advogados da equipe, tudo começa com o evento da retificação. A retificação é o início de uma etapa jurídica em que a pessoa localizada passa a adquirir todos os direitos e deveres concernentes à sua família biológica, inclusive os sucessórios. Por outro lado, desvincula-se juridicamente do vínculo familiar gerado ilegalmente pelos apropriadores. Isto acontece porque a legislação hereditária se refere a apenas um estado familiar único, o que não permite mais de dois vínculos parentais: “Ninguna persona puede tener más de dos vínculos filiales, cualquiera sea la naturaleza de la filiación” - conforme art. 558 do CCyCN (ARGENTINA, 2015). Por isso, quando perguntado sobre “como fica a situação dessas pessoas que passam a ter duas famílias – a apropriadora/adotante e a consanguínea” – Lachener corrigiu-me, afirmando que esse estado familiar múltiplo não se sustenta, justamente, porque a lei não permite.

Tal retificação obrigatória, ainda, acontece tão somente nos casos de realocação de crianças de maneira ilegal ou de má-fé (apropriação), não se estendendo para os casos em que essas crianças foram adotadas de boa-fé cumulada com a regularidade do procedimento. Os *efetivamente* adotados, portanto, continuam vinculados à sua família adotante e não tem o estado familiar alterado. Dita alteração jurídica não se processa pacificamente. Por diversas razões, entre elas o próprio limbo jurídico do qual se deparam, a questão patrimonial gera conflitos de cunho familiar tanto com os “parentes” que os criaram quanto com os membros da família que irão integrar - situações que serão analisadas a seguir. Para a compreensão da complexidade patrimonial que surge, ademais, é preciso ter clara a diferença entre *família apropriadora* e *família adotante*.

Recorda-se que os netos e netas, quando sequestrados junto a seus pais ou ainda quando nasciam em cativeiro, eram realocados para outras famílias de maneira direta ou eram enviados para orfanatos e instituições ligadas à Igreja, as quais, muitas vezes, possuíam vinculação com o aparato repressivo. Em alguns casos, os apropriadores eram agentes

militares que as retiravam diretamente do local dos “*allanamientos*”²⁰ ou ainda das maternidades clandestinas²¹ e as levavam para o seu seio familiar. Em outros, os apropriadores eram agentes militares que as recebiam de outro agente do aparato repressivo, sabendo de sua origem. Em certas ocasiões, ainda, os apropriadores eram civis - colegas ou conhecidos de agentes militares que faziam o deslocamento da criança para essas famílias – os quais também sabiam de sua origem. Nas situações supramencionadas, o que sucedia, após a realocação da criança, era um procedimento de registro falso ou de adoção ilegal, fundadas na má-fé. A isto se caracteriza *apropriação*. No entanto, como já comentado, houve famílias que adotaram as crianças de “boa-fé”, às quais desconheciam a origem da criança ou que lhes diziam ser crianças abandonadas – e quando essa realocação ocorreu respeitando a legislação, considera-se que houve um procedimento legal de *adoção*²².

E se o procedimento sucessório é resolvido de maneira casuística, isso quer dizer que qualquer tentativa de fazer um panorama acerca da situação patrimonial dos netos e netas quando restituídos resta incompleta. No entanto, foi feito um esforço para dar conta de algumas situações, com o auxílio do advogado Lachener, que me concedeu boas horas de entrevista.

Os netos e netas possuem as seguintes possibilidades patrimoniais, relacionadas à sucessão: 2.2.1) sucessão da família apropriadora; 2.2.2) sucessão da família adotante 2.2.3) sucessão da família consanguínea; 2.2.4) herança cumulada; 2.2.5) nenhuma herança. Ademais, também podem acumular patrimônio por meio de: 2.2.6) ação de danos contra os apropriadores; 2.2.7) leis reparatórias. No entanto, muitas vezes, uma vez restituída, a pessoa pode não receber patrimônio por via sucessória; não ser contemplada por lei reparatória (a lei reparatória de filhos de desaparecidos não contempla os adotados legalmente) e até onde consta, nenhum neto/a chegou a propor ação de indenização contra os apropriadores/as.

Passo agora à explicação e análise de cada possibilidade, seja de receber ou não algum tipo de bem patrimonial.

3.2.1 Sucessão da família apropriadora

Em relação à família apropriadora, há duas possibilidades patrimoniais possíveis: a.1.

²⁰ Invasões de casas por agentes militares.

²¹ Durante a ditadura argentina, funcionavam, dentro dos centros clandestinos, hospitais-maternidade - onde se realizavam os partos das mulheres grávidas e se mantinham os bebês recém-nascidos que seriam futuramente apropriados. Contava com profissionais como médicos e enfermeiras, atuando como agentes colaboradores da repressão.

²² Os casos de adoção legal são muito menores do que os de apropriação.

Quando a pessoa é restituída depois que falecem um dos apropriadores ou ambos²³; a.2. Quando a pessoa é restituída anteriormente ao falecimento destes. Quando a restituição ocorre depois dos apropriadores já falecidos, é muito provável que essa pessoa já tenha recebido seu quinhão sucessório, regido de forma muito parecida ao regime brasileiro pelo código civil argentino. Porém, essa situação patrimonial, aparentemente tranquila, pode ser obstada pelos irmãos de criação da pessoa apropriada – os verdadeiros herdeiros legítimos. Logo, existe a prerrogativa de nulidade de sentença sucessória, fazendo com que esse patrimônio seja retirado da posse do “ilegítimo” e devolvido ao quinhão dos legítimos. Já no segundo caso, quando a restituição ocorre num tempo em que os apropriadores ainda estão vivos – a princípio, estão excluídos da herança, justamente por essa desvinculação de um estado familiar para outro. Por outro lado, tem a possibilidade de receber seu quinhão sucessório da família consanguínea, já que passam a vincular-se juridicamente a esses parentes que os buscavam.

Essa alteração filial e familiar, aparentemente de viés patrimonial e jurídico, gera uma enormidade de situações complexas de se resolver, atinentes, por exemplo, a questões que mesclam classe, afeto, capital econômico.

Em relação às características dessas famílias formadas pelos apropriadores e apropriadoras desses netos e netas, por exemplo, ela não era nuclear ou de composição uniforme: havia mulheres criando as crianças sozinhas, eram casais separados, possuíam filhos biológicos além dos “adotivos”, etc. Essas famílias, também, não necessariamente detinham boa posição econômica e social, muitos/as netos/as pertenceram a famílias mais “humildes” ou tiveram que trabalhar desde pequenos - como relataram os netos Marcos e Pedro no documentário. Outra contradição que surge é que, segundo Regueiro, os pais militantes, em sua maioria, eram da classe média. (REGUEIRO, 2010). Ainda assim, muitas famílias apropriadoras são abastadas, visto que, à época, para que pudessem adotar ou registrar as crianças – era necessário gozar de certa posição social e/ou estar ligadas ao aparato de poder. Inclusive, segundo Lachener, muitos juízes outorgavam a adoção, ainda que de maneira irregular, em virtude dessa empatia de classe: os apropriadores e apropriadoras tinham instrução superior, falavam da mesma forma que esses magistrados. Estes elementos

²³ Muitos apropriadores e apropriadoras são pessoas já bem mais velhas, em razão de que, à época em que adotaram ou registraram ilegalmente a criança, fundava-se um desejo de adquirir uma criança, entre tantas outras justificativas, pela condição de idade do casal. Além disso, essa situação patrimonial se apresenta porque muitos netos/as apenas buscam *Abuelas* voluntariamente após a morte de um de seus apropriadores/as. É possível supor que os falecimentos, de alguma forma, facilitam que busquem por conta própria, uma vez que é retirado o “peso” da preocupação quanto às consequências que a descoberta de sua identidade poderia acarretar a esses apropriadores/as.

de pertença também eram importantes para que se convencessem de dar as crianças apropriadas em adoção - afinal, pertenciam ao mesmo grupo social.

Diante disso, muitos netos e netas podem sair de famílias apropriadoras muito ricas e integrar famílias com menos patrimônio e vice-versa. É sabido que alguns netos e netas viviam em bairros da mais alta classe na capital bonaerense, enquanto que aqueles apropriados por militares, relatam circular nos espaços profissionais e passar veraneios nos clubes militares desses seus pais²⁴. Imagine-se como é para uma pessoa, usufruindo por anos de determinada condição social dentro de seu âmbito familiar, migrar e ter de iniciar relações com seus parentes consanguíneos que mal ou pouco conhece, provenientes de um lugar social, cultural e intelectual provavelmente totalmente diverso. Por conseguinte, o dinheiro bem como a condição de classe tornam-se substâncias que tanto podem produzir parentesco quanto dificultar essa produção²⁵.

Certas “famílias” apropriadoras, frente a essa possibilidade, reservam, em testamento, uma porcentagem da disposição patrimonial para esse neto ou neta. Essa ‘benevolência’ por parte dos apropriadores, no entanto, não é um ato corrente - observa Lachener. Há situações em que apropriadores, quando réus, oferecem dinheiro em meio aos juízos de apropriação, numa tentativa de influenciar e barganhar os interesses desse neto ou neta e desencorajá-lo a permanecer em juízo. Uma manobra desesperadora, dado que esses juízos apresentam condenações altas. Soma-se a isso o fato de que muitos apropriadores/as tomam atitudes de rechaço a esse neto ou neta, como se eles fossem os culpados pela situação que enfrentam. Recorda-se que muitos apropriadores e apropriadoras acreditavam que estavam salvando essas crianças de um “lar subversivo”, portanto, tomam como insolência a atitude desse neto ou neta de buscar sua identidade ou de ir a juízo: um apropriador, inclusive, chegou a ameaçar de morte um jovem restituído que havia criado como filho próprio, quando estava na prisão²⁶.

A questão hereditária, então, torna-se uma ferramenta de permuta, de especulação ou ainda manipulação. E reflete também um problema político, quanto à própria busca e

²⁴ Informações retiradas do documentário, da entrevista com uma neta e de conversas informais com pessoas estudiosas no tema.

²⁵ A ideia de utilizar o termo substâncias para pensar o parentesco no caso dos netos e netas surgiu de Jimena Maria Massa (2016). A mesma se inspirou em Janet Carsten (2014), também antropóloga, criadora do termo “substâncias” para tratar da matéria do parentesco. Dessa forma, Massa analisou quais as substâncias utilizadas pelos netos e netas para criar o parentesco com a família consanguínea que passam a conhecer assim que localizados. Dentre elas, destacou os genes, as emoções, as práticas políticas, as memórias e os artefatos de memórias (cartas, fotos, etc.).

²⁶ “[...] que al salir, tenía reservado para mis dos abuelas, para mi hermana y para mí un tiro en la frente. Fue la última vez que lo fui a ver” – disse o neto sobre a última visita que fez ao seu apropriador. LUDUEÑA, Maria Eugenia. “RIBA: Los apropiadores le decían “judío” cuando tenía un berrinche”. **Cosecha Roja**, 17 de maio de 2016. Lesa Humanidad. Disponível em: <http://cosecharoja.org/riba-los-apropiadores-le-decian-judio-cuando-tenia-berrinches/>. Data de Acesso: 16/01/2017.

localização dessas pessoas, já que uma pessoa em dúvida quanto a sua identidade, ante a possibilidade de perder o patrimônio (que pode ser uma fortuna) daquela família que acredita ser própria, pode decidir não se aproximar dos órgãos competentes para fazer o teste genético.

3.2.2 Sucessão da família adotante

Nesta modalidade, trata-se de famílias que adotaram as crianças de forma legal e de boa-fé, na época da ditadura. Portanto, mesmo com a restituição, o estado familiar dessa adoção não é obrigatoriamente anulado - se não requerido. Logo, quando a adoção foi realizada de maneira regular, os netos e netas recebem a sucessão de seus pais e mães adotivos, de maneira tranquila. Por outro lado, se o estado familiar não se altera – nenhum direito cabe quanto à família consanguínea, nem mesmo a sucessão.

3.2.3 Sucessão da família consanguínea

A sucessão da família consanguínea acontece na medida em que o estado familiar biológico é reconstituído, seja por que: c.1. Cai o estado familiar da família “adotante”; seja daquela família apropriadora que os adotou de má-fé - uma adoção sempre ilegal, mas também em alguns casos de boa-fé - isto porque mesmo que tenha sido uma adoção originada pela boa intenção, pode ter ocorrido algum vício no procedimento, cabendo, dessa forma, a nulidade da adoção; ou, ainda, por que: c.2. Cai o estado familiar da família que os registrou falsamente. Como já mencionado, para àqueles que foram adotados, a única forma pela qual podem reestabelecer o estado familiar de origem é por meio da nulidade da adoção, um processo moroso, que dura de 3 (três) até 5 (cinco) ou 6 (seis) anos. No caso daqueles inscritos falsamente, é possível restituir seus direitos parentais de origem já em meio ao processo penal de apropriação. Ademais dessas alternativas, para que o estado familiar seja reconstituído, a legislação do país concede ações de filiação, as quais são imprescritíveis - de acordo com o art. 251 do CCyCN (ARGENTINA, 2015).

A realidade é que a maior parte destes netos e netas tem sido localizada muitos anos depois do desaparecimento deles mesmos e de seus pais. Já se passaram 40 (quarenta) anos desde que os desaparecimentos forçados em época de ditadura ocorreram. Logo, as restituições ocorreram tanto em tempos em que esses netos eram crianças e adolescentes, mas

principalmente nos últimos anos, quando essas pessoas já se encontram adultas²⁷.

Por essa razão, na maioria das vezes, uma vez restituído o estado familiar de origem, o neto ou neta se depara com os bens de pai e mãe biológicos já partilhados, posto que em se tratando de presunção de desaparecimento, pode-se proceder com a sucessão. Aliás, foi em causa dos efeitos da repressão de Estado das últimas ditaduras na Argentina²⁸, que, no ano de 1994, foi editada na Argentina, a Lei 24.321 (ARGENTINA, 1994a), a qual criou a possibilidade de se determinar a ausência por desapareção forçada ocorrida até o ano de 1983 (quando finda a última ditadura no país) e permitiu que os familiares pudessem iniciar os devidos procedimentos legais referentes aos bens do presumido falecido. A lei de 24.321 é combinada com outra de 1954, porque os efeitos civis gerados pelo desaparecimento são os mesmos.

A lei 14.394 (ARGENTINA, 1954) expressa que uma vez determinada a ausência, será preferido, para vocação hereditária, o parente do ausente na seguinte ordem: o cônjuge; os filhos; o pai ou a mãe; os irmãos e os tios, os demais parentes de grau sucessório – é o que roga o art. 19 e incisos da referida lei. Os ausentes, neste caso, são os pais e mães da criança apropriada. Portanto, dificilmente o cônjuge do desaparecido (pai ou mãe da criança) se encontrava vivo, uma vez que um dos requisitos para que a apropriação fosse exequível era que o pai e mãe da criança estivessem desaparecidos ou mortos. Assim, os próximos a receber são os descendentes de primeiro grau dos ausentes: os filhos. Como a criança apropriada se encontrava desaparecida, seu irmão ou irmã – quando havia, herdaria. Na falta de filhos, a sucessão passava para os ascendentes - avós da criança apropriada - e assim sucessivamente.

Mas, quando os netos e netas são restituídos, ou, em outras palavras, quando se localizam as pessoas apropriadas – que são também filhas de desaparecidos e, portanto, descendentes legítimos - como se resolve essa situação patrimonial?

A própria lei, em seu dispositivo 29, abre uma brecha para o denominado “herdeiro preterido”, de forma que este possa reclamar a entrega dos bens ou a participação sobre os mesmos:

Si se presentasen herederos preferentes o concurrentes preteridos que justificasen su derecho a la época del fallecimiento presunto, podrán reclamar la entrega de los bienes o la participación que les corresponda en los mismos, según el caso (ARGENTINA, 1954).

²⁷ Nos últimos anos o aparato de *Abuelas* tem se desenvolvido cada vez mais e tem sido mais eficaz nas localizações.

²⁸ A história do país é marcada por golpes de Estado.

Além do mais, a partir do novo código civil, à figura do herdeiro universal, atribui-se o direito imprescritível de herdar. Assim, o neto ou neta, herdeiro preterido, pode aplicar, em teoria, a qualquer tempo, o que se denomina de “petição de herança” para solicitar porção hereditária daqueles que cobraram em determinado tempo e forma.

TITULO IV. Petición de herencia. ARTICULO 2310.- Procedencia. La petición de herencia procede para obtener la entrega total o parcial de la herencia, sobre la base del reconocimiento de la calidad del heredero del actor, contra el que está en posesión material de la herencia, e invoca el título de heredero. ARTICULO 2311.- Imprescriptibilidad. La petición de herencia es imprescriptible, sin perjuicio de la prescripción adquisitiva que puede operar con relación a cosas singulares (ARGENTINA, 2015).

A ação de petição de herança só é imprescritível, no entanto, enquanto ainda reste um patrimônio indiviso. Uma vez dividido o patrimônio, a ação prescreve em 20 (vinte) anos – conforme consta nos artigos 3313; 3460 e 4020 do código supramencionado. Portanto, mesmo que um neto ou neta seja localizado no período do novo código em vigor, datado de 2015, verá que a imprescritibilidade expressa de seu direito de herdar apresenta um obstáculo impossível de superar, em razão de que já se passaram quase 40 (quarenta) anos – bem mais que os 20 (vinte) permitidos - desde os eventos da ditadura, do desaparecimento de seus pais e da abertura da sucessão.

Em relação à lacuna temporal que tem início na abertura de sucessão e vai até a localização do neto, tendo em vista os 20 (vinte) anos da prescrição, há algumas possibilidades possíveis. Pode ser que alguns familiares tenham iniciado os procedimentos de herança a partir da lei de 1994, que destacou a ideia de desaparecimento forçado, mas antes mesmo, a lei de 1954 já permitia determinar a ausência de um desaparecido e iniciar a sucessão. Portanto, alguns familiares do desaparecido podem já ter iniciado a sucessão logo após o desaparecimento da pessoa, com base na lei de 1954; enquanto que outras aberturas de sucessões podem ter ocorrido só a partir de 1994. No primeiro caso, os que tiveram a chance de cobrar bens foram àqueles restituídos até o fim da década de 1990, aproximadamente. No segundo caso, em que a sucessão foi feita só a partir de 1994, há chances de uma pessoa localizada até o ano de 2014 ter cobrado esses bens. As localizadas depois dessa data provavelmente verão seu título de herdeiro tardio perder a briga quanto a outro título – o de transmissão de bens a título gratuito.

A questão chave que interfere na possibilidade de que essas pessoas possam ou não adquirir tal herança é o fato de que o Estado é herdeiro, seja quando toma o patrimônio para si, seja por meio dos impostos ou “impuesto a las transmisiones gratuitas de bienes”

(BUENOS AIRES, 2009), como chamado na Argentina. Esse imposto alcança as transmissões patrimoniais a título gratuito. Dessa forma, aquele que toma posse “venteañal”, ou seja, aquele que possui um bem por 20 (vinte) anos sem interrupção e paga os impostos sobre a transmissão causa mortis obtém título sobre a posse do bem ao qual não se pode opor - arts.3999 e 4015 CCyCN (ARGENTINA, 2015). Em outras palavras, o direito de petição de herdeiro, ainda que imprescritível, não tem muitas chances na disputa sobre o título de posse²⁹.

Verdade seja dita, vence o título de posse do herdeiro mais antigo. O herdeiro preterido (neto apropriado), que esteve ausente por mais de 20 (vinte) anos, ainda que obtenha vínculo de filiação bem como condição de herdeiro reconhecida por meio de sentença, em termos práticos, não tem condições de enfrentar o justo título. Interpreto que, aqueles localizados dos anos 2000 em diante não têm como se utilizar de petição para cobrar bens quando o herdeiro mais antigo (parente consanguíneo) pagou impostos sobre o bem ao Estado por pelo menos 20 (vinte) anos, desde os anos 1980 aproximadamente. E mesmo aqueles localizados logo após os eventos da ditadura ou ainda pouco depois da abertura de sucessão permitida pela lei de 1994 – os quais estavam em tempo de disputar seu justo título de herdeiro, de forma que fizeram a tentativa ou até lograram a redistribuição patrimonial - podem ter gerado conflitos na incipiente amarra parental de origem consanguínea, seja com irmãos (se os tinha), avós, tios, e outros com vocação hereditária.

3.2.4 Herança cumulada

Um neto pode chegar a receber herança das duas famílias? Em outras palavras, ainda que tenha recebido da família apropriadora por falecimento do ascendente; pode o neto aderir-se à sucessão da família consanguínea? A resposta é afirmativa - desde que haja título legítimo e patrimônio disponível. Um exemplo hipotético seria o caso de neto restituído em que os dois apropriadores morreram e era filho único. Recebeu de maneira firme sem possibilidade que um irmão de criação possa contestar. E pode ainda reclamar o patrimônio da família consanguínea assim que localizado, se existe patrimônio e se há justo título. Essa possibilidade subsiste apenas para aquele herdeiro sem colaterais ou ascendentes, quando a petição de herança não pode ser obstada por nenhum possuidor “venteañal”. É importante situar que essa herança cumulada não se produz porque se reconhecem dois estados familiares

²⁹ Agradeço ao advogado Sebastian Limeres pelo esclarecimento quanto a essa questão da disputa de títulos.

e sim por circunstâncias que permitem a pessoa receber quando esteve vinculada a uma família e quando passa a vincular-se à outra.

3.2.5 Nenhuma herança

Não seria exagerado dizer que uma parte significativa dos netos e netas localizados figura nessa situação patrimonial: de não receber nenhuma herança por parte das famílias a que esteve vinculado. Como visto anteriormente, o que acontece, em muitos casos, é que a pessoa restituída, embora realocada para a família consanguínea, fica impossibilitada de receber seu legado, seja porque não há patrimônio disponível, seja porque já prescreveu o seu direito de herdar ou não pode opô-lo frente a justo título.

Algumas vezes, ainda, a herança não foi cobrada por ninguém na época da abertura de sucessão de seus pais e o Estado já tomou para si. Isto acontece por meio do instituto de herança jacente ou “intestada” na denominação jurídica argentina, quando não há herdeiros (ARGENTINA, 2015, art. 3545 CCyCN); ou por meio de herança vacante, quando ninguém se apresenta à sucessão (ARGENTINA, 2015, art. 2648 CCyCN).

Soma-se a isso a possibilidade da sentença sucessória referente aos bens de apropriador ou apropriadora falecido ser passível de ser revogada e a impossibilidade de herdar dos apropriadores vivos quando localizados - já que o vínculo de filiação torna-se ilegítimo e tampouco a legislação reconhece mais de um estado familiar. Assim, em uma gama de casos de restituição, a pessoa localizada não tem possibilidade de receber herança nem pelos apropriadores nem pelos familiares consanguíneos.

Mas, se esse neto não recebe herança por parte de nenhuma das famílias – quais são suas opções para adquirir alguma reparação de cunho patrimonial? A saída pode ser por meio de ação de indenização contra os apropriadores ou por lei pública.

3.2.6 Ação de danos contra os apropriadores

A propositura de uma ação de danos morais seria totalmente legítima, na medida em que essas pessoas foram vítimas de um mal sem precedentes, infligido durante tantos anos – seja pelo sequestro, pela ocultação, pelos impedimentos de viver com a família de origem. O prejuízo se estende na desestruturação da saúde física e psíquica daquele que descobre ter outra família e identidade. Esta ação, ainda, pode ser travada em campo sucessório.

Para o advogado especialista em direito das sucessões, Sebastian Limeres, ao qual também entrevistei, a maneira mais indicada para que essas pessoas possam receber da família que os apropriou, seria entrando como credores da herança. A sucessão, pela legislação argentina, possui duas figuras reivindicativas: a de herdeiro e a de credor (ARGENTINA, 2015, art. 3.452 CCyCN). Nesse seguimento, sugere o advogado Limeres que os netos se apresentem na partilha não por sua condição de descendentes, mas de titulares de um crédito, por serem considerados vítimas de um dano passível de indenização.

Não se sabe se algum neto/a já se apresentou como credor de alguma herança nem mesmo se já chegaram a cogitar ação penal por dano moral de caráter indenizatório. É apenas uma possibilidade jurídica, assim como a herança cumulada, sem conexão com um estudo de caso mais apurado.

Entretanto, não é apenas por via privada que os netos e netas podem reclamar patrimônio. Não recebendo nenhuma herança, recebendo duas heranças ou apenas herança por parte de um estado familiar - todos eles podem solicitar indenização por meio de reparação do Estado, contempladas por lei.

3.2.7 Leis Reparatórias

A Argentina, como já é de conhecimento, possui um avançado processo de memória, verdade e justiça, que tem se operado desde a transição para a democracia. Dentre os avanços históricos respeito às políticas de direitos humanos, as políticas reparatórias ocupam um lugar importante. Como visto, algumas delas existem antes mesmo da última ditadura de 1976, porque não foi a primeira vez que o país havia experimentado um golpe de Estado. No entanto, a partir dos anos 90, outras leis foram implantadas no país com o intuito de lograr a reparação das vítimas do terrorismo de Estado ocorrido até o ano de 1983. Essas políticas são executadas pela Administração Pública do Estado Argentino, mas sua criação foi possível em virtude de uma intensa luta por parte das organizações civis de direitos humanos e familiares do país, como a própria organização *Abuelas de Plaza de Mayo*. Dentre elas, destaco as que têm repercussão para os netos e netas restituídos: a lei 24.411, *Indemnización por desaparición forzada o fallecidos por el accionar del terrorismo de Estado*, de 7 de dezembro de 1994 (ARGENTINA, 1994b); e a lei 25.914, *Imndenización para Hijos*, de 4 de agosto de

2004 (ARGENTINA, 2004). São legislações públicas e podem ser consultadas *online*³⁰.

Lei 24.411, *Indemnización por desaparición forzada o fallecidos por el accionar del terrorismo de Estado*, de 01 de dezembro de 1994

Trata-se de uma lei destinada aos familiares herdeiros de pessoas que se encontram desaparecidas por desapareção forçada ou que tenham falecido por consequência do acionar do terrorismo de Estado ocorrido até o ano de 1983. Os corpos sem vida identificados e as pessoas encontradas vivas não se encaixam na situação de “desaparecido” referida pela lei. Logo, os netos e netas restituídos, os quais também são também filhos e filhas de desaparecidos, podem solicitar indenização como herdeiros tanto de pai e de mãe que tiveram o destino mencionado, podendo até mesmo receber em dobro.

No entanto, às vezes, já se cobrou esse dinheiro, dado que não são apenas os netos e netas os herdeiros - seus avós ou irmãos tem o mesmo direito de receber a indenização, a qual só pode ser cobrada uma única vez. Não é raro acontecer de que, quando localizado, o neto se encontre sem a possibilidade de receber a indenização por parte seu pai e mãe, visto que já foi cobrada por outros herdeiros. Há casos ainda em que os irmãos ou avós nem sabiam da existência da criança. Isto se deve porque, durante a ditadura, mulheres foram detidas sem saber que estavam grávidas ou sem contar aos seus próximos da gravidez, tendo os filhos em maternidades clandestinas. Esta é a situação de Guillermo Amarilla Molfino³¹, que teve sua identidade de origem revelada em 2009, ano em que também seus irmãos mais velhos descobriram que tinham um irmão caçula. Em outras hipóteses em que a indenização já foi cobrada, não se previa que a criança desaparecida ia aparecer ou mesmo que esperançosos de que fosse localizada – os familiares tem a consciência de que pode ser que a pessoa nunca seja encontrada.

E embora muitos netos nem queiram cobrar tal indenização ou o próprio familiar herdeiro reserve uma porcentagem ao neto que se busca, produzem-se conflitos igualmente. Muitos irmãos consanguíneos se desentendem por causa da indenização e isto reverbera em uma (nova) ruptura quase que irrecuperável. Não se deve desconhecer para o fato de que a relação de fraternidade recém inicia, de maneira muito frágil - até então eram completos desconhecidos. Para o neto restituído, irmão localizado depois de cobrada a indenização – o

³⁰ Disponível em: <http://www.jus.gob.ar/derechoshumanos/atencion-al-ciudadano/politicas-reparatorias.aspx>. Data de Acesso: 16/01/2017.

³¹ Guillermo Amarilla Molfino antes se chamava Martín e também é um dos protagonistas do documentário analisado.

ressentimento é de que foi preterido por não o haverem esperado. E para aquele irmão que não foi apropriado, o qual viveu toda a situação do desaparecimento de pai e mãe e que teve que ser criado por outros parentes – sente que tem razão de cobrar – sejam pelos processos complicados que teve que passar ao viver a situação de desaparecimento e perda de pai e mãe; por haver sido criado por outros parentes; porque se sente no direito de cobrar a indenização dos pais que ele mesmo conheceu – diferente do irmão que foi apropriado ainda muito bebê; porque o irmão apropriado já é contemplado em outra lei de cunho reparatório (a lei de *Hijos*) – como será visto a seguir; ou ainda porque simplesmente prefere não esperar pelo acaso.

Contudo, mesmo que o irmão tenha reservado uma porcentagem do monto indenizatório – pode ser que este neto não o considere uma quota justa. G.P.R., neto restituído, entrou na justiça por discordar da quantia que sua irmã reservou a ele. Promoveu petição de herança contra a referida, pela soma que ele acredita ser o 50% do total da indenização outorgada³². Sabe-se que M.E.P, no entanto, reservou parte da indenização antes mesmo de saber que ele seria localizado, sendo muito ativa em sua busca e tomando frente para que os dois pudessem se aproximar fraternamente, uma vez localizado. Hoje os dois pouco se falam.

A lei 24.411 não trata de proporção para co-herdeiros. Seria interessante que a lei previsse uma porcentagem para cada irmão, reservando, então, uma quota do monto indenizatório tanto de pai quanto de mãe ao filho herdeiro ainda desaparecido? Mas e se ele nunca for encontrado? Deveria o Estado ser cobrado mais uma vez pelo aparecimento de um herdeiro que se ignorava ou esse problema deve ser reservado às partes interessadas no âmbito privado? É uma questão de discutir se há responsabilidade pública ou privada e que deveria ser enfrentada pelos organismos de familiares e pelo poder judiciário argentino. A meu ver, por tal reparação ser devida por atos praticados pelo próprio Estado argentino – não há que se reservar a resolução ao privado. A responsabilidade é pública, devendo o erário do Estado arcar com ambas as indenizações.

Um último aspecto a ser levantado é que os adotados legalmente, por não serem considerados herdeiros dos familiares consanguíneos e sim de sua família adotiva – não podem solicitar o mencionado monto indenizatório. Este é outro impasse da delicada situação patrimonial desses netos e netas.

Lei 25.914, *Imndenización para Hijos*, de 4 de agosto de 2004.

³² O voto, datado de 2012, do procurador Luis Santiago Gonzalez Warcalde sobre o caso encontra-se público na internet: http://www.mpf.gob.ar/Dictámenes/2012/GWarcalde/julio/Perez_Roisinblit_Guillermo_P_127_L_XVLI_L.pdf. Data de Acesso: 16/01/2017.

¿A quién está destinado? A las personas que hubieren nacido durante la privación de la libertad de sus madres, o que siendo menores hubiesen permanecido detenidos en relación a sus padres, siempre que cualquiera de éstos hubiese estado detenido y/o desaparecido y/o hubiese fallecido por razones políticas, entre 16 de junio de 1955 y el 9 de diciembre de 1983; y para aquellas que por alguna de esas circunstancias, hayan sido víctimas de sustitución de identidad (ARGENTINA, 2004).

A chamada lei de *Hijos* resulta numa importante política de reparação das crianças que foram apropriadas. Destina-se aos filhos de detidos-desaparecidos-falecidos por razões políticas entre 1955 e 1983, que também foram detidos junto aos seus pais ou que tenham nascido durante a privação de liberdade de suas mães. Contempla ainda àqueles que tiveram a identidade subtraída. Ou seja, inclui-se na lei não apenas os netos e netas restituídos - filhos de desaparecidos roubados depois de sequestrados junto a seus pais ou por haverem nascidos em cativeiro; também se contempla alguns filhos de desaparecidos que embora não tiveram sua identidade apropriada, permaneceram detidos com pai ou mãe sendo depois liberados.

Quando a lei foi publicada, os jovens restituídos tinham aproximadamente 17-20 anos, e à época poderiam comprar um apartamento de dois ambientes num bairro classe média da capital federal Argentina, segundo me indicou Pablo Lachener. Esse valor correspondia a aproximadamente 100 mil dólares.

3.3 NATUREZA CIVIL E PENAL DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Como se observou neste primeiro capítulo, a alteração filial obrigatória traz consequências ao registro civil do nome e à vocação sucessória.

Os conflitos patrimoniais vão muito além da esfera jurídica, gerando uma enormidade de situações complexas que mesclam barganha, interesses, classe, capital econômico, ressentimentos. Os afetos e os desafetos, as afecções e as desafecções, os quais surgem no seio de qualquer entrosamento familiar são mais visíveis no caso dessas pessoas que dividem suas atenções para duas famílias – seja para se tornar menos parente de um ou mais parente de outro³³. Além disso, não se torna muito difícil opinar o quão injusta é a situação à qual essas pessoas se encontram quando restituídas - em que pese a ruptura traumática e o desconcerto emocional e psíquico que experimentam – agravado pela possibilidade de que tenham que brigar, inclusive judicialmente, por um patrimônio ou que possivelmente fiquem sem bem

³³ A ideia de construção de parentesco como um processo de se tornar mais ou menos filho é de Jimena Maria Massa (2016).

algum.

De acordo com o advogado da associação, Lachener, esta possibilidade, de que a pessoa não receba nada em virtude de herança, é algo comum e corrente na sociedade. Segundo o advogado, ainda, estes são casos muito excepcionais em termos de direito. E que se aos comuns nos passam todos esses problemas hereditários, às pessoas que foram vítimas terrorismo de Estado, as dificuldades se multiplicam.

E o direito pode regular esses casos? O advogado acredita que não. Tampouco interessa à *Abuelas* entrar nesse tema - respondeu - quando perguntado sobre interesse de buscar uma regulação para esses casos patrimoniais. Considero que dita opção da associação tem a ver com uma discussão mais complexa entre público e privado.

Como comentado na parte introdutória do capítulo, a associação lida tão somente com os crimes contra os direitos humanos, do âmbito do direito penal. A motivação – para que a associação não atenda também os temas de natureza civil pode ser compreendida em alguns vieses.

Primeiramente, o recorte de “justiça de transição”³⁴ por parte da associação, que é bastante específico. A associação lida com aquilo que entende que lhe compete juridicizar – o campo público dos direitos humanos; e não a esfera civil. Enquanto o crime de apropriação é considerado um crime contra os direitos humanos, e esses mesmos direitos humanos são assunto da esfera pública; a herança e o registro de nome são temas basicamente da esfera civil e privada. Logo, a associação torna-se autora apenas em juízos que envolvem a substituição e supressão de identidade de filhos de desaparecidos – os crimes de apropriação. O que não a faz omitir-se de outro tipo de ajuda mais individualizada, de proporcionar uma fonte de contenção, já que há - segundo Lachener, para além da esfera penal – atendimento terapêutico aos restituídos, por meio de equipes de assistentes sociais e psicólogos.

Outro aspecto relevante a ser levantado para que a justiça de transição não seja discutida em termos de direito civil é o dinheiro. Lachener também me relatou que quando as leis reparatórias surgiram, houve uma discussão por parte dos atingidos pela repressão se esse tipo de reparação (monetária) seria válido. Um tema que se torna tabu na medida em que havia uma causa comunista e anti-capitalista à época da militância dos anos 1960 e 1970 bem como na resistência à ditadura. Logo, receber dinheiro do Estado pode ter sido compreendido

³⁴ O conceito de justiça de transição “vincula-se aos processos históricos de transição de ditaduras para regimes pós-ditatoriais” (LIMA, 2012, p.31). Os temas que lhe são importantes podem ser divididos em quatro: “o direito à memória e à verdade, o direito à reparação das vítimas, a responsabilização dos agentes perpetradores das violações aos direitos humanos e a readequação democrática das instituições que possibilitaram os abusos de poder” (BAGGIO apud LIMA, 2012, p.269).

por alguns como resignação tendo em vista que esse mesmo Estado, anos antes, violou direitos e desapareceu pessoas; ou mesmo como uma traição à causa. Assim, deve haver alguma dificuldade para que o tema de aquisição de bens por herança seja discutido abertamente por essas associações de direitos humanos/de familiares de desaparecidos, na medida em que se trata de benefício econômico.

Em segundo lugar, imagine-se que há uma carga imensa de trabalho e de despesas para que esses processos caminhem. Lidar com os problemas jurídicos dos restituídos no âmbito civil exenderia mais tempo e recursos que poderiam ser filtrados apenas para a demanda considerada mais urgente e relevante politicamente – julgar os crimes de apropriação e encontrar outros netos e netas desaparecidos. Ainda, de acordo com Lachener, a associação prefere não interferir em questões mais pessoais, subjetivas e afetivas de cada pessoa que é restituída, especialmente quando essas pessoas seguem tendo vínculos com os apropriadores.

Finalmente, relembra-se que a opinião do advogado é de que o direito não poderia regular estes casos, porque segundo ele cada caso é único e se a lei passasse a regulá-los, provavelmente o faria mal. Portanto, está convicto dos limites do direito, na medida em que reduz a subjetividade de cada pessoa, de cada caso. Isto porque, afinal, todos esses conflitos apresentados são, sumariamente, humanos. O direito, como ferramenta reguladora, escapa a esses casos de restituição - assevera o advogado, na medida em que nem sempre se pode resolver essa questão patrimonial; sucessória, pelas vias jurídicas. O que se vê, em última instância, é um conflito social e político. O direito seria então insuficiente para tratar desses casos? O direito enquadraria subjetividades?

Uma anedota: Quando entrevistei uma neta restituída, em novembro do ano passado, ela me confidenciou que rompeu as relações com seu apropriador e com seu irmão de criação por motivos de conflitos de herança. Quando sua mãe apropriadora faleceu, seu apropriador - que a havia criado e a tratado como filha durante anos, conseguiu apartá-la da partilha sucessória. Ela se sentiu injustiçada por ter sido preterida, por que, à época, ainda era filha adotiva deles no papel - então tinha direito de receber. O caso da neta foi de adoção pseudo-legal: depois de sequestrada foi encaminhada a um juízo de adoção, e por meio de procedimentos irregulares – foi considerada passível de ser adotada. E como há um processo judicial para que a adoção seja anulada, a neta permaneceu “adotada” por muito tempo, mesmo depois de restituída. Quando contei a ela que existia uma maneira de se pensar alternativamente sua situação patrimonial e familiar - na medida em que se poderia discutir o direito à herança tanto da família apropriadora que a criou quanto da família consanguínea, se seu caso fosse percebido pelo viés da multiparentalidade jurídica – ela se espantou

positivamente.

Pelo que foi exposto, não haveria, então, um conflito sobre o que seria, por um lado, a demanda da organização – os juízos de apropriação e os direitos humanos, de esfera pública; e por outro, a demanda dos netos e netas – seus conflitos patrimoniais e de registro de nome, assuntos de direito privado? A neta cuja história foi relatada aqui, por exemplo, contou-me que demandou muita coisa da organização e não foi atendida.

Se os casos são únicos, logo, alguns casos, jurisprudencialmente, poderiam ser resolvidos pela multiparentalidade. Não quero defender mais uma regulação em termos legislativos para esses casos, porque compartilho do entendimento de Lachener acerca das limitações e falhas do direito – mas gostaria de propor essa alternativa, a ser discutida em cada caso.

Nesta compreensão, a multiparentalidade pode ainda abrir um campo de discussão no âmbito civil, para que as questões relacionadas ao nome, à sucessão e a vinculação familiar não sejam preteridas em detrimento do direito penal quando se trata de crimes contra os direitos humanos e justiça de transição. Inclusive, defendo sua utilização como ferramenta reparadora. Por isso, no próximo capítulo, proponho-me a discutir soluções e limites do uso da multiparentalidade nas situações complexas em que se envolvem os restituídos, no âmbito do direito de família e sucessões.

4 A PLURIPARENTALIDADE JURÍDICA: LIMITES E ABERTURAS

4.1 A PLURIPARENTALIDADE JURÍDICA NO BRASIL E NA ARGENTINA

Nas últimas décadas, o direito de família, tanto no Brasil como na Argentina, tem recepcionado debates que preconizam uma noção de família mais plural. O reconhecimento da multiplicidade de formas e sentidos de família também já se tornou senso comum acadêmico (DUARTE, 1995, p.27), particularmente das ciências humanas. Mas nem sempre foi assim.

De início, o biológico imperava. O direito de família, durante muito tempo, foi visto e compreendido por apenas uma amostra reduzida do significado de família - a genética³⁵. Em seguida, a afetividade passou a ser valorizada, num fenômeno conhecido como “desbiologização da paternidade”, sob um entendimento “no qual a parentalidade não decorre da natureza, apenas com a fecundação e o nascimento da criança – apesar de fonte de responsabilidade civil –, mas sim de um fato cultural” (ARAUJO; BARBOSA, 2015, P.13). No entanto, essa priorização veio em detrimento do mundo biológico - uma das dimensões existenciais do ser humano, ademais do âmbito afetivo. O mundo biológico também importa, inclusive, em muitos países, já se tem reconhecido o direito do filho afetivo de investigar sua origem genética³⁶. (WELTER, 2009). Hoje, o que se instaura, paulatinamente, é a equiparação do afetivo e do biológico, pela tese da “multiparentalidade”, de modo que os dois não mais se excluam mutuamente, mas que subsistam em conjunto. Nas palavras do advogado Christiano Cassetari (2015):

Assim sendo, não podemos esquecer que é plenamente possível a existência de essa parentalidade biológica sem afeto entre pais e filhos, e não é por isso que uma irá prevalecer sobre a outra, pelo contrário elas devem coexistir em razão de serem distintas. (CASSETARI, 2015, p.17)

Há discussões ainda, que para além da bidimensionalidade genética e afetiva, tem recomendado mais um princípio para o modo de ser em família – o ontológico. De acordo com Belmiro Pedro Welter (2009), autor de uma das mais inovadoras teorias filosóficas de

³⁵ “A tradição comprova que a família sempre foi compreendida apenas em uma parte da genética, deixando de fora a totalidade da dimensão existencial da biologia, da (des) afetividade e da ontologia [...]” (WELTER, 2009, p.26).

³⁶ Segundo Belmiro Pedro Welter, o direito a conhecer a origem genética se sobrepõe ao anonimato em países em que a inseminação artificial está mais desenvolvida. (WELTER, 2009, p.218)

direito de família no Brasil, a família deve ser reconhecida em sua tridimensionalidade, acolhendo o mundo genético, afetivo e ontológico:

a) **O mundo biológico** é o mesmo em todos os seres vivos, dos objetos a nossa volta, o mundo natural, dos organismos, das leis e ciclos naturais de dormir, acordar, nascer, morrer, desejo, alívio, determinismo, necessidade biológica, impulso, instinto, o mundo em que o ser humano existe mesmo se não tivesse autoconsciência; b) **O mundo (des) afetivo** é o dos inter-relacionamentos entre os seres humanos em família e na sociedade, em que, por exemplo, ele não deve insistir para que o outro membro familiar se ajuste a ele ou ele ao outro, porque, nesse caso, ambos não estarão convivendo e compartilhando no mundo afetivo, e sim no mundo genético, no mundo do instinto, das necessidades dos seres vivos em geral. É no mundo afetivo que o humano deixa de ser um mero ser vivo, passando a ser pessoa, tendo em vista que mergulha no mundo da linguagem; c) **O mundo ontológico** é o da percepção de si mesmo, do autorrelacionamento, do autoconhecimento, o significado que uma coisa ou outro ser humano tem para ele, e não para os outros, é a percepção do senso da realidade como ela é, e não como ela é imposta pela cultura jurídica do mundo ocidental, numa relação entre sujeito e sujeito. (grifos meus, WELTER, 2009, p.169).

A partir deste novo paradigma, alguns tipos familiares podem ser distinguidos:

A **família homoafetiva**: aquela formada pela união de pessoas de mesmo sexo seja pela união estável ou pelo casamento; A **família monoparental**: aquela constituída por um dos genitores e sua prole (natural ou civil), podendo-se até incluir o padrasto que mora com o enteado cujos parentes faleceram; A **família reconstituída** que os argentinos chamam de "**ensambladas**": Aquela formada por pessoas que tem filhos de uma relação anterior e se unem novamente a outra pessoa que também pode ter filhos. Assim, essa nova família será constituída pelo casal e os filhos que cada um (ou só de um deles) trouxe da relação anterior, mais os eventuais filhos do próprio casal (alguém já sintetizou esse tipo de família em: "Los mios, los tuyos e los nuestros"); A **família pluriparental**: aquela formada por parentes tais como dos irmãos que moram sozinhos; ou do tio que mora com o sobrinho ou, até mesmo, de pessoas de parentesco distante que decidem morar juntas no mesmo lugar [...] (grifos meus, MELO, 2013).

Também se encaixam no conceito de **família pluriparental** os vínculos que se estabelecem com mais de duas pessoas desempenhando as funções parentais. Estas, segundo Dias, são novas realidades cada vez mais frequentes, principalmente quando são utilizadas as modernas técnicas de reprodução assistida, em que mais de uma pessoa faz parte do processo procriativo (DIAS, 2008). Além destas, identifica-se ainda a **família anaparental**:

[...] possui como basilar o elemento afetividade, que se caracteriza pela inexistência da figura dos pais, ou seja, constituí-se basicamente pela convivência entre parentes do vínculo da colateralidade ou pessoas – mesmo que não parentes e sem conotação sexual - dentro de uma mesma estruturação com identidade de propósitos, que é o *animus* de constituir família (KUSANO, 2010).

Para este trabalho adotarei os conceitos de “pluriparentalidade jurídica”, “multiparentalidade” e “famílias plurais” para abarcar todos esses modelos.

No Brasil, embora na lei não conste expressamente o acolhimento da família plural, existem doutrinas, artigos científicos, jurisprudência e inclusive decisões supremas em favor de assim abrigá-la. Maria Berenice Dias representa este grupo. A jurista gaúcha tem se consolidado como uma importante referência para trabalhos e pesquisas científicas no âmbito direito de família brasileiro e internacional e tem logrado influenciar a opinião de muitos profissionais de direito, mobilizando decisões jurídicas transformadoras da nossa realidade social. Em “Família pluriparental, uma nova realidade” (2008), a magistrada pondera que importa a convivência e a afetividade - para além dos laços consanguíneos de parentesco, para se caracterizar o que ela denomina de família parental:

Cunhado um novo conceito de família, atentando muito mais à natureza do vínculo que une seus integrantes do que ao seu formato ou modo de constituição, é necessário reconhecer que outras estruturas de convívio merecem ser enlaçadas no âmbito do direito das famílias. Não há como exigir a diferença de gerações ou a prática sexual entre seus integrantes para se reconhecer a existência de uma família. Esta visão mais abrangente leva à inserção, no âmbito do conceito de família, das chamadas famílias parentais, ou seja, os núcleos de convívio formados por parentes [...] Merecem ser chamadas de famílias parentais os vínculos de convivência em que há comprometimento mútuo decorrente da afetividade (DIAS, 2008).

A jurisprudência brasileira também tem sido exemplo quanto à determinação de casos de multiparentalidade, inclusive para a Argentina³⁷. O professor Cassetari, em sua mais recente sinopse jurídica publicada, sustenta que “com o passar do tempo os posicionamentos jurisprudenciais estão se modificando, pois encontramos mais decisões de que é possível do que impossível” (CASSETARI, 2015, p.172), em relação à possibilidade da pessoa registrar-se com duas mães e dois pais. Por meio da obra intitulada “Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva: efeitos jurídicos”, do ano de 2015, o autor apresenta e analisa aproximadamente 15 (quinze) casos de multiparentalidade outorgada pela jurisprudência em diversas regiões geográficas do país³⁸.

Nesse seguimento, o Supremo Tribunal Federal (STF) do nosso país, em setembro do ano passado, recepcionou a socioafetividade e a multiparentalidade ao analisar o tema de Repercussão Geral 622, acerca da “prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da paternidade biológica”. No caso, os ministros entenderam que a existência de paternidade

³⁷ No estudo realizado pelo juiz argentino Martín B. Alesi, acerca dos deveres e direitos dos padres e filhos afins, o autor referencia um caso de registro pluriparental no nosso estado gaúcho: “Y más recientemente, en un caso análogo, un juez de la localidad de Santa María, Brasil, admitió una acción de rectificación del acta de nacimiento de una niña tendiente a inscribir en el registro la paternidad y una doble maternidad, promovida por ambos progenitores biológicos y por la pareja de la gestante, quienes expusieron que el embarazo por concepción natural fue acordado por los tres”. (ALESI, 2015, p.14).

³⁸ Desde o Rio Grande do Sul até o Acre, passando pelo Paraná, Amazonas, São Paulo, etc. – o autor discute casos variados de multiparentalidade permitidas pela jurisprudência pátria. (CASSETARI, 2015, pp. 169-210).

socioafetiva não exime de responsabilidade o pai biológico. Neste ínterim, a tese aprovada permite destacar três aspectos gerais: o reconhecimento da afetividade; a ideia de que o vínculo socioafetivo e biológico tem igual grau de hierarquia jurídica e a possibilidade jurídica da multiparentalidade e de seus efeitos, inclusive patrimoniais (CALDERÓN, 2016a). Nas palavras do ministro Luiz Fux:

[...] descabe pretender decidir entre a filiação afetiva e a biológica, quando o melhor interesse do descendente é o reconhecimento, por exemplo, jurídico de ambos os vínculos. Do contrário, estar-se-ia transformando o ser humano em mero instrumento dos esquemas condenados pelos legisladores. É o direito que deve servir a pessoa, e não a pessoa que deve servir o direito (FUX apud CALDERÓN, 2016b).

Até então - além da consideração da união homoafetiva como entidade familiar também pelo STF, em 2011 -, era protegido pelo Estado, a partir da Constituição Federal de 1988, não só a família matrimonial, mas também as originárias da união estável (art. 226, § 3º), bem como as famílias monoparentais (art. 226, § 4º), deixando em aberto a possibilidade de outras formas de família. Mas os conceitos familiares mais avançados, contidos expressamente no ordenamento pátrio, são aqueles provenientes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. O ECA reconhece a existência de três espécies de família: a) **família natural**: assim entendida a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes (art. 25, *caput*, ECA); b) **família extensa**: aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (art. 25, parágrafo único, ECA); c) **família substituta**: para a qual o menor deve ser encaminhado de maneira excepcional, por meio de qualquer das três modalidades possíveis, que são: guarda, tutela e adoção.

Uma ideia mais plural de família foi recentemente rejeitada na aprovação do Estatuto da Família pela Câmara de Deputados (2015). O texto reconheceu família como “a entidade familiar formada a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou de união estável, e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos”³⁹. O conceito rejeitado, do deputado Glauber Braga (PSol-RJ), tinha a intenção de definir a entidade familiar como um “núcleo social formado por duas ou mais pessoas unidas por laços

³⁹ HAJE, Lara; ARAUJO, Newton. “Câmara aprova Estatuto da Família formada a partir da união de homem e mulher”. **Câmara Notícias**, Brasil, 08 de outubro de 2015. Direitos Humanos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/497879-CAMARA-APROVA-ESTATUTO-DA-FAMILIA-FORMADA-A-PARTIR-DA-UNIAO-DE-HOMEM-E-MULHER.html>. Data de Acesso: 16/01/2017.

sanguíneos ou afetivos, originados pelo casamento, união estável ou afinidade”⁴⁰. Como se vê, em se tratando de direito, ele é historicamente produzido, podendo ser constituído de avanços (ECA, CF) e retrocessos (Estatuto da Família).

Em se tratando de avanços, nosso país vizinho, em termos sociais, culturais e intelectuais, é considerado sempre um modelo a ser seguido pelo Brasil. No entanto, quando busquei o tema da “pluriparentalidade jurídica” pela ferramenta de busca Google e também no banco de dados da biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Córdoba (UNC), o que encontrei foi quase nada ou pouca coisa. A princípio, não sabia se buscava o termo correto. Multiparentalidade? Pluriparentalidade? Multifamílias? Nada surgia. Depois, questioneei colegas argentinos do ramo e tampouco sabiam me contestar. Seria por que a “pluriparentalidade jurídica”, na Argentina, não possui ainda um estatuto – igual ao que se tem constituído no Brasil? O Brasil, em comparação à Argentina, estaria inovando em termos de direito de família?! Não é bem assim. Há muito mais incógnitas e outras determinantes nessa afirmação.

A lei do divórcio, na Argentina, por exemplo, data de 1954. Enquanto que no Brasil, a possibilidade dessa separação só passou a existir por lei em 1977. O estabelecimento da igualdade entre filhos dentro e fora do casamento é de 1985, três anos antes da nossa Constituição, que irá seguir essa reforma. Enquanto que o instituto das “famílias ensambladas”, que dizem respeito às famílias reconstituídas, passou a ser discutido na Argentina já a partir de 1987. De acordo com Christiano Cassetari, no tema da parentalidade socioafetiva, “a doutrina e a jurisprudência brasileira caminham a anos-luz de distância da Argentina”. (CASSETARI, 2015, p.40). Embora não concorde plenamente com essa afirmação, é preciso tirar o chapéu para o novo código civil argentino, aprovado no ano retrasado, em 2015. Dita lei recepciona um direito de família muito mais aberto e de acordo com as complexidades vividas no interior da sociedade pluralista do tempo presente.

O texto, como já mencionado, recepciona o princípio da “família em um contexto multicultural”, dando ensejo ao reconhecimento do matrimônio igualitário, da união estável (chamada união convivencial) e da filiação por meio de técnicas de reprodução assistida. Dispõe Ricardo Luis Lorenzetti, em apresentação dos fundamentos do projeto de lei, acerca dessa matéria:

VI). La familia en un contexto multicultural. En materia de familia se han adoptado decisiones importantes a fin de dar un marco regulatorio a una serie de

⁴⁰ Idem.

conductas sociales que no se pueden ignorar. En ese sentido, se incorporan normas 5 relativas al matrimonio igualitario (arts. 403 y ss) y las uniones convivenciales (arts. 506 y ss), mientras que se reconoce la filiación por naturaleza, mediante técnicas de reproducción humana asistida y por adopción (arts. 558 y ss). Se regulan los efectos del matrimonio igualitario ya receptado por el legislador y la posibilidad de optar por un régimen patrimonial (arts. 446 y ss). Ello no significa promover determinadas conductas o una decisión valorativa respecto de algunas de ellas. **De lo que se trata es de regular una serie de opciones de vidas propias de una sociedad pluralista, en la que conviven diferentes visiones que el legislador no puede desatender** (LORENZETTI, 2012, p.4-5, grifos meus).

Como se vê, a pluralidade tornou-se princípio a partir do novo código. Por exemplo, a “família reconstituída” ou “familia ensamblada” debuta no código civil, ao ser criado um artigo específico dispondo acerca dos direitos e deveres do “progenitor-afim” (antigo “padrasto” ou “madrasta”, definido como “el cónyuge o conviviente que vive con quien tiene a su cargo el cuidado personal del niño o adolescente” segundo o artigo 672 do CCyCN (ARGENTINA, 2015). Além disso, uma nova possibilidade de adoção passa a ser prevista.

Antes, o código civil argentino possibilitava tão somente duas modalidades de adoções: a simples e a plena, advindas do direito romano. A adoção plena pode ser equiparada com o formato de adoção por si só que temos no Brasil. Ou seja, o adotado desvincula-se totalmente de sua família biológica e possui todos os direitos referentes à família adotante. Enquanto a adoção plena é irrevogável, a adoção simples é passível de ser revogada. Na adoção simples o adotado não se desvincula totalmente de sua família biológica, mas tampouco cria vínculos totais com a família do adotante. Ainda que seja conferida ao adotado a posição de filho biológico, assim como na adoção plena, o adotado não se relaciona juridicamente com ascendentes e colaterais do adotante. De acordo com a advogada Carolina Vanetta:

Es decir, a modo explicativo, que el "adoptado simple" no es nieto de los padres del adoptante, no es hermano de los hijos biológicos del adoptante, no es sobrino de los hermanos del adoptante y no es primo de los hijos de los hermanos del adoptante. Así como tampoco se extingue el vínculo que existe entre el adoptado y su familia biológica. Tal es así que puede utilizar además del apellido de su adoptante, el suyo propio, cuando adquiera la mayoría de edad. Este tipo de adopción sí es revocable por las causales expresamente previstas en el actual Código Civil. Por último es admisible que el adoptado sea reconocido por sus padres biológicos e incluso no pierde la acción de filiación.⁴¹.

⁴¹ Entrevista realizada por um jornal argentino, contido em: PETRINI, Carmen. "En la adopción plena no existe ninguna diferencia con relación a un hijo biológico". **El Tribuno**, Salta, 25 de abril de 2015. Entrevista. Disponível em: <http://www.tribuno.info/en-la-adopcion-plena-no-existe-ninguna-diferencia-relacion-un-hijo-biologico-n539602>. Data de Acesso: 16/01/2017.

Esta modalidade de adoção tem lugar quando não resulta conveniente destruir a relação de parentesco entre o adotado e sua família de origem, por isso, costumava ser utilizada nos casos em que se queria adotar o filho do cônjuge. No entanto, a partir do código civil de 2015, esse tipo de recomposição familiar reconstituído, ganha maior proteção por meio do instituto da “adoção por integração”:

La adopción de integración posibilita la consagración legal de un vínculo socio-afectivo preexistente entre el adoptante y el hijo del cónyuge o conviviente, preservando siempre el vínculo filiatorio y todos sus efectos entre el adoptado y su progenitor de origen (ZANINO, 2016, p.1).

Dado que a adoção por integração pressupõe a pré-existência de uma comunidade familiar idônea para o crescimento e cuidado da criança, foi eximido o requisito de que o infante só pudesse ser adotado de que as necessidades afetivas e materiais não pudessem ser proporcionados por sua família de origem e simplificou o trâmite de forma que não se exige o registro do adotante, não se requererá a declaração judicial de adotabilidade nem a guarda prévia da criança (ARGENTINA, 2015, art. 632 CCyCN) (LOGUERCIO, 2016, p.2).

A adoção por integração pode se dar tanto no formato da adoção simples como plena. Por isso, dos efeitos da adoção de integração:

(artigo 631): a) se o adotado tem um único vínculo filial de origem, ele se insere na família do adotante com os efeitos da adoção plena. Neste caso, as regras sobre a titularidade e o exercício da “responsabilidade parental” aplicar-se-ão às relações entre o progenitor de origem, o adotante e o adotado; b) se o adotado tem duplo vínculo filial de origem, o juiz decidirá quanto aos efeitos da adoção, levando-se em conta as circunstâncias e atendendo ao interesse superior da criança [com remissão ao artigo 621] (ARGENTINA, 2015). (trad., RODRIGUES JUNIOR, 2014).

Embora, como observado anteriormente, o código não permita mais de dois vínculos filiais - defende parte da doutrina que sejam flexibilizados os efeitos da adoção, de modo que sejam pluralizadas as possibilidades de vinculação filial:

[...] cabría considerar la flexibilización de sus efectos con relación a la familia ampliada del progenitor fallecido: abuelos/as, tíos/as, primos/as, etc. que continúan siendo parte de la familia del niño/a. De lo contrario, se estarían restringiendo o excluyendo vínculos, en oposición a la finalidad y propósito esencial del instituto el cual consiste, según señalamos, en ampliar los lazos familiares y afectivos de la persona menor de edad (ZANINO, 2016, p.3).

Ainda, por exemplo, pode ser concedida a adoção plena e mesmo assim, outorgar o predomínio dos vínculos com a família de origem, como o é na adoção simples. Dessa forma,

pode existir uma mescla dos formatos pleno e simples de adoção, quando se queira atender o maior interesse da criança:

[...] la solución del CCyCN otorga amplias facultades a los jueces para respetar, modificar o crear consecuencias jurídicas con algunos o varios miembros de la familia adoptiva o de origen, con independencia del tipo de adopción que proceda decretar [...] Esta decisión de política legislativa, se aprecia en total consonancia con la necesaria ampliación del concepto de familia, desde la obligada mirada convencional-constitucional que no reconoce un solo tipo de familia sino, por el contrario, conlleva a propiciar soluciones jurisprudenciales respetuosas y protectorias de una pluralidad de modalidades de organización familiar que hoy coexisten en nuestra sociedad (ZANINO, 2016, p.3).

O novo código argentino ainda, não hierarquiza biologia e afeto ao conceder o direito do adotado de conhecer suas origens. (ARGENTINA, 2015, art. 596 CCyCN). Não obstante, por que se encontra apenas bem pouca coisa referente à pluriparentalidade jurídica na Argentina?

Creio que isso se deve porque há um entendimento, muito em voga por parte da cultura jurídica do país argentino, que embora tenha recepcionado a pluralidade por lei, ainda não concebe que sejam outorgados casos de filiação plural, em que uma criança seja registrada com mais de um pai e mãe. A jurisprudência argentina, diferente da brasileira, tem admitido poucos casos de registro multifilial⁴². Além disso, ainda que a adoção por integração seja um passo para o reconhecimento de famílias mais plurais, a lei ainda é categórica quando se trata das “familias ensambladas”: a pluriparentalidade, nas famílias reconstituídas, é hierarquizada e restrita.

Em primeiro lugar, o novo código não alterou o limite de dois vínculos filiais para o exercício da responsabilidade parental, assim como para registro e sucessão. Por isso, o progenitor-afim – aquele possível adotante na adoção por integração, só tem responsabilidade equitativa quando morre o progenitor de origem ou quando adota em definitivo a criança – desde que ela tivesse apenas um vínculo filial de origem. Em resumo, não se permite o registro multifilial. Diante disso, reflete uma das integrantes da reforma do código civil argentino sobre a não adoção, por dita lei, da pluriparentalidade em seu sentido pleno:

Una de las integrantes de la comisión redactora, Aída Kemelmajer de Carlucci, explica las razones de este criterio refractario del Código a la pluripaternidad plena, sosteniendo que se receptaron algunos cambios que ya se verifican en la sociedad,

⁴² Um caso inédito de filiação tripla foi outorgado no país, em abril de 2015. No entanto, não se encontrou jurisprudência semelhante. REDAÇÃO. “Duas mães e um pai: Argentina registra caso inédito de bebê com filiação tripla”. **Opera Mundi**, São Paulo, 25 de abril de 2015. Direito à Identidade. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/40240/duas+maes+e+um+pai+argentina+registra+caso+inedito+de+bebe+com+filiacao+tripla.shtml>. Data de Acesso 16/01/2017.

pero que aún no tienen consenso, prefiriéndose la política de lo que los italianos llaman *piccoli passi* (pequeños pasos), conscientes de que quizás, en poco tiempo, el Código necesitará otra reforma. En particular, esclarece que el art. 558 sigue la regla tradicional del doble vínculo filial, pero no se ignoró el debate generado por el proyecto de ley 1476 para el Estado de California, Estados Unidos, que autoriza a los jueces a reconocer más de dos progenitores a un niño, con fundamento en la necesidad de admitir familias diferentes de aquellas tradicionales. (ALESI, 2015, p.13)

Em outra instância, em se tratando do progenitor de origem que convive com o chamado progenitor-afim, é sempre a última palavra daquele que gerou a criança que vale, já que "en caso de desacuerdo entre el progenitor y su cónyuge o conviviente prevalece el criterio del progenitor" (ARGENTINA, 2015, art. 673 CCyCN). É dizer que se hierarquiza a pluriparentalidade.

La pluriparentalidad se descubre como una solución jurisprudencial razonable cuando el niño ocupa el lugar estable de hijo para más dos personas, trasladándose al plano jurídico lo que ya existe en su realidad cotidiana. ¿Por qué el derecho tiene que elegir a un progenitor y descartar al otro, afectándose el derecho a la vida familiar de todos los integrantes del grupo, y el desarrollo integral de un niño que es criado en el marco de un proyecto parental integrado por más de dos personas? (ALESI, 2015, p.13).

Nesse sentido, embora na Argentina, diferente do Brasil, tenha sido *expressamente* reconhecida a família em contexto mais plural, ela ainda é circunscrita a certos padrões. Em resumo, pode-se dizer que em termos de legislação, a Argentina se mostra bem mais avançada que o nosso país no reconhecimento das famílias mais plurais. Mas, no tocante ao estatuto científico (teorias, doutrinas) e para efeitos práticos - na medida em que a jurisprudência interfere *diretamente* na realidade social - o Brasil se destaca ao determinar a multiparentalidade em diversos casos levados às instâncias judiciais, inclusive para fins sucessórios.

Por outro lado, ainda faz falta, tanto no âmbito do direito argentino quanto do brasileiro, o acolhimento da família anaparental (que se caracteriza pela inexistência da figura dos pais, ou seja, constitui-se basicamente pela convivência entre parentes do vínculo da colateralidade ou pessoas – mesmo que não parentes). E a família anaparental, ademais da monoparental e pluriparental importam para o presente trabalho porque estes institutos podem ser observados na constituição familiar de desaparecidos da ditadura argentina, especialmente a dos netos e netas que tem sido localizados.

4.2 ALTERAÇÕES DO MANDATO FAMILIAR

A ruptura dos pactos de filiação é uma das heranças da ditadura. O mandato familiar, o ordenamento e as posições da trama familiar foram desestruturados pelo Estado ditatorial, que se utilizava da política do desaparecimento (AMADO, 2003). E foi a partir dessa fragmentação que os familiares das vítimas de desaparecidos reorganizaram outros modelos familiares, unidos pela experiência do terrorismo de Estado, como demonstra a autora argentina Judith Filc em “O parentesco e a política” (1997).

Esses modelos alternativos podem ser observados no caso dos familiares que buscam os netos/as, nem sempre unidos pelo laço biológico, como demonstra a socióloga argentina Sabina Amantze Regueiro: “No todo los familiares que buscan están unidos por un lazo biológico con los desaparecidos: algunos de ellos son parientes políticos, cumplían figuras parentales, de abuelidad, entre otras [...]” (REGUEIRO, 2010, p.23). Os netos e netas, na medida em que são localizados, também passam a viver com uma pluralidade de entes, quais sejam parentes ou não: “los niños son criados por abuelos, tíos, por un familiar o varios, etc. o continúan en poder de apropiadores, padres adoptivos, familiares o compañeros”. (REGUEIRO, 2010, p.23).

Nesse seguimento, embora a apropriação de crianças tenha promovido uma série de rupturas nas transmissões e pactos familiares, é a partir da descoberta de sua origem familiar, ou seja, a partir do processo de restituição, que os netos/as vão sentir essas alterações - que vão se operar entre a família de criação/apropriação, a biológica e a formada pela contingência histórica. Formam-se mosaicos familiares, plurais e invertidos, que se desconfiguram e se reconfiguram ao mesmo tempo. Nessa restituição, ainda, alguns afetos e redes familiares são perdidos, enquanto outros são recuperados e recriados. Invertem-se escalas geracionais e surgem novos lugares de pertencimentos, vinculados às novas experiências.

4.3 MOSAICOS FAMILIARES

A desestruturação familiar é uma das primeiras mudanças sentidas a partir da restituição. “Pai” ou “mãe” sendo julgados ou presos; deslocar-se da família que os criou para outra. No entanto, a própria desconfiguração faz com que as famílias sejam reconstituídas a partir de outra perspectiva: a pluralidade de entes. A partir da restituição,

alguns netos/as passam a perceber-se com dois “pais” e duas “mães”, quatro “avós”, mais de um tipo de “irmão” - irmão adotivo/de criação e irmão(s) biológico(s). Adverte-se para a questão política de que estes são casos de apenas alguns netos/as, já que muitos não concordam com essa perspectiva de pluriparentalidade, visto que, a partir da localização e dos processos de consciência que derivam dela - não mais reputam seus apropriadores como “pai” e “mãe”, ao contrário, passam a sentir como pais e mães apenas os que realmente lhes geraram, seus pais de origem/biológicos/desaparecidos - aqueles que consideram que realmente os amaram⁴³.

Portanto, o que se altera, para cada um, são as escolhas nessa “ecuación filiatoria”. (GATTI, 2011, p. 203). O neto Ezequiel (presente no documentário), por exemplo, afastou-se de seu pai de criação (apropriador), defende e continua ligado à mãe (apropriadora) e consegue também reconhecer-se como filho de seu pai e mãe biológicos. Em alguns casos, gera-se um verdadeiro mosaico familiar (REGUEIRO, 2010): a neta Mariana - também protagonista de *Acá Estamos* - ama o pai apropriador, reivindica o irmão biológico que está desaparecido, e possui uma boa relação com ambas as famílias (de criação e consanguínea). Recordam-se ainda aquelas situações em que o neto ou neta foi adotado de boa-fé, tendo efetivamente vivido com uma família de criação (e não apropriação). É o caso de Leonardo Fossati, neto que também relata sua história ao documentário: os seus pais de criação pensaram que ele havia sido abandonado e quando o neto desconfia de sua origem, não hesitam em contar que foi adotado. Portanto, a circulação da família que o criou para a família que o localiza e vice-versa é bem menos complicado, bem como a criação de laços plurais.

Estes casos mencionados ensejam uma discussão relacionada ao princípio da afetividade, à agência dessas pessoas de decidir sobre suas vidas após a restituição, de forma a poder escolher os entes aos quais deseja se relacionar. Parto da noção de agência de Sherry B. Ortner, como a capacidade “de desejar, formar intenções e agir criativamente” (ORTNER, 2006, p.53-54) de forma que sua questão implica necessariamente uma relação com o poder. (ORTNER, 2006, p.51). Entendo, ainda, que só há escolha com agência se há uma elaboração consciente do que aconteceu, de modo que todas as informações, argumentos, posições e possibilidades tenham vindo à baila de maneira ética, sem que nenhuma informação relevante tenha sido ocultada, apaziguada ou distorcida.

⁴³ Catalina, por exemplo, conduz o debate amor versus parentesco de modo a separar a família biológica da família de apropriação. Ao analisar as relações construídas entre ela e sua apropriadora e seu apropriador, a neta discorre, numa fala bastante emocionada e sensível, que ao contrário de seus pais biológicos, que a “amam porque nasceu”, a relação que se estabeleceu com a mãe e o pai apropriadores foi de esforço constante ((Catalina, *Acá Estamos* 2012, cap.1, 10:24-11:12).

A neta Mariana, em depoimento ao documentário, comenta que seus pais mentiram e a ocultaram e não parece descontextualizar os mecanismos de apropriação, ao mesmo tempo, isso não a impede de ter uma relação com seu apropriador e apropriadora que permanece. Sobre as famílias (de apropriação e consanguínea), ela acredita que, ainda que não possa somá-las espacialmente, ela própria pode somar os afetos:

Mis dos tías y mi abuela vinieron a mi casamento y yo, en ese momento, no me di cuenta del esfuerzo o del, digamos, de la situación que yo estaba generando. Para mí era normal. O sea, si yo me casaba, tenía que estar la familia con la que yo me había criado, que era hasta ese momento mi familia, y, bueno, era lógico que también estuviera mi familia. Entonces, para mí era como normal que estuvieran todos. Y, después, con los años, me fui dando cuenta de que los había puesto a todos en una situación recontraincómoda y que todos habían puesto gran parte de buena voluntad y de buena onda para que todo saliera bien y para no arruinarme la noche a mí, pero podría haber terminado recontramal. Sumar, no se puede sumar. O sea, yo puedo sumar, pero no puedo acumular familias porque, después de un tiempo, entendí que ellos no se pueden sumar entre ellos. Yo sí puedo sumar el afecto. (Mariana, *Acá Estamos*, 2012, cap.5, 22:51-23:38).

Pela consciência crítica que a faz capaz de transitar por ambos os lados, entendo a opção de Mariana em sua agência. Assim sendo, e tendo em vista a agência nesta escolha afetiva, resta analisar estes casos à luz da pluriparentalidade jurídica. Em outras palavras, proponho-me a discutir o direito desses netos e netas de registrarem-se civilmente como filhos de ambas as famílias e o direito à herança tanto da família biológica como da família de criação ou apropriação.

4.4 PLURIPARENTALIDADE: NOME E CONSEQUENCIAS PATRIMONIAIS

Como analisado, os netos e netas restituídos, quando retificam seus documentos, ganham certos direitos, mas perdem outros. As pessoas que foram apropriadas são juridicamente desligadas de suas famílias apropriadoras, perdendo o direito à herança e ao sobrenome. Já as pessoas que foram adotadas, – legalmente e de boa-fé –, necessitam - para pleitear a herança e sobrenome da família biológica - desligar-se da sua família adotiva e perder os direitos concernentes a esta última. Ademais, o adotado legalmente, ao não ser considerado parente consanguíneo de sua família de origem, fica impedido de receber a indenização como herdeiro de pai e mãe desaparecidos. Vejo ambas as situações como muito injustas. Ainda mais pelo fato de que a realidade mostra que boa parte dos netos e netas já não consegue mais usufruir de sua condição de herdeiro tardio em relação à sua família de origem, em razão de já ter vencido o prazo prescricional.

Por meio da tese da multiparentalidade, o neto e neta, além do direito de receber tanto de sua família biológica quanto sócio-afetiva, tem a chance de evitar alguns conflitos: o neto, a partir do momento em que se torna herdeiro de duas famílias, pode escolher quais delas mais lhe interesse herdar. Geralmente, e como visto no item “Herança”, há patrimônio disponível e possibilidade de adquirir justo título - pela família apropriadora, muito mais do que pela consanguínea – visto o tempo que passou desde os eventos da ditadura. Em escolhendo uma delas, pode evitar desentendimentos entre seus irmãos de criação pela herança dos apropriadores; ou entre seus irmãos biológicos pela herança de pai e mãe desaparecidos. Além disso, aquele que foi adotado legalmente pode também exercer sua vocação hereditária junto à família consanguínea e, consequentemente, receber a indenização que lhe cabe, de seu pai e mãe desaparecido – o qual estava impedido por seu estado de adotivo. Podem ainda cumular dois sobrenomes, respeitando suas vivências e escolhas afetivas. Por essas e outras razões, entendo que a multiparentalidade deve ser aplicada nos casos de sucessão e de registro de nome dos netos e netas restituídos.

A juridicidade da multiparentalidade é um instituto respaldado pelo princípio da dignidade humana, “possibilitando o reconhecimento de mais de dois pais ou duas mães no registro de nascimento de uma pessoa, sem distinção entre eles e sem exclusão de nenhum” (SOUZA; FERNANDES, 2015, p.16), de forma que a filiação socioafetiva é acompanhada pelo princípio da afetividade e a filiação biológica pelo princípio da identidade. Seu fundamento, portanto, é a igualdade das parentalidades biológicas e socioafetivas, sem hierarquias e com a possibilidade de coexistirem de maneira harmoniosa. (SOUZA; FERNANDES, 2015, p.17). Essas parentalidades geram também efeitos jurídicos, e, nesse sentido, Belmiro Pedro Welter comenta que:

Todos os efeitos jurídicos (alimentos, herança, poder/dever familiar, parentesco, guarda compartilhada nome, visitas, paternidade/maternidade genética e afetiva e demais direitos existentes) das duas paternidades devem ser outorgados ao ser humano, na medida em que a condição humana é tridimensional, genética, afetiva e ontológica (WELTER, 2009, p.265).

Parte da jurisprudência brasileira, representada pelos juristas do Acre, também assentam esse entendimento, baseado nas famílias mosaico:

Basta ver que a família contemporânea é mosaico e, portanto, baseia-se na adoção de um explícito poliformismo, em que arranjos pluriparentais, plurívocos, multifacetados, pluralísticos, são igualmente aptos a constituir um núcleo familiar, merecendo “especial proteção do Estado”, como resulta do próprio art. 226, da CF/88. [...] A inclusão de ambos os pais do menor em seu assento de nascimento

viabilizará a formalização de todos os vínculos, dos quais resultarão efeitos materiais, sociais e econômicos, tais como os direitos a alimentos e sucessórios, dentre outros próprios do elo familiar.⁴⁴ (ARAUJO; BARBOSA, 2015, p.16).

Tendo em vista o mosaico vivido pelos netos e netas restituídos, e ainda que sua condição de adultos reverbere não mais na necessidade de direitos relacionados à infância – como o é o de alimentos; mas de outros direitos do elo familiar que mais lhe são cabíveis, defendendo seus direitos à herança pluriparental e ao registro de sobrenome cumulado:

a. Nome

De acordo com Welter, em relação ao registro filial de nome do pai e mãe genéticos e/ou afetivos:

[...] não é possível renunciar a um desses nomes, porque eles fazem parte de sua história de vida, de sua procedência, de sua evolução humanas (...) todos os nomes e demais direitos humanos incorporados durante a vida não são suscetíveis de renúncia, preservando-se, com isso, a ancestralidade, a história e a experiência de vida, a carga familiar e social genética, afetiva e ontológica, a condição tridimensional e a dignidade humana (WELTER, 2009, p.183).

Não se pode obrigar os netos e netas que renunciem ao sobrenome que lhes foi dado durante sua vida. Por isso, me contraponho ao posicionamento de *Abuelas*, quanto à proibição de se conservar o sobrenome de apropriação, ante a possibilidade de se compor um sobrenome múltiplo – como permitido pelo código argentino em casos de adoção. Deste modo, ainda que entenda que a restituição do sobrenome de origem seja um direito das famílias de desaparecidos de ter uma reparação pelo desaparecimento de seus entes queridos e não ouse entrar em discussão quanto a esse procedimento da justiça de transição – defendendo que seja possível a composição do sobrenome biológico junto ao sobrenome social, preservando a escolha sócio-afetiva e ontológica do neto, de um lado, e o direito de sua família biológica, de outro.

b. Herança

Como observado, a jurisprudência argentina, em se tratando de adoção de integração, defende a pluralização e a flexibilização dos vínculos de filiação para efeitos sucessórios.

⁴⁴ ACRE, 2ª Vara de Família de Rio Branco, Homologação de transação extrajudicial 0711965-73.2013.8.01.0001, Juiz Fernando Nóbrega da Silva, j. em 24.06.2014.

Essa discussão poderia ensejar uma aplicação análoga⁴⁵ aos casos dos netos e netas restituídos, que também vivem num paradigma familiar reconstituído. Nesse entendimento, asseveram Souza e Fernandes:

Portanto, a relação hereditária se estabelece entre o filho e todos os genitores, sejam afetivos ou biológicos, bem como os ascendentes e demais parentes colaterais de todos os envolvidos. Ressalta-se que, apesar de figurarem dois pais e uma mãe ou duas mães e um pai as sucessões entre esses não se comunicam, salvos os aqueles que são cônjuges ou companheiros. (SOUZA; FERNANDES, 2015, p.25)

Os netos e netas então, a meu ver, deveriam ser herdeiros de ambas as famílias – biológica e socioafetiva. Discordo, nesse ponto, de Cassetari, que defende o uso multiparental para efeitos sucessórios somente quando há afeto ou convivência. Para o autor, essa medida evita demandas de cunho estritamente patrimonial (CASSETARI, 2015, p.216).

Vou de encontro ao entendimento acima, primeiramente, porque a biologia também é uma dimensão importante na vida humana e nas relações familiares, tanto quando o afeto (WELTER, 2009). Portanto, sou a favor de que se pleiteie a herança mesmo em casos de que a pessoa tenha ‘apenas’ a biologia como elemento vinculador, sem o afeto.

E no caso dos netos e netas, mais ainda, esses elementos de “afeto” e “convivência” devem ser relativizados. Primeiro porque não tiveram convivência afetiva - obviamente – junto aos familiares consanguíneos, visto que foram impedidos fisicamente de criá-la pelo seu sequestro. Segundo que claro que o afeto vai se ver ‘afetado’ quando descobrem a apropriação de seus pais de criação. Mesmo assim, possuem direito de pleitear, porque houve ali uma filiação aparente. Os apropriadores os tomaram para si com o fim de tratá-los filhos. Se foi realizado um registro falso e se mentiram e ocultaram para que o estado familiar tivesse continuidade – então agora como poderiam ter a audácia de se recusar ao seu papel de progenitor e criador, ao seu dever de herança àquele que considerou filho e descendente de maneira ilegítima por tanto tempo?

Portanto, a relativização do afeto como requisito para herdar e o reconhecimento da pluralidade sucessória tem em vista, primeiramente, a impossibilidade impositiva de se ter criado vínculos afetivos com a família biológica, o que faz com que a requisição do elemento afeto represente uma segunda violência daquilo que se concerne como o direito dessas pessoas de terem tido convivência e afeto com os parentes consanguíneos. No segundo caso, pelos elementos que compõem a caracterização da filiação socioafetiva – como será visto a

⁴⁵ Essa analogia diz respeito apenas à questão formal, relacionada aos efeitos da apropriação, visto que não entendo que a apropriação possa ser igualada como adoção.

seguir, ou ainda pela simples teoria da aparência, em que a filiação se caracterizou aparentemente por toda uma vida.

Finalmente, parece-me que uma acusação de interesse financeiro não pode ser aludida - não porque essas pessoas, por serem vítimas, não tenham intenções de adquirir bens, mas porque, justamente, são os familiares biológicos e os de criação/apropriação que estariam incorrendo em avareza se se opusessem ao direito patrimonial dessas pessoas que possuem – por convenção social (já que a sociedade e o direito tem reconhecido cultural e juridicamente a força do parentesco genético ou ainda a vivência com famílias que acreditavam ser próprias) - o direito de pleitear.

Além disso, os excessos, preocupação também exposta pelos ministros do Supremo quando julgaram a multiparentalidade no Brasil, podem ser “controlados pelo binômio necessidade-possibilidade, que obsta o enriquecimento ilícito dos envolvidos na multiparentalidade” (CALDERÓN, 2016). E completam: “[...] esperar que a realidade familiar se amolde aos desejos de um ideário familiar não é só ingênuo, é inconstitucional.” (CALDERÓN, 2016).

Assim, sendo, se a herança patrimonial é um dos elementos inerentes do poder familiar, e, se essas pessoas, pela contingência histórica, transitaram por duas famílias - logo, deve ser reconhecida a multiparentalidade e o direito sucessório tanto da família biológica como de criação/apropriação.

4.5 O PROBLEMA DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA: “ADOÇÃO À ARGENTINA”

Como visto no item anterior, para que a multiparentalidade fosse caracterizada, tive que me munir do aspecto socioafetivo da filiação – esta que pode ser derivada de uma adoção legal e de boa-fé ou de uma apropriação (registro falso ou adoção ilegal). Nessa concepção, é preciso encarar os problemas de se utilizar do termo “filiação socioafetiva”. Ao mesmo tempo, faz-se necessário discutir juridicamente a realidade fática e averiguar a relação sócio (des) afetiva para com os apropriadores e apropriadoras. É o que me proponho observar neste ponto, por meio dos conflitos existentes em discursos, direitos, subjetividades e experiências.

A filiação socioafetiva, para a convencional doutrina de família, pode ser caracterizada pela “posse de estado” de filho, utilizando-se dos elementos de nome, trato e fama. Observa-se, no entanto, que essa ideia de posse tem entrado em desuso (CASSETARI, 2015, p.16), em detrimento de uma concepção mais de acordo com a família nos moldes democráticos. Assim,

inserem-se alguns requisitos a mais para sua existência jurídica, como mencionado por Cassetari em sua obra (2015): 1) o afeto ou laços de afetividade; 2) a confluência de amor, do indivíduo e da relação, caracterizando família; 3) a convivência; 4) o cuidado, um compromisso dos responsáveis. Importante destacar que esse estado socioafetivo não necessariamente ocorre apenas com um adulto e uma criança, a parentalidade também se constata em relações de pessoas maiores de idade, como acontece no caso em tela estudado (CASSETARI, 2015, p.16).

Além disso, para Welter (2009), o elemento afetivo que compõe o parentesco não se conjuga apenas pelo amor, carinho, solidariedade, companheirismo; no outro lado da moeda se encontra o desafetivo: a intolerância, a raiva, vingança, a incompreensão. O afeto e o desafeto coexistem e são modos de constituir e desconstituir família (WELTER, 2009). Inclusive afeto e amor não devem ser confundidos: “pois este último está presente mesmo em momentos de agressividade do ser humano, pois os atos de correção que vemos na família, nem sempre são feitos com carinho”. (GROENINGA apud CASSETARI, 2015, p.10)

O problema que se estabelece, no caso das crianças apropriadas, é a origem ilegal dessa filiação socioafetiva, bem como os perigos de se legitimar dito estado familiar. No Brasil, já existe uma discussão bem parecida, na medida em que ocorrem muitos casos de realocação de crianças e de seu registro sem seguir quaisquer medidas procedimentais de adoção com base na lei. São chamadas de “adoção à brasileira”, visto a regularidade que ocorrem no nosso país e são consideradas não só ilegais, mas também são tipificadas criminalmente. Essa modalidade “informal” de adoção ocorre por diversos motivos, entre eles, os empecilhos de um processo de adoção:

Consequentemente, a burocracia imposta aos processos de adoção no país justifica, muitas vezes, a prática corriqueira de fraude à lei, na busca de registros civis de filiação, feitos de forma direta, como se a relação parental se desse pelo curso biológico, preferindo o caminho da fraude, ao enfrentamento do longo e tortuoso processo de adoção que se inicia com uma inscrição em juizado de menores ou entidades a eles ligadas, com preenchimento de fichas, entrega de documentos, entrevistas preliminares, filas imensas de candidatos, até o momento em que esse “candidato” é chamado ao encontro da criança para o início do processo de adoção que precede de um período de guarda provisória, audiências, provas, até a decisão final sujeita a recurso (FREITAS apud GONCALVES, 2016).

Por outro lado, atenta a especialista em direitos da infância Josiane Petry Veronese que:

Muitos criticam o processo de adoção, acusando-o de por demais repleto de formalidades e burocracias. Ora, quem assim se manifesta desconhece algumas questões extremamente relevantes: Não é a adoção um processo lento por

responsabilidade unicamente sua, não nos esqueçamos que a mesma é realizada pelo Poder Judiciário, o qual se encontra num estágio de crise institucional: excesso de demandas, carência de recursos humanos, de materiais, etc. [...] Também não devemos nos esquecer que alguns se servem desta espécie de colocação em família substituta para explorar, inclusive, sexualmente crianças, situemos os pedófilos, ou os que pretendem - aniagens financeiras junto ao fisco e outras hipóteses absurdas descritas pela literatura e vivenciada pelos nossos tribunais [...] Há que se recordar, ainda, que numa gravidez biológica regular são necessários nove meses para gerar uma nova vida. De igual modo o nascimento de uma criança via adoção, também, exige um período de preparação/formação/ conscientização (se ainda for preciso), da importância desse tipo diferenciado de maternidade/paternidade (VERONESE, 1998, p.53).

As advertências da autora Veronese servem para compreender a importância de determinadas “burocracias” quanto ao procedimento de adoção, inclusive para impedir que seja utilizada para fins escusos – como foi no caso da apropriação dos netos e netas na Argentina. Por estes acontecimentos, *Abuelas*, lutou para que, na Convenção Internacional sobre Direitos da Criança (1989), fossem incluídos dispositivos⁴⁶ referentes à fomentação de políticas protetivas da infância pelo Estado, a fim de evitar a subtração de identidade e no que se refere à adoção - limitar a possibilidade de comércio internacional de crianças (GATTI, 2011, p.126).

Ainda assim, a socioafetividade formada no caso da adoção à brasileira, procedimento totalmente ilegal - segundo alguns juristas, e entre eles Cassetari – não pode ser, por este motivo, totalmente ignorada e gera ainda assim efeitos jurídicos (CASSETARI, 2015, p.50). Muitos autores aludem o princípio da afetividade como forma de reconhecimento da adoção irregular; mas o entendimento mais interessante é o das autoras Bruna Golfetto e Letícia Carrion (2015), cujo entendimento é de que o princípio da afetividade deve ser analisado de forma subsidiária ao melhor interesse da criança:

Pode-se observar, ao final, que a afetividade não é suficiente para determinar a regularização da adoção irregular. Quando se trata de infância e juventude, analisa-se o contexto num todo, partindo-se do pressuposto de que a realidade da criança e do adolescente deve ser preservada, com uma análise das condições em que vivem

⁴⁶ Tratam-se dos artigos 7, 8 e 11, também chamados “artículos argentinos”. “**Artículo 7:** 1. El niño será inscripto inmediatamente después de su nacimiento y tendrá derecho desde que nace a un nombre, a adquirir una nacionalidad y, en la medida de lo posible, a conocer a sus padres y a ser cuidado por ellos; 2. Los Estados Partes velarán por la aplicación de estos derechos de conformidad con su legislación nacional y las obligaciones que hayan contraído en virtud de los instrumentos internacionales pertinentes en esta esfera, sobre todo cuando el niño resultara de otro modo apátrida. **Artículo 8:** 1. Los Estados Partes se comprometen a respetar el derecho del niño a preservar su identidad, incluidos la nacionalidad, el nombre y las relaciones familiares de conformidad con la ley sin injerencias ilícitas; 2. Cuando un niño sea privado ilegalmente de algunos de los elementos de su identidad o de todos ellos, los Estados Partes deberán prestar la asistencia y protección apropiadas con miras a restablecer rápidamente su identidad. **Artículo 11:** 1. Los Estados Partes adoptarán medidas para luchar contra los traslados ilícitos de niños al extranjero y la retención ilícita de niños en el extranjero; 2. Para este fin, los Estados Partes promoverán la concertación de acuerdos bilaterales o multilaterales o la adhesión a acuerdos existentes”. (ONU, 1989).

como fatores determinantes para que a adoção seja deferida e reconhecida. Neste sentido, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, devido à sua relevância, acaba sendo fundamental para embasar as decisões judiciais e o princípio da afetividade vem sendo o analisado de forma subsidiária a fim de garantir ao infante um melhor desenvolvimento (GOLFETTO; CARRION, 2015, p.8-9).

Sobre o tema, ainda, atenta e previne o doutrinador de família Paulo Luiz Netto Lôbo:

Questão delicada diz respeito ao que se convencionou chamar de “adoção à brasileira”. [...] O declarante ou os declarantes são movidos por intuito generoso e elevados de integrar a criança à sua família, como se a tivessem gerado. Contrariamente à lei, a sociedade não repele tal conduta. A “adoção à brasileira”, fundada no “crime nobre” da falsificação do registro de nascimento, é um fato social amplamente aprovado [...] Todavia, a intenção dolosa, tal como o rapto de criança, não pode ser enquadrada nessa espécie, pois o móvel não é a solidariedade e a afetividade, mas a satisfação egoística (LOBO, 2004, p.60).

Neste entendimento, o autor separa aquilo que deve ou não se enquadrar no direito ao estado de filiação: enquanto que a adoção irregular é fundada numa intenção nobre; os casos de rapto e sequestro de crianças tem como objetivo a “satisfação egoística” e não a afetividade e a solidariedade. A situação ganha outro tom no caso de rapto e sequestro das crianças argentinas que ocorreram no período militar. Nesta última, a questão chave, ademais da irregularidade e do sequestro seguido de desaparecimento - é o delito de substituição da identidade, com o fim de recolocar a criança em outra família ainda em condições de ser “salva da subversão”:

El pensamiento hegemónico de la dictadura testimoniaba la intención de controlar la reproducción ideológica de aquellas familias productoras de sujetos “subversivos”. Las familias “desnaturalizadas”, “abandonaban” a sus hijos a raíz de su actividad político-militar, los ponían en “peligro”, por lo que debían ser “salvados”. Reubicarlos en familias “decentes” sería una forma de evitar que fueran educados para la “subversión”, para ser “enderezados”, evitar futuros actos de “venganza” y que retomaran el proyecto político de sus padres desaparecidos. (REGUEIRO, 2013, p.177).

Sequestrar e realocar as crianças em outras famílias fazia parte de um projeto maior do Estado militar argentino, um “projeto salvacionista”. De acordo com Regueiro, são comuns os relatos de apropriadores e apropriadoras que creem que as estavam salvando (REGUEIRO, 2010). Daí que grande parte das famílias, ao comprometer-se em diretamente criá-las e educá-las, compreendia-se dentro de um programa civilizador, por elas considerado legítimo à época⁴⁷.

⁴⁷ No entanto, como visto no item “Herança”, esses tipos familiares formados, não necessariamente eram a família “perfeita” para adotar, e distanciavam-se da família idealizada pela ditadura: uma família nuclear burguesa, com pai provedor casado com mãe cuidadora do lar e dos filhos (FILC, 1997). Nesse sentido, enfraquecem o argumento “civilizador” da adoção dessas crianças.

Segundo a organização *Abuelas*, os/as apropriadores/as “actuaron plenamente concientes y libremente mucho tiempo atrás, ya no sólo de manera egoísta sino que vulnerando su identidad, su pasado y sobre todo su libertad (LOVELLI, 2008, p.150). Da mesma forma, são considerados “algozes”⁴⁸ e “pseudo-pais” visto que só puderam criar os netos/as porque fundaram essa operação na mentira, no ocultamento e na cumplicidade da desapareição dos pais desaparecidos dessas crianças:

La ilegitimidad de los pseudo padres radica en la imposibilidad de fundamentar su deseo en la ilegalidad. Los pseudo padres, al negar, mentir, ocultar o callar su origen a los niños y al violentar la voluntad y el proyecto de vida de sus progenitores, representados ahora por sus familiares legítimos, no pueden invocar la adopción, ya que se tratan en el mejor de los casos, de siniestra complicidad, puesto que condena al niño, literalmente a desaparecer. Las situaciones de hecho son de fraude y falsificación, sin ley y sin verdad. (EQUIPO INTERDISCIPLINAR ABUELAS DE PLAZA DE MAYO, 1997, s/p.).

O discurso da instituição compreende ainda que, enquanto as crianças estão na posse da família apropriadora, em meio a um processo de destruição de identidades e a um vínculo formado de maneira fraudulenta – elas não se desenvolvem plenamente. (HERRERA; TENEMBAUM, 2001). Nesse diapasão, como os netos e netas contam suas vivências infantis junto de suas famílias apropriadoras e de que forma o discurso das avós ressoa em seus enunciados? As memórias de infância servem de auxílio para compreender como o jogo entre discurso e experiência subjetiva se desenvolve. Para isso, analisarei alguns relatos presentes no documentário.

4.5.1 Memórias de infância, entre bons e maus-tratos

As recordações são bastante diversas e fazem alusão a um ideal de infância: alguns recordam de infâncias felizes, mesmo com seus/suas apropriadores/as; outros dizem ter sido maltratados. Lembrando que, nesta fase, é que são criados os primeiros laços afetivos, fundadores das subjetividades, bem como os cenários de reassuramentos, cuidados e o “primeiro outro”. (KAUFMAN, 2006, p.51). Os “primeiros outros” são, de fato, seus pais de apropriação ou criação.

⁴⁸ No prólogo da edição do livro de fotos, de *Abuelas da Plaza de Mayo*, os apropriadores são chamados de “algozes desalmados” (trad.). APM. *Abuelas de la Plaza de Mayo*. Página eletrônica. Disponível em: <http://www.abuelas.org.ar/material/libros/LibroFotos30.pdf>. Data de Acesso: 14/04/2015.

As lembranças felizes foram expressas em termos de uma infância e família “normais”, cujas características foram de cuidado, de carinho, de união – como demonstrado nos relatos de Mariana, Carlos, Matías e Ezequiel:

[...] tuve una infancia feliz y hasta el día de hoy la verdad es que la recuerdo con mucho cariño porque era una chica completamente normal. (Mariana, *Acá Estamos*, 2012, cap.5, 02:77-02:33)

Bueno, durante diecisiete años me crié con una familia a la cual creí propia y biológica principalmente. Una familia normal para mí durante todo ese tiempo. Nunca había tenido dudas, jamás sospeché que Carlos o Marta no fueran mis padres. Incluso hasta encontraba ciertos parecidos, sobre todo con Carlos (Carlos, *Acá Estamos*, 2012, cap.3, 05:41-06:02)

Mi infancia fue, durante los primeros años, muy normal, muy buena, muy cuidada en muchos aspectos hasta cierta edad, en donde empezamos a sentir que había cosas que no cerraban, llamémoslo así. (Matías, *Acá Estamos*, 2012, cap.6, 02:15-02:20)

Tuve una infancia muy linda, siempre muy unidos como familia. Yo viví hasta los diez años en Castelar, en la casa de mis abuelos. Tengo recuerdos hermosos de mi abuela y mi abuelo maternos por parte de mi vieja de crianza. (Ezequiel, *Acá Estamos*, 2012, cap.7, 02:57-03:12).

Essa reiteração de “normalidade” por parte desses netos e netas provavelmente aparece porque o discurso de *Abuelas* desconfia da possibilidade de terem tido uma boa infância junto aos apropriadores. Por outro lado, há relatos que embasam os inúmeros documentos produzidos pela organização que destacam os problemas psicológicos e traumas sofridos na etapa da infância, quando estavam em poder dos apropriadores. As lembranças más estão relacionadas, justamente, à qualidade dos apropriadores/as - por choque de interesses, maus tratos, negligência, violência - como demonstrado nos relatos de Martín, Juan, Pedro e Catalina:

Mi infancia fue en Ramos Mejía [...] Recuerdo mucha, mucha vida social. Mucha vida social con amigos, siendo muy chiquito. Dado que la gente que me creó a mí tenía... Bueno, él no estaba nunca y ella estaba en su trabajo ocupada, entonces, yo estaba mucho tiempo solo o con amigos. (Martín, *Acá Estamos*, 2012, cap.4, 02:20-02:44).

Bueno, la verdad es que mi infancia con mis apropiadores no fue la mejor. Viví mucha violencia. A veces iba sin comer al colegio. La verdad es que fui bastante infeliz, por decirlo de alguna manera. Esos años de mi vida fueron bastante complicados, ¿no? y traumáticos. (Juan, *Acá Estamos*, 2012, cap.5, 03:18-03:35).

Yo era diariero. Era el diariero de la zona donde vivía. Trabajé desde los nueve hasta los dieciocho y luego trabajé de bicicletero con Ferián, que era mi padre supuesto de crianza. Nunca llegó a ser mi padre. De hecho, cuando estaba con él, jamás me decía "hijo", era el sobrino para todos (Pedro, *Acá Estamos*, 2012, cap.8, 03:05-03:26).

Los primeros años fui, dentro de todo, feliz o, por lo menos, era una nena feliz. O sea, siempre me estoy riendo, tengo una actitud corporal y todo muy linda [ri]. Y después ya empieza a cambiar un poco la expresión del rostro [nas fotos] y por ahí también los recuerdos de que mis intereses no fueran atendidos, escuchados, porque siempre quise ir a un taller de dibujo, de arte, siempre quise hacer deporte o bailar, por ejemplo, y me pasaba horas y horas bailando en frente al espejo y la verdad, que hubiera estado lindo hacer algo desde chica como para poder tener, por ahí, la formación [...]. (Catalina, *Acá Estamos*, 2012, cap.1, 01:57-02:40).

O que se percebe por meio desses relatos é que as experiências familiares na infância podem ou não corroborar com o discurso institucional. Nessa continuação, como os netos e netas passam a se relacionar com seus apropriadores e apropriadoras após a “descoberta”? De acordo com S Kaufman: “Volver a mirar a la familia adoptante o apropiadora desde el conocimiento de las nuevas informaciones jurídicas y familiares inaugurará la apertura de silencios, preguntas y duelos por resolver”. (KAUFMAN, 2006, p. 64).

Ludmila da Silva Catela considera que a análise acerca das apropriações deve se afastar de compreensões parciais e individuais, de anormalidade e/ou patologia inerentes à cultura autoritária das forças armadas e policiais. (CATELA, 2005). Concordando com a autora, proponho-me a distanciar-me de discursos que encerram os/as apropriadores/as em caixas de vilania, em etiquetas doentias. Bem ou mal, esses apropriadores e apropriadoras exerceram funções de mãe e/ou pai durante boa parte da vida desses netos/as. É por isso que, o que vai ser descrito adiante, a partir da visão desses netos e netas, não se trata simplesmente de histórias felizes com finais esperados: descobrir a nova identidade e desprender-se de seus/suas apropriadores/as, considerados “pseudo-pais”. São processos e tempos de reacomodação distintos. Muitas vezes, o afastamento nem ocorre. O afeto, traduzido nas palavras amor e traição, continua fazendo parte dessas relações. A resposta não é única, nem mesmo o são as relações com os apropriadores e apropriadoras.

A despeito disso, buscarei analisar como o afeto aparece nestes relatos - a partir de como os netos e netas nomeiam aqueles que os criaram, bem como compreender até que ponto eles se afastam ou se aproximam da noção de apropriadores conformada por *Abuelas*. A maneira como os intitula também um indicativo do lugar que os situam na trama familiar que se impõe.

4.5.2 “Viejos” y “represores”: a relação com os apropriadores após a descoberta

Os netos Catalina, Gabriel, Juan, Martín, Gonzalo, Victoria e Pedro utilizam em certos momentos as expressões “apropriadores” para denominar aqueles que os criaram. Pedro

discute que os sentimentos sejam postos de lado frente à ideia de que, segundo sua experiência compartilhada com outros netos e netas, as mães e os pais apropriadores operavam com o que ele chama de “manual do bom apropriador” – ao mentir, ocultar, discursar sobre a ideia de que os havia salvado; um manual que era transmitido a cada criança apropriada. Nesse entendimento, o neto os retira de suas funções de pai e mãe (privado) e os insere na lógica de agentes repressivos (político), portanto conscientes de que aquela criação fazia parte de um plano sistemático de apropriação. Pelo documentário, percebe-se que o neto Pedro carrega bastante “ressentimento” em relação ao seu pai apropriador, pelo elo conflituoso que estabeleceram, pelo menos por parte desse pai, que, pela narrativa do neto, parecia ser frio e distante. Portanto, antes mesmo da descoberta de sua apropriação, o afeto já estava prejudicado.

Nesse seguimento, Catalina e os gêmeos Matías e Gonzalo Tolosa os nomeiam praticamente em todas as referências pela alcunha “apropriador” ou “apropriadora”. Catalina parece estar muito segura do lugar em que os coloca: são apropriadores a partir da cumplicidade com o assassinato de seus pais: “Es requisito que ellos [pai e mãe biológicos] no existan para que ellos [pai e mãe apropriadores] se quedaran conmigo y no hubiera nadie que me reclamara” (Catalina, *Acá Estamos*, 2012, cap.1, 17:14-17:20). Em 2012, logo depois de estar nos tribunais como testemunha, num processo contra o apropriador, chega a defini-los como “monstros”.⁴⁹ Indica-se que passar por todo esse processo judicial de condenação redefine a relação com os apropriadores. Esta ideia é corroborada por Pablo Lachener.

De acordo com o advogado das avós, é de suma importância que os netos e netas passem pelos juízos de apropriação. Serve para que eles recolorem sua situação - por meio dos argumentos jurídicos à baila – deslocando-a do privado e inserindo-a no público, porque foram vítimas do terrorismo de Estado. Nesta perspectiva, para alguns netos/as restituídos, o peso de terem sido enganados, num primeiro momento, parece ser maior do que o envolvimento de seus apropriadores no sistema repressivo. Isso porque a mentira por anos repetida diz diretamente respeito à relação íntima entre “pais” e “filhos”, e implica em uma traição. É o que se percebe nos relatos de Juan e Martín - para eles, situação de ocultamento e da mentira é crucial para definir a não possibilidade de ter existido afeto por parte dos apropriadores e apropriadoras.

⁴⁹ BARRERA, Laureano. Con mi identidad, recuperaré la alegría. Colectivo Ex Presos Políticos y Sobrevivientes – Rosário. 09 de setembro de 2012. Disponível em: <http://colectivoexpresosario.blogspot.com.br/2012/09/entrevista-con-laura-catalina-de.html>. Data de Acesso: 13/04/2015.

Si alguien te ocultó durante treinta y cinco años quién eras, es porque mucho amor no te tiene o no sabe querer. (Juan, *Acá Estamos*, 2012, cap.5, 25:34-25:54).

Siempre lo que uno va a recibir va a ser amor. Mientras estuvo durante tantos años encerrado en una mentira, lo que recibió no fue amor, fue otra cosa. (Martín, *Acá Estamos*, 2012, cap.4, 24:56-25:03).

A dimensão social, mais ampla, do que significa a apropriação, leva mais tempo para ser incorporada. Assim foi o caso dos gêmeos Tolosa, os quais além de conviverem com a ideia de que haviam sido apropriados desde a infância, passaram por processos judiciais de condenação envolvendo o seu apropriador e subcomandante da polícia Samuel Miara - por diversos crimes contra os direitos humanos. O tempo de elaboração, ademais de toda a repercussão midiática que teve o caso à época pode ter influenciado para o uso mais frequente da nomenclatura “apropriador” por parte destes netos.

Por outro lado, não parece ser fácil construir um parâmetro de representação, visto que a imagem dos/das apropriadores/as é bastante ambígua. São diversos os sentidos, sentimentos e posições que os netos e netas têm sobre seus/suas apropriadores/as – podendo trafegar, numa mesma fala, de uma figura materna ou paterna até significados mais “duros”, de “repressor”, de alguém que cometeu crimes indefensáveis, contra a humanidade.

En mi caso me tocó convivir con un represor desde pequeño, y yo soy totalmente consciente de que esta persona, para mí, era la persona más buena del mundo, que me cuidaba y lo tenía como una imagen paterna con todo lo bueno que esa imagen paterna conlleva. Y hoy, siendo adulto soy consciente de que para otra persona, esa misma persona significaba lo más horrible y feo y cruel y doloroso y estamos obviamente, hablando de la misma persona. (Gonzalo, *Acá Estamos*, 2012, cap.6, 00:15-00:46).

A mí reivindicar el terrorismo de Estado, no me sirve [...] es la persona que cumplió el rol de mi papá [...] y yo nunca pude dejar de quererlo, pero lo que hizo no está bien, es terrible. Y cometió crímenes de lesa humanidad. (Victoria, *Acá Estamos*, 2012, cap.7, 25:04-25:17)

Esse conflito aparece principalmente nas narrativas daqueles netos/as criados por pais que atuaram no regime militar. As apropriações por militares geraram vínculos complicados e delicados: Victoria afirma que seu apropriador, embora tenha cometido crimes contra a humanidade, cumpriu o papel de seu pai, e nunca pode deixar de amá-lo. E Gonzalo discorre sobre a imagem conflitiva que possui de seu apropriador, ao conscientizar-se, de adulto, que aquela pessoa que considerava a melhor do mundo - em seu íntimo, representa, ao mesmo tempo, crueldade e dor para outra pessoa.

A maior parte dos netos e netas escolhe uma posição mais “neutra” – como “ele” e “ela” ou ainda o nome próprio para referenciá-los. Aqui é interessante refletir o conflito entre

amor privado e a condenação pública. Os “apropriadores” cometeram crimes não só contra os netos/as apropriados - como lembra Gonzalo, também fizeram outras vítimas, por meio da repressão. Portanto, são considerados criminosos não apenas por *Abuelas*, mas por familiares vítimas do terrorismo de Estado, por organizações de direitos humanos, pela mídia e por parte da sociedade argentina. Amá-los ou reivindicá-los não é bem visto. Por isso, situar-se nesse lugar neutro pode ser uma saída frente a possíveis condenações.

Nesse entendimento, Carlos, Mariana e Ezequiel são os únicos que compreendem seus/suas apropriadores/as como mães e pais de criação, e, inclusive, empregam a expressão “viejos” para apelidá-los, o que indica proximidade afetiva. Ainda assim, a designação de seus pais e mães apropriadores/as e seus pais e mães biológicos apontam para diferentes significações desses entes que podem ser superpostos ou contrastantes. Explico: Mariana e Carlos conseguem nomear e perceber tanto os/as seus/suas apropriadores/as como os seus progenitores/as como pais e mães. De outra forma, Marcos e Ezequiel qualificam seus/suas apropriadores/as em contraposição a seus progenitores: Marcos refere-se a sua apropriadora como “mina”, num linguajar coloquial, mas utiliza da expressão “vieja” para apresentar sua mãe biológica. São percepções que contrastam uma relação banal de uma relação carinhosa. Já Ezequiel faz a acepção contrária: sua apropriadora é considerada a “velha de criação” e os/as progenitores/as são “ele” e “ela”, “Graciela” e “Jorge”.

Supõe-se que por meio de um processo temporal de acomodação, adaptação e reconstrução das relações e das posições pessoais e políticas - os netos e netas acabam decidindo pelo afastamento. Em 2011-2012, anos em que o documentário foi filmado, dos/das treze netos/as apropriados⁵⁰, apenas dois seguiam em contato com a família de apropriação, a outra parte diz ter tomado a posição de afastar de seus/suas apropriadores/as, e um nada comenta.

O neto e a neta que seguem tendo contato afetivo com seus/suas apropriadores/as são Ezequiel e Mariana. Os pais apropriadores desses netos/as eram militares, atuaram na repressão, e, no caso de Mariana, fica claro que seu apropriador a sequestrou. E não são só eles. Segundo a jornalista Analía Argento, que escreveu o livro *De Vuelta a Casa*, buscando contar as mais diversas histórias no universo dos/as netos/as restituídos/as - há outros que seguem em contato com seus/suas apropriadores/as, “porque a pessoa da criação não teve a

⁵⁰ Leonardo Fossati, que completaria os 14 (catorze), foi adotado, e não apropriado.

ver com a repressão ou com a desapareição de seus pais, já outros têm dúvidas ou sim sabem que tiveram. E é muito difícil compatibilizar ambos mundos”⁵¹.

O neto Ezequiel, ao asseverar que ainda seguia muito unido à família de criação, até aquele momento, murmura a expressão “assim que”, e faz uma pausa, “engolindo seco”. Essa frase, em que precisa explicar-se (sem ter palavras para explicar) os motivos de ainda estar unido com a família que o apropriou, revela-se quase como uma confissão, em que o neto precisa contar o “pecado” de ainda seguir vendo seguidamente aquela família. O receio de Ezequiel pode ser encarado a partir dos discursos de apropriação da organização *Abuelas* e do posicionamento de outros netos e netas, o que dificulta a rede de apoios e a recepção desses netos e netas por suas escolhas⁵².

A relação dos/as netos/as com seus/suas apropriadores/as, ainda que não expressamente, é considerada ambígua, culposa; e a situação tomada como passageira: apenas um processo de tomada de consciência para que ocorra o afastamento. O afastamento é esperado, assim como posicionamentos considerados mais políticos ou sensatos, principalmente quando há envolvimento dos/das apropriadores/as com a repressão. Nesse entendimento, relembro o relato de Victoria, a qual problematiza que, mesmo que Herman tenha cumprido o papel de seu pai, o que ele fez foi terrível, porque cometeu crimes contra a humanidade. Ela afirma, categoricamente, que não pode reivindicar o terrorismo de Estado. Ou ainda Matías, que a partir da compreensão que seu apropriador cometeu crimes contra seus próprios pais e com as mães de outros netos/as, amigos seus - assevera que não se pode olhar para o outro lado.

Uno eso o elige verlo o elige mirar para otro lado y, siendo que mis padres sufrieron lo mismo, uno no puede elegir mirar para otro lado. Siendo que hubo madres de... de otros nietos que son amigos, que estuvieron detenidas en lugares donde él actuó, digamos, uno no puede mirar para otro lado. (Matías, *Acá Estamos*, 2012, cap.6, 16:19-16:36)

Em contrapartida, Mariana atenta que não é obrigatório estar de um lado ou de outro. Segundo ela, cada um vai elaborando da maneira que pode, não há coisas que estão bem ou estão mal. Assim, a neta problematiza os posicionamentos mais fechados e consegue manter uma postura considerada mais individual (de estar com sua família de apropriação),

⁵¹ Trad. CORDEU, Mora. "De vuelta a casa", historias de hijos y nietos restituidos. **Editorial Marea**. Disponível em: <http://www.editorialmarea.com.ar/analiaentrevista.html>

⁵² Não necessariamente não há suporte para esses netos e netas que ainda estão ligados afetivamente aos pais de criação/apropriação, existem redes de apoio e recepção entre os próprios netos.

combinada com o que dela se espera (aproximar-se afetivamente da família biológica) e com a tarefa política que lhe incumbe (de buscar o seu irmão desaparecido):

El dolor no se puede evitar en la vida. Siempre hay cosas que duelen, pero el proceso de reconocerse a uno mismo es como encontrarse uno mismo [...] Y también está bueno que, por ahí, los que están en esta situación y no lo saben [sepan que] no es obligatorio estar de un lado o del outro (Mariana, *Acá Estamos*, 2012, cap.5, 26:01-26:33)

Assim, percebe-se, através desses depoimentos, que ainda que a maior parte do grupo de netas e netos tenha se afastado e tenha consciência da atuação de seus pais de criação em sua apropriação; os vínculos e o afeto não são simplesmente cancelados. A partir desta realidade, entendo que o estado de filiação socioafetiva - em sendo requerida formalmente pelo neto ou neta - deve ser avaliado juridicamente, em que pese sua origem ilegal.

Por este requerimento, não se trata de proteger ou evitar a responsabilização e incriminação daqueles que atuaram como apropriadores e apropriadoras de crianças, tampouco de formalizar a apropriação por meio da adoção – mas de tutelar o direito daquele que foi criado como filho e que hoje já é um adulto. Tampouco quero mobilizar a discussão da filiação afetiva apenas por um ingênuo discurso de amor. Aliás, como observado nos relatos, o desafetivo é o que impera após os netos e netas descobrirem que foram apropriados. Logo, o estado de filiação seria mobilizado não apenas pelo viés do princípio da (des)afetividade, mas, assim como se pensa no melhor interesse da criança nos casos de adoção irregular – trataria de se pensar no melhor interesse da pessoa adulta que foi vítima de inúmeras violências.

4.6 REPARAÇÃO: O PRIVADO TAMBÉM É PÚBLICO

Diante da realidade fática e do tempo presente, quando essas pessoas já possuem 40 (quarenta) anos de idade, dotadas de capacidade e maturidade para decidir sobre os rumos de suas vidas - há que se discutir juridicamente a possibilidade de se extrair direitos de reparação da vinculação familiar e (des)afetiva que essas pessoas constituíram. Lembrando que, no manual de justiça de transição da América Latina, alude-se que a reparação devida às vítimas:

[...] pode assumir diferentes formas, entre as quais se encontram a ajuda material (p.ex. pagamentos compensatórios, pensões, bolsas de estudos e bolsas), assistência psicológica (p.ex. aconselhamento para lidar com o trauma) e medidas simbólicas

(p.ex. monumentos, memoriais e dias de comemoração nacionais) (ZYL, 2011, p.52).

Defendo que a reparação seja também ampliada para a esfera civil. E é apenas a seguinte possibilidade que encaro como interessante para efeitos de multiparentalidade: o registro cumulado e a possibilidade de herança das duas famílias. Não cabe dispor que possam escolher apenas o sobrenome que lhes convenha, pois também corroboro com *Abuelas* da importância política e reparatória de que elas tenham sim de adquirir o sobrenome biológico - mas com a possibilidade de cumulá-lo com o de criação.

Aliás, é preciso diferenciar o discurso institucional de *Abuelas* - aquele mais duro, que serve ao público e à circulação e que é encontrado na bibliografia e na mídia em geral, que enuncia que a família biológica é única e verdadeira e que os apropriadores são algozes - daquele que circunda em outros meios - como escutei na entrevista com o advogado Pablo Lachener e que está presente na voz de alguns netos, na própria palavra de algumas avós - cujo discurso é mais aberto e dá espaço para a compreensão de que os apropriadores representam uma família para alguns netos. Pablo mesmo infere que, da relação com os apropriadores: alguns se afastam completamente; outros os condenam pelo delito, mas não os condenam afetivamente; e que outros ainda não os condenam de nenhuma forma. Tenho a impressão de que a organização e os seus membros, que já acompanham essas trajetórias há 40 (quarenta) anos, não ignora os mosaicos familiares, ainda que não os legitime politicamente.

Mas a organização de avós faz parte de um movimento social. E, como visto, a organização *Abuelas* defende que o privado deve ser relegado em detrimento do público, quando se trata dos crimes de apropriação. No entanto, entendo que o privado não necessariamente não é público ou político. E aqui também cabe reequilibrar o que significa ser uma organização de direitos humanos, vinculada ao movimento social, que entende a justiça de reparação em seu viés público; e a agência dos netos e netas, que ensinam a discussão de um direito de reparação mais íntimo e individual - mas que considero político - igualmente.

Novamente, não é uma oposição direito individual versus direito da sociedade. Até mesmo porque as escolhas afetivas quanto à identidade e o parentesco não são apenas de natureza privada, mas muito antes do público e do político. Pois da validação das identidades bricoladas e das formas complexas de parentesco, faz-se o reconhecimento histórico e político da atuação da ditadura de Estado e de e suas consequências - quais sejam a alteração violenta dos mandatos familiares e a realocação de crianças para outras famílias - de onde decorre a

multiparentalidade fática das quais essas pessoas vivem, do parentesco complexo que aprenderam a lidar e refazer e cheio de substâncias distintas que as fazem menos e mais filhas, que as fazem somar entes.

Se a justiça de transição se efetua, entre outros, pelos elementos de lidar com o passado e de reparação às vítimas, entendo que a multiparentalidade possibilita que esses dois aspectos sejam acolhidos. Não é possível retornar ao passado, não é possível mais desligar as pessoas de suas famílias apropriadoras e religá-las tão somente a sua família consanguínea. É possível apenas tomar conta do que aconteceu e a sociedade precisa lidar com esse fato político, que continua em curso. O dever da sociedade, segundo *Abuelas*, é a restituição. Mas o dever da sociedade também é lidar com as consequências da apropriação – quais sejam os desarranjos e rearranjos familiares e de identidade. O direito de reparação, ainda que advenha do âmbito íntimo e individual de cada neto e neta restituído - na compreensão que proponho - torna-se uma questão pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, busquei discorrer acerca da situação civil dos netos e netas assim que restituídos.

Vimos que, nas discussões de patrimônio e de herança, é que surgem outros elementos, como a condição social, de traumas, egos, (in) segurança, interesses, manipulações, laços quebrados, criados e renovados, de medo, e de ressentimentos. É um jogo de peças delicadas, onde os (des)afetos aparecem. Essas substâncias todas podem gerar mais ou menos parentesco e influenciam na discussão pela aquisição dos bens. Nesse mote, há também uma questão de classe a ser dimensionada quanto à passagem desses netos e netas para outra família, em termos de diferenças sociais/culturais/econômicas - que neste trabalho apenas esbocei alguns relances.

Nessa direção, o trabalho pode apresentar falhas, visto que não foram feitas entrevistas com os próprios netos e netas – com exceção de uma⁵³ – abordando especificamente a situação civil e patrimonial. O tema dos netos e netas merece um estudo caso mais apurado, de forma a colher dados sobre sua posição de herdeiro da família apropriadora e consanguínea; se pôde receber algum bem ou não; como registrou seu sobrenome; de que forma lidou com essa alteração do estado familiar; dentre outros conteúdos que permitam uma amostragem mais detalhada de sua experiência privada.

De qualquer forma, analisando o cenário mesmo que de maneira ampla, em termos de registro e patrimônio, fomos levados a uma complexa experiência de parentesco e identidade, registrada em seus relatos. Por isso, a multiparentalidade serviu de paradigma e alternativa jurídica para tratar estes casos. No entanto, ainda encaro a pluriparentalidade como um problema político em aberto, em seus limites e possibilidades.

Como mencionado no início deste trabalho, a situação dos direitos humanos na atual política argentina não é das melhores. O novo governo insiste em tratar esse assunto como perfumaria, abrindo brechas para a construção de uma memória ditatorial que pode encaminhar grandes retrocessos. Desta forma, até que ponto, formalizar e juridicizar a pluriparentalidade – reconhecendo, nessa lide, a filiação socioafetiva - mesmo que apenas para fins de herança e registro:

⁵³ A “anedota” que contei partiu de uma entrevista com uma neta em que pude pergunta-la sobre sua situação patrimonial junto à família apropriadora.

- Não suscitaria a elaboração uma (má) interpretação do passado cuja história os agentes dos desaparecimentos e dos sequestros de crianças gostariam que a sociedade lembrasse – crianças sendo realocadas por mera questão afetiva?

- Não poderia ser encarada como uma forma de resignar-se frente ao delito de apropriação?

- Poderia chegar a favorecer àqueles que cometeram esse ato e depois os criaram ou ainda de legitimar a formação de uma família fundada na desestruturação violenta de outra?

- Não estaria incorrendo num grave acordo com as práticas e discursos de “menorização” (normalização da menoridade) que permitiram adoções pseudo-legais? Ou seja, o Estado militar, o poder judiciário e os apropriadores, à época, armaram uma teia discursiva de forma a legitimar a apropriação (sequestro e realocação de crianças em outras famílias) por meio do instituto da adoção, com argumentos de “abandono” e “salvacionismo” de crianças que não tinham a marca da pobreza, mas a de serem filhos da “subversão”, portanto filhos de pais atribuídos como “negligentes”;

- Não se estaria conformando justamente o que o plano sistemático de apropriação de crianças pretendia? Reformar crianças consideradas subversivas por meio de sua realocação por outras famílias, estas consideradas ‘famílias de bem’?

- Não estaria indo na contramão dos direitos da infância e de demais leis fomentadas pela luta das avós - consideradas bastante progressistas para a sociedade argentina?

- Finalmente, não estaria violentando mais uma vez os parentes consanguíneos, que tiveram seu parente roubado da possibilidade de convivência familiar e que clamam pela justiça de pôr fim ao crime e de ter reconhecido o estado de filiação legítimo em detrimento do ilegítimo?

Ao mesmo tempo, a pluriparentalidade, para os netos e netas restituídos:

- Permite viver de forma plena sua identidade bricolada e o parentesco complexo que armaram – de maneira saudável, reconhecendo as escolhas com agência que fizeram;

- Pode ser encarada como uma reparação de sua situação de vítima do terrorismo de Estado, visto que possibilita um processo curativo mais permanente e contínuo, cessando novas violências que impeçam essas pessoas de viver plenamente suas vidas - com saúde psíquica, com dignidade e poder de escolha;

- Fomenta, por meio dessas complexas formas de viver sua vida familiar e afetiva, uma nova maneira de pensar a sociedade no presente e o que foi a ditadura no passado, de forma a dar espaço para trabalhar com as consequências da violência de Estado;

- É uma experiência real que conduz a uma percepção mais ampla dos significados de parentesco e identidade;

- Pode ser útil como ferramenta de “abertura” do campo da restituição: É sabido que muitos resistem a fazer o teste genético e a descobrir-se filho de desaparecido por receio de esse passo resulte na prisão daqueles que os criaram. Esta condenação não se pode impedir. Ela é justa e tem a ver com uma questão política e de direitos humanos que ultrapassa a mera vontade privada. Por outro lado, se histórias mais complexas aparecem e os mosaicos familiares são reconhecidos, sem culpa e sem carga pelas suas escolhas mais subjetivas e íntimas - mais pessoas em dúvida sentem que podem se aproximar. A escolha parte, hoje, pessoas adultas, que já assumem o controle de suas vidas e que possuem uma sólida história familiar e de identidade. O passo adiante pode ser dado se visualizam experiências de restituição que incluem e reconhecem a possibilidade de compartilhar vivências e afetos de até então. Em vista disso, o reconhecimento do parentesco complexo pode vir a construir um espaço de restituição mais plural e receptivo, e o que se pretende – a localização de mais netas e netos – pode ir se tornando mais viável com o tempo.

- Desestrutura, ainda, alguns obstáculos - relacionados ao patrimônio e a condição de classe - que impedem a restituição: Faço alusão àquelas pessoas criadas em famílias apropriadoras de muitas posses e do reconhecimento de sua qualidade de herdeiros. Por um lado, desestimula o manejo manipulativo por parte dos apropriadores, os quais, como disposto, colocam o dinheiro como objeto de barganha, quando se veem próximos aos juízos criminais. Por outro, na situação em que uma pessoa muito rica pode se vislumbrar mais

pobre se restituída – visa minimizar essas travancas que provavelmente impedem muitos sujeitos, hoje, de averiguar se são ou não descendentes de desaparecidos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUELAS de plaza de mayo. Argentina. Disponível em: <<http://www.abuelas.org.ar/>>. Data de Acesso: 25/05/2015.

_____. **Posición y reflexiones de abuelas de plaza de mayo sobre el proyecto de reforma, actualización y unificación de los códigos civil y comercial de la nación**, 2012. Disponível em: https://www.abuelas.org.ar/archivos/archivoGaleria/ReformaCodCivil_APM.pdf. Data de Acesso: 23/01/2017.

ALESI, Martín B., Deberes y Derechos de los Padres e Hijos Afines, (Modelo de duplicación y sustitución de la función parental en la familia ensamblada), **LA LEY**, Suplemento Especial, Código Civil y Comercial de la Nación, Familia: Filiación y Responsabilidad Parental, Mayo 2015.

AMADO, Ana María. Herencias: Generaciones y Duelo en las Políticas de la Memoria. **Revista Iberoamericana**. Buenos Aires: UBA, v.69, n. 202, p. 137-153, jan/mar. 2003.

ARAÚJO, Neiva Cristina de; BARBOSA, Vanessa de Souza Rocha. Do direito sucessório ante à pluriparentalidade: o direito à herança dos pais biológico e afetivo. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 4, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://civilistica.com/do-direito-sucessorio-ante-a-pluriparentalidade/>>. Data de acesso: 23/01/2017.

ARGENTINA. **Código Civil y Comercial de la Nación** (2015). Lei n. 26.994, de 7 de outubro de 2014. Ministerio de Justicia y Derechos humanos. Infoleg. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/235000-239999/235975/norma.htm>. Data de Acesso: 23/01/2017.

ARGENTINA, 1994a. **Ley 24.321**, de 11 de mayo de 1994, desaparición forzada de personas, de 7 de diciembre de 1994, Boletín de Documentación, n.o 27 / Septiembre-Diciembre 2006. Disponível em: http://www.cepc.gob.es/docs/boletindocumentacion27/27_argentina.pdf?sfvrsn=2. Data de Acesso: 23/01/2017.

ARGENTINA, 1994b. **Ley 24.411**, de 7 de diciembre de 1994, de beneficio a las personas ausentes por desaparición forzada y a las fallecidas como consecuencia del accionar de las Fuerzas Armadas. Boletín de Documentación, n.o 27 / Septiembre-Diciembre 2006. Disponível em: http://www.cepc.gob.es/docs/boletindocumentacion27/27_argentina.pdf?sfvrsn=2. Data de Acesso: 23/01/2017.

ARGENTINA. **Ley 25.974**, de 1 de diciembre de 2004. Creación de um Fondo de reparación histórica para la localización y restitución de niños secuestrados o nacidos en cautiverio.

Boletín de Documentación, n.o 27 / Septiembre-Diciembre 2006. Disponível em: http://www.cepc.gob.es/docs/boletindocumentacion27/27_argentina.pdf?sfvrsn=2. Data de Acesso: 23/01/2017.

ARGENTINA. **Lei n. 14.394**, de 14 de dezembro de 1954. De Bien de Familia, Edad de Matrimonio. Ausencia con Presunción de Fallecimiento. Boletín de Documentación, n.o 27 / Septiembre-Diciembre 2006. Disponível em: http://www.cepc.gob.es/docs/boletindocumentacion27/27_argentina.pdf?sfvrsn=2. Data de Acesso: 23/01/2017.

BAREI, Silvia. El orden metafórico: discurso y construcción de la identidad. In: Asociación Abuelas de Plaza de Mayo. **Violaciones a los Derechos Humanos frente a los Derechos a la Verdad y Identidad**. Buenos Aires: Abel Madariaga, 2006. Pp.105-116.

BUENOS AIRES. **Lei 14. 044**, de 23 de dezembro de 2009. Impuesto a la transmisión gratuita de bienes. Disponível em: http://www.soler.com.ar/2009/ley_14044.pdf. Data de Acesso: 23/01/2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/ind.asp. Data de Acesso: 23/01/2017.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente** (1990): Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. Disponível em: <http://www.degase.rj.gov.br/documentos/ECA.pdf>. Data de Acesso: 23/01/2017.

CATELA, Ludmila da Silva. Un juego de espejos: violencia, identidades, nombres. Un análisis antropológico sobre las apropiaciones de niños durante la última dictadura militar argentina. **Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios Latinoamericanos, (TELAR)**. Tucumán, v. 2, n. 1-2, p. 89-100, 2005. Disponível em: <http://www.filo.unt.edu.ar/rev/telar/revistas/telar2-3.pdf>. Data de Acesso: 25/05/2015.

CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. **R@U - Revista de Antropologia da UFSCar**, São Carlos, v. 6, n.2, jul./dez. 2014: 103-118. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1862313/mod_resource/content/1/J_Carsten_Mat%C3%A9ria_do_parentesco.pdf. Data de Acesso: 23/01/2017.

CALDERON, Ricardo. 2016a. “Socioafetividade e multiparentalidade acolhidas pelo STF”. **Migalhas**, 7 de outubro de 2016. De Peso. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI246906,81042-Socioafetividade+e+multiparentalidade+acolhidas+pelo+STF>. Data de Acesso: 23/01/2017.

_____. 2016b. “STF reconhece dupla paternidade”. **Migalhas**, 21 de setembro de 2016. Quentes/Paternidade. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI246020,61044-STF+reconhece+dupla+paternidade>. Data de Acesso: 23/01/2017.

CASSETARI, Christiano. **Multiparentalidade e Parentalidade Socioafetiva: efeitos jurídicos**. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

DIAS, Maria Berenice. **Comentários - Família pluriparental, uma nova realidade**, 2008. Disponível em <http://www.lfg.com.br>. Data de Acesso: 23/01/2017.

DUARTE, Luiz Fernando. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana C.T. (Orgs). **Família e sociedade brasileira: desafios nos processos contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1995.

EQUIPO INTERDISCIPLINARIO DE ABUELAS DE PLAZA DE MAYO. El secuestro. Apropiación de niños y su restitución. In: ABUELAS DE PLAZA DE MAYO. **Restitución de niños**. Buenos Aires: Eudeba, 1997. Disponível em: http://www.abuelas.org.ar/areas.php?area=bibliografia.php&der1=der1_mat.php&der2=der2_mat.php. Data de Acesso: 25/05/2015.

FILC, Judith. **Entre el parentesco y la política: familia y dictadura**. 1976-1983. 1ªed. Buenos Aires: Biblos. 1997.

GATTI, Gabriel. **Identidades desaparecidas: Peleas por el sentido en los mundos de la desaparición forzada**. Argentina: Prometeo Libros. 2011.

GONCALVES, Gabriel Vallier de Borja. A família e seus aspectos legais perante as leis brasileiras e a adoção à brasileira. **Jus Brasil**, 2016. Disponível em: <http://gaborja.jusbrasil.com.br/artigos/251067303/a-familia-e-seus-aspectos-legais-perante-as-leis-brasileiras-e-a-adocao-a-brasileira>. Data de Acesso: 23/01/2017.

GOLFETTO, Bruna; CARRION, Letícia Zanatta Gheller . O princípio da afetividade como forma de reconhecimento da adoção irregular. In: **VIII MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (MIC)**, 2015, Itapiranga. Disponível em: <http://faifaculdades.edu.br/eventos/MICDIR/VIIIMICDIR/arquivos/artigos/ART40.pdf>. Data de Acesso: 23/01/2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERRERA, M.; TENEMBAUM, E.: **Identidad, despojo y restitución**. Buenos Aires: Ed. Abuelas de Plaza de Mayo. 2001. Disponível em:

<http://www.abuelas.org.ar/areas.php?area=bibliografia.php&der1=der1_mat.php&der2=der2_mat.php>. Data de Acesso: 25/05/2015.

INSTITUTO de políticas públicas em direitos humanos mercosul. Guía de Archivos y Fondos Documentales. **Abuelas de Plaza de Mayo**, 2014. Disponível em: <http://atom.ippdh.mercosur.int/index.php/abuelas-de-plaza-de-mayo>. Data de Acesso: 24/01/2017.

IUD, Alan. La apropiación de niños y el análisis de ADN obligatorio. In: ANITUA, Gabriel I.; GAITÁN, Mariano (Comps.). **Las pruebas genéticas en la identificación de jóvenes desaparecidos**. Editores del Puerto, Buenos Aires, 2013, p. 223-251.

JELIN, Elisabeth. Víctimas, familiares y ciudadanos/as: las luchas por la legitimidad de la palabra. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.29, p. 37-60, jul-dez, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n29/a03n29.pdf>>. Data de Acesso: 25/05/2015.

_____, AZCÁRATE, Pablo. Memoria y política: Movimiento de Derechos Humanos y construcción democrática. Universidad de Salamanca, España. **América Latina Hoy**, n. 1, p. 29-38, julio, 1991.

KAUFMAN, Susana Griselda. Lo legado y lo próprio: Lazos Familiares y Transmisión de Memorias. In: JELIN, Elisabeth; _____. (Orgs). **Subjetividad y figuras de la memoria**. Buenos Aires: Siglo XXI. 2006.

KUSANO, Susileine. Da família anaparental: Do reconhecimento como entidade familiar. *Revista Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 77, jun 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7559>. Data de Acesso: 23/01/2017.

LIMA, Jozely Tostes de. O que é Justiça de Transição? **Revista Projeção, Direito e Sociedade**, Brasília, v. 3, n. 2, 2012. Disponível em: <http://revista.faculadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/view/277>. Data de Acesso: 23/01/2017.

LOBO, Paulo Luiz Netto. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária. **Revista CEJ**, Brasília, n. 27, p. 47-56, out./dez. 2004. Disponível em: <http://www.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/633/813>. Data de Acesso: 23/01/2017.

LOGUERCIO, Belén. Adopción integrativa o de integración familiar. **Diario DPI Suplemento Derecho Civil, Bioética y Derechos Humanos**, n. 12, junho 2016. Disponível em: <https://dpicuantico.com/sitio/wp-content/uploads/2016/06/Doctrina-Suple-DCBYDH-Nro-11-07.061.pdf>. Data de Acesso: 23/01/2017.

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Código Civil y Comercial de la Nación**. Proyecto del Poder Ejecutivo Nacional redactado por la Comisión de Reformas designada por Decreto Presidencial 191/2011. Lorenzetti, Ricardo Luis (Presidente); Highton, Elena I.; Kemelmajer de Carlucci, Aída R. Buenos Aires, 2012. Ediciones de La Ley; Abeledo Perrot; Rubinzal-Culzoni y López de Zavalia, 2012. Disponible em: <http://www.nuevocodigocivil.com/wp-content/uploads/2015/02/1-Presentacion-del-Dr.-Ricardo-Lorenzetti.pdf>. Data de Acesso: 23/01/2017.

LOVELLI, Emanuel. La herramienta jurídica como garantía de transmisión. In: Asociación Abuelas de Plaza de Mayo. **Psicoanálisis: identidad y transmisión**. Abel Mariadaga: Buenos Aires, 2008.

MELO, Nehemias Domingos de. A Família Ensamblada uma Análise à Luz do Direito Argentino e Brasileiro. **Lex Magister**. São Paulo, 2013. Disponible em: http://www.lexboletim.com.br/doutrina/24396222_A_FAMILIA_ENSAMBLADA_UMA_ANALISE_A_LUZ_DO_DIREITO_ARGENTINO_E_BRASILEIRO.aspx. Data de Acesso: 23/01/2017.

MIRAYA, Juan Agustin. **Extracción compulsiva de sangre en procesos penales donde se investigan delitos de lesa humanidad**. Las Tesinas de Belgano, n. 530. Universidad del Belgrano: 2012.

NEIRA, Marcos Garcia; LIPPI, Bruno Gonçalves. Tecendo a Colcha de Retalhos: a bricolagem como alternativa para a pesquisa educacional. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v.37, n. 2, p. 607-625, maio/ago. 2012. Disponible em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Data de Acesso: 23/01/2017.

NOSIGLIA, Julio E. **Botín de guerra**. Abuelas de Plaza de Mayo: Buenos Aires, 2007.

ONU. **Convenção Internacional sobre Direitos da Criança** (1989). 20 de novembro de 1989. Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponible em: <https://www.unicef.org/argentina/spanish/7.-Convencionsobrelosderechos.pdf>. Data de Acesso: 24/01/2017.

ORTNER, Sherry B. Poder e Projeto: Reflexões sobre Agência. In: Grossi, M.; Eckert, C; Fry, P. **Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas**. Blumenau: Editora Nova Letra, 2006

PADRÓS, Enrique Serra. “Botim de Guerra”: desaparecimento e apropriação de crianças durante os regimes civil-militares platino. **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, v.6, n.11. 2007.

PASQUINI, D.J.M; REYNOSO, A. & MADARIAGA, A. **Abuelas de Plaza de Mayo: Fotografías de 30 años de lucha**. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo, 2007.

QUINTANA, María Marta. Sentido(s) de identidad: el caso de la apropiación/restitución de niños/as y jóvenes en Argentina. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 6, n. 1 e 2, p. 45 a 54, jan./dez. 2011

REGUEIRO, Sabina Amantze. Análisis genético para la identificación de niños apropiados: construcción política y científica de la “naturaleza” y el parentesco. **REF: Estudos Feministas**, Florianópolis, 18(1): 288, jan-abril/2010.

REGUEIRO, Sabina Amantze. El secuestro como abandono. Adopciones e institucionalizaciones de niños durante la última dictadura militar argentina. **R. Katál**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 175-185, jul./dez. 2013.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. Argentina promulga seu novo Código Civil e Comercial. **Consultor Jurídico**, 2014. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2014-out-15/direito-comparado-argentina-promulga-codigo-civil-parte>. Data de Acesso: 23/01/2017.

SOUZA, Katyana Guasth Queiroz de; FERNANDES, Dilson Bastos. MULTIPARENTALIDADE: a possibilidade de coexistência da filiação biológica e socioafetiva e seus efeitos jurídicos. **Revista online FADIVALE**, Governador Valadares, ano VIII, nO 11, 2015. Disponível em: <http://www.fadivale.com.br/portal/revistaonline/revistas/2015/Artigo%20Katyana%20e%20Dilson.pdf>. Data de Acesso: 23/01/2017.

VEIGA, Clarisa; WULFF, Guillermo. **La Historia de Abuelas**: 30 años de búsqueda. 1977-2007. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo, 2007. Disponível em: http://www.abuelas.org.ar/areas.php?area=bibliografia.php&der1=der1_mat.php&der2=der2_mat.php. Data de Acesso: 25/05/2015.

VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Luciene Cássia Policarpo. Adoção e relações familiares. **Revista Katálisis**, Florianópolis, n. 2, p. 49-57, jan. 1998. ISSN 1982-0259. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5576>. Data de Acesso: 23/01/2017.

VISACOVSKY, Sergio, “El temor a escribir sobre historias sagradas”, In: FREDERIC, Sabina; SOPRANO, Germán (Orgs.), **Cultura y Política en Etnografías sobre la Argentina**. Bernal, Universidad Nacional de Quilmes, 2005, p. 271-313.

VILLALTA, Carla. "Cuando la apropiación fue adopción. Sentidos, prácticas y reclamos en torno al robo de niños", **Cuadernos de antropología social** N° 24 (2006): 147-173.

_____. "De secuestros y adopciones: el circuito institucional de la apropiación criminal de niños en Argentina (1976-1983)". **Historia Crítica**, 30:146-171, 2009.

ZANINO, Barbara. La “adopción de integración” como reconocimiento a otra forma de organización familiar y sus implicancias en los derechos humanos de niños, niñas o adolescentes. **Nuevo código civil**. com (Site com informações acerca do novo código civil),

2016. Disponível em: <http://www.nuevocodigocivil.com/la-adopcion-de-integracion-como-reconocimiento-a-otra-forma-de-organizacion-familiar-y-sus-implicancias-en-los-derechos-humanos-de-ninos-ninas-o-adolescentes-por-barbara-zanino-2/> Data de Acesso: 23/01/2017.

ZYL, Paul Van. Promovendo a justiça transicional em sociedades em pós-conflito. In: REATEGUI, Félix (Org). **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça.; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p.48-71.

WASSMANSDORF, Marina Lis. **Y vos, adónde estás?** dimensões políticas e subjetivas nos relatos de netos restituídos (Argentina, 2012).108 p. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Graduação em História, Florianópolis, 2015.

WELTER, Belmiro Pedro. **Teoria tridimensional do direito de família**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009. 330 p.